

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Mestrado em Sociologia

Área de especialização: Família e População

***“PROCESSO DE (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PESSOAL:
Um estudo sobre mulheres divorciadas em meio urbano”***

**Dissertação de Mestrado apresentada por:
Ermelinda Maria Lourenço Silva**

**Orientador:
Professor Doutor Eduardo Figueira**

“Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri”

***Évora
Agosto, 2004***

**Titulo: “PROCESSO DE (RE)CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE PESSOAL:
Um estudo sobre mulheres divorciadas em meio urbano”**

Tese de dissertação para a obtenção do grau de Mestre em
Sociologia na variante Família e População

Orientação Científica

Professor Doutor Eduardo Figueiras

Elaborado por

Ermelinda Maria Lourenço Silva



155090

“Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri”.

Évora, 2004

“Para um homem consciente, não havia nenhum, mas nenhum dever senão aquele de se procurar a si mesmo, de se afirmar a si mesmo, de achar tacteando no escuro o seu próprio caminho qualquer ele que fosse.”

H.Hesse

AGRADECIMENTOS

Enquanto seres sociais é através dos outros que realizamos a nossa condição de humanos.

No decorrer do longo processo de realização deste trabalho de dissertação de mestrado foram muitas as pessoas que para ele contribuíram e às quais são devidos os meus mais sinceros e sentidos agradecimentos.

Ao Professor Doutor Eduardo Figueira, meu orientador neste processo de investigação, pela orientação, disponibilidade e por tudo quanto aprendi.

Impõe-se que eu deixe o meu agradecimento a todos quantos tornaram possível este desafio e muito especialmente ao meu filho de 12 anos que me acompanhou desde o início do mestrado, sempre com a mesma força, afecto e paciência, que sem isso não teria sido possível concretizá-lo, é a ele que dedico este trabalho.

Aos colegas do VII Curso de Mestrado em Sociologia pelo carinho e força transmitidos.

Agradeço às mulheres que com o seu testemunho deram razão a esta investigação: Ana; Beatriz; Cátia; Dália; Ema; Feliciano; Gabriela; Hélia; Inês; Júlia; Lurdes; Maria; Noélia; Olívia; Paula; Quicas; Rute; Sara; Teresa e a Vânia, mesmo não sendo estes os verdadeiros nomes, saberão a quem me dirijo.

Aos colegas de trabalho e à Presidente da Direcção do Campus Universitário de Almada, pela compreensão e apoio prestados na recta final deste processo.

Agradeço aos meus amigos, que de uma forma mais ou menos alargada, mas sempre imprescindível, contribuíram para a elaboração deste trabalho, em especial à Filipa, à Carla, à Teresa, à Paula e à Fátima a força transmitida.

A uma pessoa muito especial que só agora encontrei e que com todo o seu amor acompanhou esta fase final do trabalho, o meu marido.

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	
Índice de Gráficos	
Índice de Quadros	
Índice de Tabelas	
Índice de Anexos	
Resumo	
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – PROBLEMÁTICA DO ESTUDO E SEUS OBJECTIVOS	13
CAPÍTULO II – A FAMÍLIA NA SOCIEDADE	
2.1. Perspectiva Sócio-histórica.....	31
2.2. Estrutura e Funções da Família.....	37
2.2.1. A Família como factor socialização.....	39
2.3. O Casamento, o Divórcio e a Pluralidade da Conjugalidade	
2.3.1. O Casamento.....	43
2.3.2. O Divórcio.....	46
2.3.3. Pluralidade das formas de Conjugalidade.....	50
2.4. Dinâmicas Sócio-demográficas do Divórcio em Portugal.....	51
CAPÍTULO III – OS EFEITOS DA MODERNIDADE NO PROCESSO DE (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PESSOAL	
3.1. A Modernidade e Identidade Pessoal.....	55
3.1.1. O Self na Sociedade.....	62
3.1.1.1. A Interação Social.....	66
3.1.1.2. A Relação: “Self”/Outros.....	68
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	
4.1. Desenho da Investigação.....	70
4.2. Contexto e Objecto de Estudo	70
4.3. Grupo - Alvo (Amostra).....	74
4.4. Conceptualização das Variáveis.....	76
4.5. Operacionalização (Instrumentação) das Variáveis.....	77
4.6. Tratamento e Análise da Informação.....	83
CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	
5.1. Caracterização da Amostra e Sub-Amostra (A e B)	
5.1.1. Caracterização Sócio-Demográfica da Amostra.....	86
5.1.2. Caracterização Sócio-Demográfica das Sub-Amostras (A e B).....	90
5.2. Validação da Hipótese e Corolários.....	94
5.2.1. Validação da Hipótese.....	101
5.2.2. Validação do Corolário 1.....	107
5.2.3. Validação do Corolário 2.....	113
5.2.4. Validação do Corolário 3.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
BIBLIOGRAFIA	129
ANEXOS	

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Caracterização da Amostra segundo o Tipo de Divórcio.....	86
Gráfico 2 – Caracterização da Amostra segundo a Idade.....	86
Gráfico 3 – Caracterização da Amostra segundo a Profissão.....	87
Gráfico 4 – Caracterização da Amostra segundo a Área de Formação.....	87
Gráfico 5 – Caracterização da Amostra segundo o Número de Filhos.....	88
Gráfico 6 – Caracterização da Amostra segundo a Duração do Casamento.....	88
Gráfico 6.a) – Caracterização da Amostra segundo a Duração do Casamento (em percentagem).....	89
Gráfico 7 – Caracterização da Amostra segundo o Número de Anos de Divórcio.....	89
Gráfico 7.a) – Caracterização da Amostra segundo o Número de Anos de Divórcio (em percentagem).....	90
Gráfico 8 – Caracterização das Sub - Amostras A e B segundo o Tipo de Divórcio.....	90
Gráfico 9 – Caracterização das Sub- Amostra A e B segundo a Idade.....	91
Gráfico 10 – Caracterização das Sub- Amostra A e B segundo a Profissão.....	91
Gráfico 11 – Caracterização das Sub- Amostra A e B segundo a Área de Formação.....	92
Gráfico 12 – Caracterização das Sub- Amostra A e B segundo o Número de Filhos.....	92
Gráfico 13 – Caracterização das Sub- Amostra A e B segundo a Duração do Casamento.....	93
Gráfico 14 – Caracterização das Sub- Amostra A e B segundo o Número de Anos de Divórcio.....	93
Gráfico 15 – Tomada de Iniciativa pelo Divórcio.....	94

INDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Apresentação Sócio-Demográfica da Amostra.....	75
Quadro 2 – Processo de (Re)construção da Identidade Pessoal.....	76
Quadro 3 – Variáveis Teste ou Controlo.....	77
Quadro 4 – As Variáveis do Corpo da Hipótese.....	78
Quadro 5 – Operacionalização da Variável Dependente – Identidade Pessoal.....	78
Quadro 6 – Operacionalização das Variáveis do 1º Corolário (Razões/Consequências).....	79
Quadro 7 – Operacionalização das Variáveis do 2º Corolário (Consequências/Reacção).....	75
Quadro 8 – Operacionalização das Variáveis do 3º Corolário (Relação “ <i>Eu-próprio</i> ”/Outros “ <i>Eus</i> ” ...	75
Quadro 9 – Razões do Divórcio por Mútuo Consentimento.....	95
Quadro 10 – Razões do Divórcio Litigioso.....	96
Quadro 11 – Apresentação das unidades de análise na relação do “ <i>Eu-próprio</i> ”/Outros “ <i>Eus</i> ”.....	107

INDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Razões do Divórcio – Análise por Frequência das Sub-Categorias.....	97
Tabela 2 – Razões do Divórcio – Análise Frequential das Categorias.....	97
Tabela 3 – Consequências do Divórcio – Análise Frequential por Sub-Categorias.....	98
Tabela 4 – Tipo de Reacção após o Divórcio.....	98
Tabela 5 – Análise Frequential por Categorias e Sub-Categorias A relação do “ <i>Eu-Próprio</i> ”/outros “ <i>Eus</i> ” – Divórcio por Mútuo Consentimento	100
Tabela 6 – Análise Frequential por Categorias e Sub-Categorias A relação do “ <i>Eu-Próprio</i> ”/outros “ <i>Eus</i> ” – Divórcio Litigioso.....	100
Tabela 7 – Síntese Geral - Análise Frequential por Categorias e Sub-Categorias A relação do “ <i>Eu-Próprio</i> ”/outros “ <i>Eus</i> ”	101

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 – Guião da Entrevista (Pré-teste)

Anexo 2 – Guião da Entrevista

RESUMO

Este estudo insere-se no âmbito da dissertação de mestrado, tendo como pano de fundo o tema da (Re)construção da Identidade Pessoal: um estudo sobre mulheres divorciadas em meio urbano e cujo objecto de estudo consistiu na análise do processo de (re)construção do “*Eu*” após o divórcio considerando dois tipos de divórcio: divórcio litigioso e mútuo consentimento. Compreender este processo implica conhecer as razões que levaram ao divórcio, as consequências e o tipo de reacção à nova situação, assim como, conhecer a forma como as mulheres divorciadas recorrem a outros “*Eus*” para a (re)construção da sua Identidade. A Identidade Pessoal é uma das chaves para a compreensão das mudanças do indivíduo na sociedade.

Para a recolha de dados optou-se pela entrevista em profundidade com uso de um guião semi-estruturado. A recolha da amostra foi efectuada na região de Lisboa e Vale do Tejo por ser esta, uma das regiões onde a taxa de divórcios é mais alta. Entrevistaram-se 10 mulheres divorciadas por mútuo consentimento e 10 mulheres que obtiveram o divórcio por processo litigioso. Através deste procedimento puderam reflectir sobre si esquematizando as suas experiências passadas, presentes e projecções no futuro. Cada nova situação de vida, a cada etapa do desenvolvimento pessoal, todos adquirem novos papéis, deixando os antigos, assumindo novas dinâmicas de existência: a experiência de vida sempre proporciona a oportunidade de transformar e, com isso, desenvolver a identidade.

Palavras-chave Divórcio; Família; Identidade Pessoal; Modernidade;. Reflexividade

ABSTRACT

This study is inserted in the scope of the master's degree issue of, having as deep cloth of the subject of (re) built of the Personal Identity: a study on women divorced in urban way and whose subject of study after consisted of the analysis of the process of (re) building of *self* the divorce considering two types of divorce: litigious divorce and mutual assent. To understand this process implies to know the reasons that had led to the divorce, the consequences and the type of reaction to the new situation, as well as, to know the form as the divorced women appeal to other *self* for (re) built of it's identity. The Personal Identity is one of the keys for the understanding of the changes of the individual in the society.

For the retraction of data it was opted to the interview in depth with use of a half-structuralized guide. The retraction of the sample was done in the region of *Lisboa e Vale do Tejo* for being this, one of the regions where the tax of divorces is higher ten women divorced for mutual assent and ten women had interviewed themselves who had gotten the divorce for litigious process. Through this procedure they had been able to think about on itself schematizing its passed experiences, gifts and hopes in the future. Each new situation of life, to each stage of the personal development, all acquires new papers, leaving the old ones, assuming new dynamic of existence: the life experience always provides the chance to transform and, with this, to develop the identity.

Keywords: Divorce; Family; Personal Identity; Modernity; Reflectivity

INTRODUÇÃO

Perante os dados reais sobre o número de divórcios em Portugal surge a necessidade de pensar na mulher, enquanto sujeito activo nesse processo como também a necessidade de equacionar com segurança os problemas que esses sujeitos se deparam após um processo de divórcio.

Pode-se verificar o aumento do número de divórcios em Portugal conforme os dados estatísticos fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em que, e de acordo com os dados definitivos dos Censos de 2001, mostra que a taxa de divorcialidade, em Portugal, nos últimos 10 anos, entre 1992 e 2001, passou de 1,2 para 1,8 divórcios por mil habitantes, equivalente a um acréscimo de 54,6%. Esta realidade não se verifica só em Portugal, o aumento do divórcio, sobretudo nos últimos anos, é uma realidade estatisticamente verificável em muitos países industrializados. Independentemente da especificidade dos processos sociais em cada país, esta subida é geral e traduz mudanças significativas a vários níveis da realidade social que se exprimem nas relações familiares.

Considera-se que ninguém fica indiferente a uma separação, mesmo a pessoa que tomou a iniciativa de sair de casa. Surgem sempre vários efeitos, quer psicológicos quer físicos, tais como desorientação, sentimentos de abandono ou culpa, perda de apetite, stress ou ansiedade.

Muitos casais decidem “*dar um tempo*”, ou seja, antes de começarem a tratar do divórcio tentam salvar o casamento através de uma separação temporária. Geralmente, esta separação é apenas o prelúdio do divórcio tornando o choque menos violento.

Quanto às reacções decorrentes da posição que cada um adopta, depende de pessoa para pessoa: cada caso é um caso e cada um tem o seu modo de reagir às diversas situações. Contudo, há uma grande diferença entre aquele que é rejeitado e aquele que rejeita. Este fica numa posição mais cómoda e o outro fica deprimido e com a auto-estima afectada. O divórcio é uma crise nas vidas pessoais dos indivíduos, que apresenta perigos para a sua segurança e sentimento de bem-estar, mas que, no

entanto, também possibilita novas oportunidades para o seu auto desenvolvimento e reestruturação social com incidência na busca da felicidade e satisfação pessoal.

Do presente trabalho destacam-se, para além da *Introdução*, cinco capítulos; o Capítulo I – *Problemática do Estudo e seus Objectivos*; o Capítulo II – *A Família na Sociedade*; o Capítulo III – *Os Efeitos da Modernidade no processo de (Re)construção da Identidade Pessoal*; o Capítulo IV – *Metodologia*; o Capítulo V – *Apresentação e Discussão dos Resultados*.

O Capítulo I apresenta as linhas orientadoras e objectivos da investigação.

O Capítulo II aborda a temática da *Família*, elemento primordial da estruturação social e do desenvolvimento humano; a família como factor de socialização; o casamento, o divórcio e a pluralidade da conjugalidade, assim como as dinâmicas sócio-demográficas do divórcio em Portugal. Temas que vêm acentuar as preocupações sobre a problemática da identidade. O “*self*” numa sociedade em mudança; um *self* construído/reconstruído; uma realidade alterada, que muitos dizem ser efeitos da modernidade.

No Capítulo III – Abordam-se os efeitos da modernidade no processo de um “*Eu*” em (re)construção. Neste sentido, reflecte-se sobre o modo como as instituições agem sobre o “*eu*” e o «moldam»; sobre o “*self*” na Sociedade e sobre a forma como essa reconstrução afecta o relacionamento com os outros sujeitos. Pretende-se, assim, estudar a (re)construção do “*self*” e acreditar a possibilidade de compreender mais profunda e concretamente o fenómeno a cada momento designadamente a evolução da relação de um com o outro.

Prosseguindo nesta linha de pensamento de uma postura científica, pode dizer-se que o conceito de “*self*” sempre foi uma enorme interrogação. Por outro lado, considera-se que não é bastante conceptualizar o “construto” “*self*” sem ter a possibilidade de “*viver compreensivamente*” a sua construção. (Giddens, 1997).

No Capítulo IV – Apresenta-se e discute-se a metodologia do estudo. Mais concretamente, apresenta-se e justifica-se o desenho da investigação, a selecção da amostra e das sub-amostras estudadas, os instrumentos utilizados para recolha dos

dados e o processo de operacionalização das variáveis para subsequente análise de dados.

No Capítulo V – Apresenta-se e discute-se os resultados obtidos, tendo em consideração os objectivos definidos para o presente estudo. Resultados obtidos por entrevista a mulheres divorciadas.

Nas *Considerações Finais*, faz-se uma análise dos principais resultados deste trabalho de investigação, tendo presente as linhas emergentes do quadro teórico e procede-se a uma análise crítica do mesmo, levantando algumas questões consideradas pertinentes para estudos futuros.

CAPÍTULO I – PROBLEMÁTICA DO ESTUDO E SEUS OBJECTIVOS

Este trabalho insere-se no âmbito do Mestrado em Sociologia e por isso optou-se por iniciar este capítulo fazendo uma breve abordagem à Sociologia enquanto ciência que tem como objecto de estudo, basicamente, os factos sociais, suas origens, sua motivação, suas consequências e as possíveis formas de intervenção.

Factos sociais ocorrem a todo momento. Alguns fazem parte do quotidiano de uma cultura e outros provocam mudanças tão profundas no comportamento social que marcam uma época. A expansão marítima, a reforma protestante, a formação de estados nacionais, as grandes navegações e o desenvolvimento científico e tecnológico são factos sociais marcantes e que provocaram e ainda provocam mudanças profundas no comportamento de toda uma sociedade.

O termo Sociologia foi criado por Augusto Comte (1839), na metade do século XIX, preocupado em desenvolver uma ciência que considerava fundamental e básica para o entendimento da humanidade e do mundo. Todas as demais ciências passariam a constituir partes da ciência máxima e fundamental, que seria a sociologia. Comte, dividiu a sociologia em dois grandes ramos: a) estudo da ordem social; b) estudo do progresso social (Demartis,1999). Nesta problemática justifica-se ainda abordar um outro grande sociólogo Emile Durkheim (1858-1917), sobretudo por fornecer contribuições originais para o entendimento do fenómeno social.

Ao fundar a realidade do objecto de estudo da sociologia, os factos sociais, Durkheim esforçou-se por demarcar sobretudo caracteres que lhes delimitava a existência: a exterioridade/objectividade e a coercitividade. O primeiro refere-se à independência dos factos sociais em relação ao indivíduo. Haveria em toda sociedade um grupo determinado de fenómenos que apresentaria a peculiaridade de existirem fora das consciências individuais. Segundo Durkheim existiria, pois, uma ordem de factos compreendidos como maneiras de agir, de pensar e de sentir, diferenciados de outros factos pela propriedade de existir fora das consciências individuais. Tais factos sociais seriam resultantes da vida em comum, produto das acções e reacções que ocorrem entre as consciências individuais; enfim a expressão da consciência colectiva.

A segunda característica do facto social, a coercitividade, relaciona-se directamente ou é proveniente da exterioridade do facto social e da autoridade moral que possui sobre os indivíduos. Ou seja, os factos sociais além de serem exteriores, são possuidores da capacidade de exercer coerção sobre o indivíduo; a coerção é fácil de verificar quando se traduz exteriormente por uma reacção directa da sociedade, como no caso do direito, da moral, das crenças, dos usos, e até das modas (Durkheim, 1987).

Durkheim preocupa-se em analisar a maneira pela qual o meio social, através de aparelhos de coerção e da própria instituição educativa, contribui para regular, controlar e moldar permanentemente o comportamento individual, tornando os processos colectivos aparentemente harmónicos e estáveis. O processo de coerção (ou de conversão) do indivíduo acontece desde cedo, sendo primordial para a garantia da coexistência pacífica entre os indivíduos que, por sua vez, tornará possível uma convivência colectiva estável e pacífica.

Os processos colectivos, em termos de análise académica, possuem uma incontestável primazia sobre os indivíduos que, por sua vez, são obrigados a orbitar, desde o berço, em torno de algo naturalmente imposto que se apresenta mais forte que cada um deles; algo que, regulando e moldando permanentemente as suas vontades individuais, permite a convivência – mesmo que conflituosa - do homem em sociedade. O custo psicológico para o indivíduo resume-se basicamente no controle de seus impulsos individuais – talvez algum dia ainda venha a existir uma sociedade em que valha a pena chamar este “custo” (ou perda) de “investimento natural e necessário”. Porém, cabe frisar que a análise de Durkheim é sociológica colectiva, e não psicológica individual. Para Durkheim (1987), qualquer conflito precisa ser superado.

O indivíduo ingressa na sociedade no momento em que, dentro dela, nasce. No mesmo instante de seu nascimento, ele já começa a ser moldado pelas instituições que compõem a sociedade: primeiramente, o indivíduo sofre influência da própria família; depois, mais tarde, de seu bairro, município, de sua escola, etc. A partir daí, o indivíduo assimila (ou não), os hábitos, a moral, os costumes, enfim, toda forma de lei não escrita que rege a convivência de seu grupo. Geralmente, o indivíduo procura agregar as regras do grupo ao seu sistema individual de valores,

procurando agir em conformidade com o grupo, pois sabe que estará às margens do mesmo se assim não o fizer.

A sociedade não é uma simples soma de indivíduos. O sistema formado por sua associação representa uma realidade específica que tem as suas características próprias. Nada poderia produzir-se de colectivo se as consciências individuais não existissem, mas essa condição, apesar de necessária, não é suficiente. É preciso, ainda, que essas consciências estejam associadas e, combinadas de certa forma; é dessa combinação que resulta a vida social. É esta associação que é a causa desses novos fenómenos que caracterizam a vida, da qual é impossível encontrar-se até mesmo o germe em qualquer dos elementos associados. É que o todo não é idêntico à soma das partes; ele é algo de diferente, com propriedades diferentes das que possuem as partes que o compõem (Durkheim, 1987). Ou seja, da interpenetração das consciências individuais resulta uma individualidade psíquica de um novo género, uma espécie de consciência colectiva substancialmente diferente das consciências individuais agregadas. São formas de fazer, de pensar e de sentir que não podem ser reduzidas a puros factos psíquicos — são factos qualificados como sociais. Assim, a sociedade, composta de conjuntos de factos sociais e resultante da síntese produzida pela associação de indivíduos, tem a especificidade de ultrapassar o indivíduo, temporal e espacialmente, de modo a se impor com autoridade. O acontecimento de um facto considerado social é um fenómeno colectivo que requer a aceitação da maioria, o que não deve necessariamente ser confundido com consenso geral, posto que, em sociedades mais complexas, os conflitos e oposições de ideias devem ser considerados elementos naturais na dialéctica das relações interpessoais do ser humano — relações estas que permeiam a nossa vida colectiva quotidiana.

Em suma, não basta tomar-se consciência de si mesmo, pois, pelo facto de se ter herdado das gerações anteriores a maioria das instituições sociais, não tendo participado de sua formação, não será através da introspecção que se vai conhecer o conteúdo dessas instituições. Se não se tiver plena consciência nem mesmo dos motivos das ações quotidianas, se entender os próprios propósitos de forma confusa e inexata, como se conseguirá discernir as causas dos empreendimentos da coletividade? A ideia que Durkheim tem em mente é que o indivíduo participa de modo muito pouco significativo na produção da sociedade. A sua contribuição é

ínfima. O que faz a sociedade é um conjunto de indivíduos, conjunto esse que acaba criando algo maior que a simples soma de suas partes.

Diversos autores, entre os quais, A Comte (1839), Émile Durkheim (1888), Talcott Parsons (1955), entre outros, explicam a importância do indivíduo enquanto ser social. Tanto Durkheim, como Parsons, tem a preocupação de explicar a ordem social como objectivo central. Centraram-se na maneira como as expectativas espontâneas dos seres sociais se conformam com as oportunidades disponibilizadas pelos poderes estruturais, bem como as configurações estruturais são mantidas através das formas reflexas que obtêm dos campos sociais que as formam e dos indivíduos sujeitos a processos de estruturação desenvolvidos no quadro dessas configurações.

Baseado na sociologia positivista de Comte, Émile Durkheim segue seu pensamento acerca da “solidariedade social” formada pelos laços que ligam os indivíduos, membros de uma sociedade, uns aos outros formando a coesão social. São dois tipos diferentes de solidariedade social que têm relação com o “espaço” ocupado na mentalidade dos membros da sociedade pela consciência colectiva e pela consciência individual. A consciência colectiva é representada por um conjunto das crenças e dos sentimentos, os costumes, as ideias de todos que vivem em um mesmo grupo que compartilham uns com os outros, nessa mesma sociedade. Origina-se da conformidade e da semelhança existente entre os seus membros - "solidariedade mecânica" Durkheim (1987). A consciência individual é aquilo que é próprio do indivíduo e é constituída por, crenças, hábitos, pensamentos, vontades que não são compartilhadas pela colectividade. Os indivíduos são diferentes uns dos outros e a solidariedade só pode surgir da percepção geral de que cada um, com suas especialidades, contribui de uma maneira diferente e importante para a sobrevivência do todo, ao mesmo tempo em que depende dos demais membros, especialistas em outras funções. É essa rede de funções interdependentes que promove a solidariedade orgânica e é através da educação que compreende as regras e as normas socialmente estabelecidas que, por sua vez, se transformam em “seres sociais”.

Talcott Parsons (1964), sociólogo americano, divulgador da obra de Durkheim, observa que a educação, entendida como socialização, é o mecanismo básico de

constituição dos sistemas sociais e de manutenção e perpetuação dos mesmos, em formas de sociedades, e destaca que sem a socialização, o sistema social não seria capaz de manter-se integrado, de preservar a sua ordem, o seu equilíbrio e conservar os seus limites. O equilíbrio é o factor fundamental do sistema social e para que este sobreviva é necessário que os indivíduos que nele ingressam assimilem e internalizem os valores e as normas que regem seu funcionamento. Aqui encontra-se uma primeira diferença em relação ao pensamento de Durkheim, que destaca sempre o aspecto coercitivo da sociedade frente ao indivíduo. Parsons, pelo seu lado, afirma que é necessário uma complementação do sistema social e do sistema de personalidade, ambos sistemas com necessidades básicas que podem ser resolvidas de forma complementar. O sistema social para Parsons funciona harmonicamente a partir do equilíbrio do sistema de personalidade. De referir que Durkheim parte do ponto de vista que o ser humano é egoísta, que necessita ser preparado para a sua vida na sociedade. Este processo é realizado pela família e também pelas escolas e universidades. A acção exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não estão maduras para a vida social, tem por objectivo suscitar e desenvolver na criança determinados números de estados físicos, intelectuais e morais que dele reclamam, por um lado, a sociedade política em seu conjunto, e por outro, o meio específico ao qual está destinado. (Durkheim, s.d).

Antes de avançar para o estudo sobre a família, tema a aprofundar no capítulo II, é essencial evidenciar o papel da mulher no sistema social. Tomando por base a análise histórica parece não haver dúvida sobre a necessidade de aumentar a “*massa de informação*” acerca das mulheres. De facto, “*(...)a análise dos problemas que lhes dizem respeito pode levar a reconstituir todo o conhecimento do passado porque nos impõe que o examinemos de novo, ao descobrirmos que o único protagonista da História não era, como se julgava, o Homem, mas também a Mulher*” (Mattoso,1985:35-7. Isto porque, segundo o mesmo autor, para se estudar a mulher é necessário estudá-la na sua relação com o Homem. O lugar por excelência do encontro entre Homem e Mulher é a família. Segundo Émile Durkheim, esta relação homem-mulher é uma questão essencial na construção da identidade. Ainda na mesma linha de pensamento, a ideia base aqui constatada revela que paradoxalmente a identidade de um sujeito só se afirma se este estiver “*disposto a renunciar a uma*

relação exclusiva consigo próprio”, sendo então a relação com o *outro* essencial e necessária. Para Martine Segalen (1996), Durkheim, recorre ao mito de Narciso, que é aquele que se apaixona pela própria imagem e representa um exemplo típico de um *abuso de identidade*, para salientar o facto que a solidão é o impossível. O indivíduo que nega relações sociais é destinado a ser descrito como um monstro que se alimenta de si próprio. O outro é essencial para criar a sua própria imagem devido às suas diferenças, assim como o “*eu*” é essencial ao *outro*.

Esta relação Homem-Mulher torna-se essencial para situar o estudo sobre a família. Ao debruçar sobre esta temática torna-se indispensável conhecer o passado para o conhecimento do seu presente, sendo um e outro indissociáveis.

A Família é uma realidade fundamental da pessoa humana e da sociedade, plena de interesse teórico e prático. Tão antiga como a Humanidade, reflecte na sua evolução, de forma privilegiada, todos os momentos culminantes do processo histórico de auto compreensão do ser humano - mulher e homem - das sociedades e das culturas. Estudar a Família é admitir que ela encontra-se no ponto de articulação entre o indivíduo e a sociedade e acreditar na contribuição que ela pode dar à sociedade - soma de tantas famílias - para que a mesma seja justa, responsável e humana, com os seus direitos e deveres.

Muitos são os autores que se debruçaram e debruçam sobre o estudo deste conceito. Através desses estudos pode-se compreender melhor esta temática. A família não foi sempre o que é hoje. Os homens, no início, viviam em tribos e a família tinha uma conotação de povo. Até ao século XVII, o privilégio do primogénito foi a base da sociedade familiar. Somente no século XVIII, os moralistas educadores contestaram esta prática, afirmando o direito de igualdade da afeição familiar. Com o sentimento de família, cresceu a vida privada e a intimidade doméstica. A civilidade antiga baseava-se em dois temas: ambição e reputação. A ambição era considerada como um valor. Ninguém devia contentar-se com a sua condição, ao contrário, devia sempre pensar em elevá-la. Este desejo de ascensão era como um ideal que exigia disciplina e vontade.

Já que tudo dependia das relações sociais, pode-se perguntar onde as pessoas se encontravam. Muitos traços antigos se mantinham verificando-se frequentemente,

que elas ainda se encontravam fora, na rua. Não apenas ao acaso, pois as cidades eram pequenas e pouco espalhadas, mas também porque algumas ruas ou praças eram passeios onde em certas horas as pessoas podiam encontrar amigos. Não havia outros lugares públicos além das casas particulares, algumas delas grandes casas (Moura, 2003).

Em meados do século XV, as casas dos ricos abrigavam, além da família propriamente dita, toda uma multidão de criados, empregados, clérigos, caixeiros, aprendizes, auxiliares etc. Isso aconteceu do século XV ao século XVII em quase toda a Europa ocidental. Essas casas eram grandes casas. Sozinhas, elas formavam um verdadeiro grupo social. Ao lado dessas grandes casas muito povoadas havia casas minúsculas, que abrigavam apenas um casal, e, algumas de suas crianças, as mais novas. Essas casas pequenas e pobres não preenchiam nenhuma função social, não podiam nem mesmo servir de lar para a família.

Nessas casas grandes, encontra-se o meio cultural do sentimento da infância e da família. A primeira família moderna foi a família desses homens ricos dessas casas grandes e importantes. Foi para ela que os moralistas educadores escreveram os seus tratados e que os colégios se multiplicaram.

No século XVIII, a família começou a manter a sociedade à distância, a confiná-la a um espaço limitado, longe de uma zona cada vez mais extensa da vida particular. Já se disse que o conforto data dessa época: ele nasceu ao mesmo tempo em que a intimidade, a discrição e o isolamento, e foi uma das manifestações desses fenómenos. Correspondeu a uma necessidade nova de isolamento. A reorganização da casa e a reforma dos costumes deixaram um espaço maior para a intimidade, que foi preenchida por uma família reduzida a pais e crianças, da qual se excluíam os criados, os clientes e amigos. Uma das marcas mais características dessa família é a preocupação de igualdade entre os filhos. O sentimento da casa é uma outra face do sentimento da família. A partir do século XVIII, o sentimento da família modificou-se muito pouco. O casamento revela um progresso na marcha da Humanidade, porque é regulamentação do instituto familiar. A união livre e fortuita dos sexos pertence ao estado de natureza. O casamento é um dos primeiros actos do progresso nas sociedades humanas porque estabelece a solidariedade fraterna e se encontra

entre todos os povos, embora nas mais diversas condições. A abolição do casamento seria, portanto, o retorno à infância da humanidade.

Redescobrir a história da família é um contributo indispensável à análise dos fenómenos contemporâneos. Por exemplo, a família para Robert Murdock (1949) é vista como um grupo que é caracterizado por desfrutar a residência comum e pela cooperação do homem e da mulher e dos filhos gerados (Étienne e *al*, 1997). Por outro lado, segundo a perspectiva de Murdock, a família tem tendência para se contrair à medida que a divisão social do trabalho se desenvolve. Isto é, a família extensa tende a deixar o seu lugar à família conjugal. Na perspectiva de Talcott Parsons (1955), a família pode também ser vista, como um grupo social organizado em torno de um conjunto de valores opostos, ou até contraditórios, aos que estruturam a sociedade moderna (Segalen, 1996).

Após meados dos anos 60, um certo número de indicadores estatísticos faziam com que se repensasse a situação da família. Em França, o número de divórcios aumentava desde 1963, acentuando a sua progressão a partir da metade dos anos 70. Hoje, perto de um casamento em três termina em divórcio e associado a este fenómeno está a diminuição do índice de fecundidade. Verificando-se uma queda da nupcialidade a partir de 1972, ainda que se haja verificado uma ligeira correcção a partir de 1988. Paralelamente, as diferentes formas de conjugalidade fora do casamento foram-se desenvolvendo, enquanto o número de filhos ilegítimos estavam em forte crescimento.

Várias mudanças sociais se verificaram a partir de 1970 a 1990. No entanto, entre os sectores da sociedade que mais alterações sofreram, contam-se a instituição familiar, o matrimónio, o controlo de natalidade, o trabalho feminino, levando a falar-se frequentemente em “*enfraquecimento da família*”, de “*famílias desfeitas*”, de “*famílias em crise*”, que contrastavam com as sólidas estruturas de outrora (Segalen, 1996:9). De notar que aqueles qualificativos continuam actualmente, a caracterizar a família moderna, segundo a diversa literatura que chega ao conhecimento dos leitores.

A família contemporânea não se define exclusivamente como um espaço aonde circula amor, ela produz também, a construção das identidades de cada um dos seus

membros. Uma pessoa chegada contribui para a construção da pessoa com quem vive dando-lhe o «sentimento contínuo de existir», o sentimento de estabilidade do “eu” que funda a identidade (Singly, 2000). Para Durkheim esta ideia de relação é encontrada não só no carácter linguístico na relação entre a primeira e a segunda pessoa, mas também no âmbito social em que a relação existente entre «eu-tu» visa compreender o problema da identidade. Anthony Giddens ao estudar Durkheim menciona que da necessidade de estabelecer contactos sociais, é consequentemente criada a ideia de uma organização dualista. A teoria Durkheimiana da unicidade social é colocada num campo de oposições perante as explicações deste facto. Os diversos campos do conhecimento que reconhecem o conceito de representações sociais, remetem-se ao conceito durkheimiano de representações colectivas.

Reforça-se, uma vez mais, a consciência colectiva de que está dotada a vida colectiva (integrada por factos sociais) que, segundo Durkheim, é constituída por representações colectivas, fenómenos que se distinguem de outros fenómenos da natureza por suas características peculiares. As representações colectivas conservam sempre a marca do substrato social em que nascem, mas têm uma vida independente: reproduzem-se e misturam-se, produzindo novas, cuja causa são outras representações sociais e não a estrutura social. Ressaltando, portanto, a sua autonomia relativa, para Durkheim, as representações colectivas traduzem a maneira como o grupo pensa nas suas relações com os objectos que o afectam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza. Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com alguns dos seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertencem à sua constituição.

Para Anthony Giddens (1997), os indivíduos que compõem a sociedade seriam portadores e usuários das representações, mas estas não podiam ser legitimamente reduzidas a algo como o conjunto das representações individuais, das quais difeririam essencialmente. Uma outra abordagem de representação que frequenta a sociologia é a veiculada por Goffman (1975:29), *“venho usando o termo «representação» para me referir a toda actividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular*

de observadores e que tem sobre estes alguma influência". A partir da metáfora da acção teatral, Goffman (1975), demonstra que todo o ser humano, em qualquer situação social, procura dirigir e dominar as impressões que se possa ter dele, sustentando seu desempenho como actor que representa um personagem diante do público. Um relacionamento social é produto das diversas ocasiões em que um indivíduo/actor desempenha o mesmo movimento para o mesmo público mediante representações do seu papel social.

Como refere Anthony Giddens (1997), a separação e o divórcio, e as suas sequelas, podem causar ansiedades duradouras e distúrbios psicológicos, mas, ao mesmo tempo, as mudanças potenciais pela dissolução de um casamento oferecem possibilidades de crescer emocionalmente, de estabelecer novas competências e orgulho, e de reforçar as relações íntimas de forma mais capazes que antes. Segundo o mesmo autor, a separação marital, é um marcador *que "congela certas imagens que enquadram os cursos de acção que se seguem"*. O rancor muitas vezes enraíza-se e alimenta-se no modo como o casamento acabou. Um casamento que ruiu é normalmente curpido, independentemente da infelicidade ou desespero que os parceiros tenham sentido enquanto juntos.

Anthony Giddens, refere que quanto maior o tempo que duas pessoas estiveram juntas, tanto maior tende a ser o período de luto. O luto deriva da perda de prazeres e experiências partilhadas mais o necessário abandono de esperança em tempos investidos na relação. Quando o processo de luto não ocorre, o resultado é normalmente a persistência por muito tempo de sentimentos de mágoa, conduzindo talvez ao desespero e ao esgotamento psicológico. Para a maioria das pessoas, de facto, os sentimentos criados pelo divórcio parecem não desaparecer completamente com a passagem dos anos, podem ressuscitar violentamente devido a acontecimentos subsequentes, tais como o novo casamento do parceiro anterior, dificuldades financeiras, ou brigas em torno da educação das crianças. *"Qualquer um que consiga «desacopelar-se» com sucesso do seu ou sua esposa/o prévio/a tem de encarar a tarefa de estabelecer um "novo sentido do self", um "novo sentido de identidade". Num casamento de longa duração, o sentido de auto-identidade de cada indivíduo torna-se ligado à outra pessoa, e até mesmo ao matrimónio em si. A seguir ao casamento destruído, cada pessoa deve «realcançar» a sua experiência antiga e*

encontrar outras imagens e raízes de independência, de modo a conseguir viver sozinho e para abarcar as segundas oportunidades concedidas pelo divórcio”(Giddens,1997:10). Segundo o autor, um indivíduo separado ou divorciado precisa de coragem moral, de incentivo para tentar novas relações e encontrar novos interesses.

Muitas pessoas, sentem-se sozinhas, perdem a confiança nas suas próprias capacidades, e o interesse em planear para essas pessoas não faz sentido pensar no futuro, deixa de ter sentido estabelecer objectivos a curto ou a longo prazo, muito menos esforçarem-se para os atingir. A seguir ao divórcio é necessário dar um novo sentido de identidade, passar por um processo de *“encontrar-se a si mesmo”*. O paradigma da noção substancial de identidade no pensamento moderno remonta ao *cogito* cartesiano: o Eu como essência e unidade, fixo, essencialmente inato e inalterável - uma concepção de fundo repetida e renovada em momentos tão importantes como o do sujeito transcendental de [Kant (1724-1804) e Husserl (1859-1938)] ou o da razão iluminista, e que chegou à actualidade através de teorias da identidade bem conhecidas, sustentadas por certas ideias de *“feminismo”*, *“negritude”* e *“sexualidade”*. De forma bem distinta, autores tão diferentes como Hume (1748), Kirkegaard (1813-1955), Marx (1818-1883), Nietzsche (1844-1900) ou Sartre (1936) consideram, pelo contrário, a identidade essencialmente como resultado de uma construção do próprio Eu: o sujeito enquanto projecto de cada indivíduo, criado ao longo da sua vida e desenvolvido pela acção, o *“Eu com uma dimensão infinita”* que permite a cada um escolher a sua própria identidade (Taylor, 1989: 450).

Recorrendo a Carl Rogers(1974) para a compreensão do processo de construção do *“self”*, só a pessoa, ela mesma, poderá compreender num nível que chegue próximo do «plenamente». Isso sugere que a compreensão do como uma pessoa constrói seu *“self”* só será realizada por ela própria através desse mergulho no mundo do qual ela retirou a «matéria-prima» para tal construção. A construção do *“self”*, primeiro considerando que não há possibilidade nem necessidade de se resgatar todos os factos vividos, todas as experiências vividas, para se poder compreender aquela construção, e segundo, o mundo interno da pessoa é algo a ser «revivido» por ela já que ela tem muito mais possibilidade de perceber as subtilezas do contexto do mundo no qual tudo aconteceu. Isso leva a pensar que, independentemente da realidade

objectiva, o que forja, o que molda a construção do “*self*” é esta realidade, tal como ela é percebida pela pessoa. As percepções acabam por entrar na construção do “*self*” e, por sua vez, o “*self*” passa a interferir na percepção da relação com os outros. Segundo Carl Rogers, chama-se a isto, reconstrução do “*self*”. Associada a esta reconstrução está o processo de recapitulação da história pessoal que, como toda a história, é lacunar, há muitos espaços vazios (experiências de difícil simbolização), sendo esses espaços preenchidos por fantasias e muitas delas são mais fortes do que os próprios factos lembrados. Poder-se-ia, inicialmente, questionar sobre a validade de tais fantasias na «desconstrução» e na «reconstrução» do “*self*”. Para Carl Rogers, dado a sua prática indica que elas são muitíssimo importantes para a compreensão do modo como o “*self*” foi, aos poucos, sendo estruturado. A reconstrução do “*self*” é realizada quase que integralmente pelo próprio indivíduo através de uma visão geral do mundo, do seu «campo fenomenico», como ele era composto; de uma visão do seu contacto com as pessoas que faziam parte de seu mundo, nas diversas fases de sua vida e o modo como essas pessoas influenciaram seu modo de se perceber; de uma visão dos seus sentimentos em relação a tais pessoas que conviviam com ele e o grau de significância que ele atribuía a elas; de uma visão do juízo (julgamento) que ela faz de si mesmo. Esses quatro itens, uma vez explorados pela pessoa, praticamente se coloca no íntimo da engrenagem de construção, de estruturação do “*self*”, ou seja: Na tentativa de manter a estrutura do “*self*”, o indivíduo ora ignora, ora distorce ou até intercepta as experiências que poderão forçá-lo a mudar sua auto-imagem. A personalidade, definida por Carl Rogers (1974), vai sendo estruturada, como tal compreensão pode favorecer o surgimento de uma reestruturação dela e, através disso, surgir novas formas de acções que provoquem mudanças na relação entre a pessoa e o mundo que a cerca de modo mais construtivo para si, escapando de formas tradicionais, fixas, de comportamento, as quais, lhe foram impostas, na maior parte das vezes de maneira subtil, pelo ambiente no qual foi criada (Giddens, 1997).

Ao longo da vida o indivíduo vai formando uma imagem de si que decorre de percepções que adquire no contacto com as pessoas com as quais convive, bem como das percepções que ela própria vai formando de si, através dos valores da sua sociedade, que lhe chegam de forma directa ou indirecta, claramente ou de forma

encoberta. Existe bastante literatura sobre este tema, mas tornar-se mais claro o que se afirma através das narrativas das entrevistadas, seleccionadas para este estudo. Assim, ao perguntar a qualquer pessoa como ela é, como ela se define como sujeito, invariavelmente ela procurará adjectivos que foram ou são originários dos valores que caracterizam o seu grupo social. Em outras palavras, os parâmetros que usa para fazer um conceito sobre si são sempre os mesmos utilizados pela sua sociedade, ou pelo seu grupo de origem, principalmente pelo que sempre ouviu falarem a seu respeito. Ainda que, num determinado momento de sua vida, ela passe a ser seu próprio juiz, se avalie, se classifique, nem por isso deixa de utilizar, para seus julgamentos, os valores que são significativos para as pessoas da sua sociedade.

A percepção do sujeito é socialmente determinado, o mundo ao seu redor é um determinante poderoso no seu modo de julgamento dos outros e de si mesmo. Poder-se-ia perguntar então: onde estaria a fronteira entre o indivíduo ele mesmo e o indivíduo construído pela sociedade? Anthony Giddens menciona o pensamento de Michel Foucault (1996), em relação a esse aspecto, afirmando que os nossos próprios “eus” podem ser as grandes ilusões realistas do nosso tempo – as entidades interiores, totais, privadas, individuais, mentais, que frequentemente aceitamos como certo serem o que somos.

O “self” tal como o estamos conceituando aqui é um conjunto organizado e mutável de percepções que se referem ao indivíduo, tais como as características, atributos, qualidades e defeitos, capacidades e limites, valores e relações que ele reconhece como descritivos de si mesmo e que percebe como dados de sua identidade. Neste item, daremos alguns exemplos de como o “self” do indivíduo vai sendo historicamente construído, ao mesmo tempo em que vai sendo desconstruído e, como decorrência disso, vai se auto-reconstruindo.

Quando os indivíduos entram em contacto com os elementos que construíram seu “self”, no momento em que cada uma delas revê, relembra, imagina, um período ou uma idade de sua vida, ao mesmo tempo em que isso ocorre, observa-se que aí surge um movimento que se pode definir como «desconstrução» pois se assemelha a um desmontar o todo e passar a ver as partes constituintes da estrutura do “self”. Nesse processo de verificação dos elementos constituintes da «desconstrução» ocorre um

movimento inverso que é o de «auto reconstrução», ou seja, o próprio indivíduo passa a compreender as articulações que existem entre esses elementos que compõem seu “*self*”. Essa compreensão é, na verdade, uma nova percepção do seu “*self*” e esse facto novo, (essa nova percepção) passa a gerar um movimento de mudança no seu modo de se ver, de se aceitar e, conseqüentemente, na sua conduta. Tal movimento tem se mostrado ser de natureza positiva e semelhante ao que Carl Rogers, chama de mudança construtiva da personalidade. Parece que uns dos aspectos mais estimulados na pessoa através desse processo é o aumento da auto aceitação e da aceitação dos demais. Uma melhor visão da realidade e, conseqüentemente, a descoberta de uma melhor forma de lidar com ela.

Após um divórcio compreende-se que se tem de se reconstruir. Como fazê-lo? Como é difícil ter que introduzir um novo “*eu*” no meio dos outros “*eus*” já existentes, é preciso recomeçar. Criar-se a si própria uma vez mais. “ *Já era tempo de entrar no mundo real. A sua vida passada parecia-lhe agora destruída de cor, (...) ela pergunta a si própria quem é ela(...) Agora, tenho de voltar a aprender a ser eu própria. É só isso.(...)estava sozinha e sem futuro. Aqui estou eu(...)*” (Singly, 2000:284-5). Os actuais discursos sobre identidades tendem a centrar-se em imagens do indivíduo embrenhado em conflitos permanentes, acidentados, incompletos e necessários, tendo em conta condições próprias a sociedades globalizadas e interconectadas. Delinea-se então um dos dilemas mais significativos do “*self*”, inscrito por um lado, no paradoxo relativo à percepção por parte dos actores de uma realidade complexa e de grande escala que, por vezes, os restringe aos níveis da autonomia e dos espaços de decisão, e por outro, da crescente auto-responsabilização das acções individuais, em contextos plurais e dispersos, veiculadores de configurações de individualidade contraditórias, e em constante reformulação. Partindo-se de uma clarificação e desconstrução do conceito de identidade, questionam-se pressupostos «modernista», baseados nos movimentos humanista e iluminista, de constituição do indivíduo como uno, racional, estável, previsível e autónomo, através de mecanismos internos inatos e independentes da realidade exterior, algo que se espelha na própria origem latina de «*individû*», o «*indivísivel*». Em contraposição, privilegia-se uma conceptualização dinâmica, processual e relacional das identidades - informada por formulações interaccionistas e

construtivistas - que se formam nos processos sociais, histórica e culturalmente localizados, e nas capacidades reflexivas e estratégicas dos actores em manter, modificar e manipular essas mesmas condições de formação. Assim, a identidade individual ou pessoal, entendida como um conjunto de valores, representações e conhecimentos particulares de cada actor, não pré-existe aos processos de interacção como uma essência primordial e independente, mas constrói-se em referência a categorizações específicas de grupos de pertença, definidoras de determinadas identidades sociais, que se jogam dialecticamente em tensão com as auto-imagens e os papéis desempenhados pelos actores (Giddens, 1997).

A compreensão relativa a toda uma conceptualização das identidades pretende, porém, neste estudo apontar para uma reflexão mais aprofundada sobre as suas dimensões constituintes, que se estruturam sempre num *continuum* entre dois pólos – fragmentação/centramento, multiplicidade/unidade, descontinuidade/continuidade temporal e virtualidade/realidade. No que respeita à primeira dimensão, o debate processa-se entre perspectivas que remetem para um sujeito que se caracteriza por vivências fragmentadas, dispersas e constituídas por uma diversidade ao nível dos discursos, uma soma não-linear e contraditória de partes, que se traduz metaforicamente numa anunciada «morte do autor», expressão muitas vezes, deficientemente compreendida, e outras que privilegiam a «integridade» de uma identidade com um centro definido e único (destacam-se as formulações de Anthony Giddens). Conceptualmente, denota-se assim um sentido de «integridade» na linha de Giddens, segundo o qual os actores actualizam uma preocupação em manter uma coerência e equilíbrio das suas condutas perante as exigências e contextos divergentes de acção, conotando negativamente a ideia de fragmentação. De facto, recusa-se a concepção radical da identidade como conjunto desordenado de várias “*personae*”, mediante as situações de interacção em que o actor se depara na sua vida quotidiana; esta fragmentação tão acentuada colocaria, por um lado, problemas de integração no ambiente envolvente, e por outro, tensões entre as diversas identidades, algumas certamente em conflito constante. A proclamada «morte do autor» não deve ser entendida então como a desintegração total do sujeito numa infinidade de dispersões, entregue às suas próprias vontades e desejos, mas sim como uma ideia

para repensar a importância dos diversos contextos de interação na construção das identidades.

Por outra parte, critica-se também as concepções de Giddens sobre a existência de uma identidade central ou de um “*self autêntico*”, que parecem algo próximas de posições essencialistas anteriores. Com efeito, a ênfase deste autor numa auto-identidade que procura inerentemente a integração de elementos divergentes, sobrestima a capacidade racional dos indivíduos na gestão de condições que, frequentemente, se encontram fora do controlo dos mesmos. Para Anthony Giddens, o sentido de auto-identidade pressupõe a consciência de uma continuidade biográfica, isto é, de uma linha temporal contínua entre o passado, presente e futuro, com a incorporação de acontecimentos reais e exteriores. Este sentido de auto-identidade apresenta-se, simultaneamente, como frágil pela possibilidade de escolha entre múltiplas narrativas potenciais, e robusto devido à necessidade de manutenção de um sentimento de segurança e estabilidade, resistente a tensões ou transições. O objectivo intrínseco será sempre a construção/reconstrução de um sentido de auto-identidade coerente e recompensador, ou a procura de um “*self autêntico*” ou “*verdadeiro*” internamente referencial, que reenvia para a própria trajectória de vida. Considera-se, no entanto, que o conceito de «projecto» sobrestima a capacidade reflexiva dos actores e as suas possibilidades reais de apropriação estratégica de elementos em contextos tão mutáveis, divergentes e sem entidades centrais como fontes de significados; por outra parte, pressupõe uma ideia de progresso para um “*self autêntico*”, enquadrada numa visão linear da condução da história que se rejeita à partida, salientando-se sim as rupturas históricas em linhas de acção descontínuas.

A reflexividade defendida por Giddens torna-se então problemática em face da constante fragilidade e mutação dos modelos e valores de referência constituintes de possíveis “*projectos de vida*”. Não obstante, os indivíduos podem possuir uma representação temporal das suas trajectórias e elaborar planos tendo em conta as condições ao seu dispor, mas sempre condicionados pelas constantes mudanças em curso, levando assim também a constantes adaptações e reformulações dessas estratégias e objectivos. A partir da fase de exploração do enquadramento teórico, com o desdobramento, num primeiro momento, da relação entre o problema de pesquisa e a procura das suas causas e da definição dos objectivos específicos do

estudo, através da definição e do corpo de hipóteses que se articulam entre si e integram-se na definição da problemática da investigação, estas são apresentadas sob a forma de proposições provisórias susceptíveis de verificação empírica.

Da perspectiva de Anthony Giddens, seleccionaram-se alguns conceitos para interpretar aspectos dos discursos das entrevistadas. Quando define patamares de consciência, diferenças entre formas de consciência e formas de expressar a consciência - percepção, consciência prática e consciência - conceitos de auto-reflexividade ou de consciência reflexiva são tidos em consideração. De facto, as formas de consciência reflexiva dos sujeitos foram usadas, nesta perspectiva, como elementos de informação empírica importantes para o entendimento dos processos de divórcio que lhe estão associados.

O aumento contínuo de divórcios, conduziu-nos a uma preocupação, que incide sobre o processo de (re)construção da identidade pessoal nas mulheres divorciadas. Assim, coloca-se a seguinte interrogação: Quais as representações de si própria mais significativas na (re)construção da identidade Pessoal após o processo de divórcio e de que forma a relação com os outros é imprescindível para essa (re)construção acontecer? Pretende-se com este estudo compreender o processo de (re)estruturação do “*Self*” após o divórcio; contribuir para um melhor conhecimento sobre a forma como a mulher divorciada recorre a outros “*eus*” na construção da sua identidade; e perspectivar os apoios facilitadores da afirmação da identidade na mulher divorciada

A organização, desta investigação, em torno de uma hipótese de trabalho, visa fornecer à investigação um fio condutor, um critério para seleccionar os dados e de entre estes os considerados pertinentes de forma a dar resposta ao que se pretende estudar. Assim, partiu-se da seguinte hipótese de trabalho: *O tipo de divórcio é in/facilitador na (re)construção da Identidade Pessoal.*

Desta hipótese surge a necessidade de apresentar os seguintes corolários:

1. Há uma relação directa entre as razões que levaram ao divórcio e as consequências para os dois tipos de divórcio.

2. As consequências apresentadas vão definir o tipo de reacção à nova situação civil.
3. O relacionamento entre o “*Eu-próprio*” e os outros “*Eus*”, tal como é imposto pela vida social, é um processo evidente na (re)construção da Identidade Pessoal.

CAPÍTULO II – A FAMÍLIA NA SOCIEDADE

2.1. Perspectiva Sócio-histórica

A família, como unidade social, existiu em todas as civilizações e todas as épocas desde que há testemunhos históricos. A temática da evolução da instituição familiar tem despertado desde meados do século XIX o interesse de investigadores das mais variadas proveniências ideológicas e filosóficas, tais como, Lewis Morgan (1877), Friedrich Engels (1884), assim como Émile Durkheim (1858-1917) e Marcel Mauss (1872-1950) que passam a considerar a família como uma instituição de origem social com carácter marcadamente histórico e com estrutura e funções influenciadas pelo grau de desenvolvimento da sociedade global em que se insere.

A família como unidade sociológica, é um grupo organizado, unido por laços pessoais, íntimos e domésticos. A sua missão não se limita a cuidar só dos descendentes enquanto precisam de amparo e protecção. Serve também como meio para desenvolver personalidades socialmente úteis, para transmitir o transcendente acumular de conhecimentos humanos, tais como a língua, a escrita, a conduta social. A família é, por conseguinte, fundamental para a civilização humana. Recorre-se à interdisciplinaridade das ciências e à antropologia, do o conhecimento que detém sobre os povos, para melhor compreender este tema.

Ao tipo de família está associado a diferença de papéis do homem e da mulher. Assim, na família tipicamente patriarcal quem assume a direcção é o elemento do sexo masculino mais velho do grupo. A sua autoridade é absoluta. Dispõe dos seus filhos e dos filhos dos seus filhos, da propriedade deles e do seu trabalho. Esta modalidade patriarcal alcançou grande preponderância na Roma primitiva. O registo matriarcal tem sido um fenómeno raro. Na família matriarcal a mulher continua a ser o membro da sua própria tribo depois do casamento e vive com os seus parentes. Os seus filhos pertencem à tribo da mãe e mantêm o seu nome e haveres. As irmãs e os filhos das irmãs do elemento varão herdaram as propriedades destes. Do ramo masculino só o tio materno mais velho exerce alguma autoridade. Daqui provém o direito de herdar do sobrinho. A permanência dos laços matrimoniais na família matriarcal reside na mulher, apesar de, na prática, isto não significar necessariamente

que a esposa detenha todo o poder praticamente, o registo matriarcal tem sido sempre um fenómeno raro. Entre os *Tchambulis*, tribo da Nova-Guiné, por exemplo, embora a mulher ostente aparentemente a autoridade, o poder real encontra-se geralmente nas mãos dos seus parentes de sexo masculino (Valdês,s.d.).

A organização patriarcal da família existiu sempre, em formas mais ou menos modificadas; na civilização ocidental, tem sido reconhecida como princípio de direito comum e reconhece o homem como chefe de família. No entanto, na família moderna, não predomina o papel do homem sobre o da mulher ou vice-versa.

Apesar de se terem realizado alguns estudos na área da família, ainda há muito para elaborar sobre a família em Portugal. Sobre a formação e dissolução de alianças matrimoniais, Rui Cascão, baseado na obra de Edward Shorter (1981), *Naissance de la famille moderne*, refere que *"a instabilidade a que se encontra sujeita a família desde há cerca de um século surge como resultado da progressiva substituição da propriedade pelo sentimento (e nos dias de hoje pela sexualidade) como laço fundamental entre os cônjuges. Mas por outro lado, essa instabilidade é também consequência directa do abrandamento da acção das instituições de controlo sobre a vida familiar"* (1985:154). O casamento surge como um jogo em que se desconhece o resultado final e onde os erros de percurso acarretam por vezes consequências trágicas.

O enquadramento legislativo é dado por dois significativos marcos da nossa história recente. Por um lado a Constituição de 1933 que permite a estruturação legal do Estado Novo e, por outro, na sequência de uma intensa pressão a que a campanha da Acção Católica se associa destacadamente, a reformulação dos termos do acordo entre Portugal e a Santa Sé, o que ocorre em 1940. É pois neste período de discussão a nível institucional (Estado/Igreja) que se desenrolam as actividades de debate e doutrinação relativas à Família. Instituição fundamental em qualquer sociedade, a família vê-se sujeita às mais diversas interpretações e abordagens. O seu enquadramento normativo é relativo ao modelo e às concepções familiares defendidas pelo Poder. O discurso instituído pelo Estado Novo correspondia de alguma forma aos modos de ver, pensar e sentir, aos valores de uma parte significativa da nossa sociedade, tradicional e bloqueada ao chamamento da

modernidade. Embora fortemente moralizado e moralizador e tendo em vista objectivos claros de Poder, tratava-se dum discurso assente em valores socialmente reconhecidos.

Luís A. Vicente Baptista (1985), baseado em diversas obras apresenta-nos as variadas formas como esta instituição aparece referida. Na obra, *A Família-Estudo doutrinário*, 1938/39, a família aparece associada a um conjunto de potencialidades únicas que lhe dão um valor insubstituível e a tornam um elemento fundamental como fonte de “*toda a vida humana*” e “*fonte de todas as virtudes morais e cívicas da raça*”. A mesma opinião é partilhada por Laura Silveira e Sousa (1939) na obra, *Em defesa da Família*, onde a família é a “*célula do corpo social*” e é “*a pequenina e encantadora sociedade*”. João Serras e Silva em 1940 com a obra *Aspectos fundamentais da Doutrina Social Cristã*, vem reforçar o conceito de família como “*base de toda a estrutura social*”. Já em 1933, Pestana de Vasconcelos em *O conceito de Lar e Família no Estado Novo*, comparava a família a “*um Estado em miniatura*” e que se forma através de um casamento.

A família é vista como uma Instituição Divina, defendida a ideia de que o casamento (origem e fundamento da família) tem um significado transcendente, «selo divino no laço conjugal», que pela vontade do Todo-Poderoso se efectua através do Sacramento da Igreja, tornando-se assim os esposos colaboradores na obra de criação. Todos os valores ligados à estrutura familiar assentam na ideia de uma organização hierárquica em que há uns que mandam e outros que obedecem. É clara a distinção dos papéis e estatutos que privilegiam a permanência da mulher em casa e do homem no exterior, constituindo a família a instituição através da qual o seu encontro se estabelece. Ao homem estão ligadas as ideias de liderança e chefia da família que são mediatizadas pela acção directa da mulher; é com o papel de pai e marido que o homem desempenha lugares socialmente relevantes – como pai ele é descrito como o «rei da família» em que o seu reino é constituído pela mulher e filhos. Como marido deve saber mandar e é descrito como «príncipe da família» e «cabeça da mulher», chefe de família por vocação natural, dedicada à Igreja e à Pátria, assim afirma Elisa Vieira de Castro (1939) na sua obra «Deveres mútuos dos cônjuges» in *Defesa da Família*.

Se o homem é o chefe da família e tem por isso um papel importante no lar mais importante ainda, ou pelo menos mais central no âmbito desta instituição, se considera o conjunto de papéis desempenhados pela mulher. É ela que cabe o papel de organizar e orientar todas as actividades ligadas à casa e directamente aos filhos. Esta distinção de papéis distribuídos aos dois sexos é fundamentado na ideia de pertencerem a naturezas naturais diferentes, determinantes do lugar que o homem e a mulher devem ocupar na família e na sociedade, ou seja, toda a educação e preparação da mulher tem como objectivo, poder cumprir bem a sua «missão», a do matrimónio e a vida do lar, de forma a proporcionar tranquilidade ao marido e a boa educação dos filhos (Baptista, 1985).

O papel da mulher na constituição do sistema – família. Segundo Giddens (1993), a invenção da maternidade faz parte de um conjunto de influências que afectaram as mulheres a partir do final do séc.XVIII: o surgimento da ideia de amor romântico; a criação do lar, a modificação das relações entre pais e filhos. O autor assinala que no final do séc. XIX houve um “declínio do poder patriarcal” com o “maior controlo das mulheres sobre a criação dos filhos” referindo-se a um deslocamento da “autoridade patriarcal para a afeição maternal”. Ele destaca como novo, neste período, a forte associação da maternidade com a feminilidade. Este modelo consolidou-se em uma ideologia que passou a exaltar o papel natural da mulher como mãe, atribuindo-lhe todos os deveres e obrigações na criação do(a)s filho(a)s e limitando a função social feminina à realização da maternidade. Entretanto, como nos alerta Knibielher e Fouquet (1977), a realização desse ideal de maternidade era impossível para as mulheres pobres. As classes dominantes que reinventaram a maternidade como vocação feminina exclusiva estão em contradição absoluta com a realidade concreta. De facto, no séc. XIX, muitas mulheres trabalham no séc.XIX e, por isso, têm de assumir a sua maternidade nas condições mais difíceis. A distância é imensa entre o ideal descrito e sonhado da mãe educadora, consagrada em tempo integral a suas crianças, e a vida quotidiana das mães de origem modesta (Scanove, 2001).

A transição de um modelo tradicional de maternidade (a mulher definida essencial e exclusivamente como mãe: proles numerosas) para um modelo moderno de maternidade (a mulher definida também como mãe, entre outras possibilidades: proles reduzidas e planeadas) deu-se com a consolidação da sociedade industrial. As

contradições inerentes ao processo de industrialização e a forma como as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, marcadas por profundas desigualdades sociais e sexuais, revelam os impactos desse processo na mudança dos padrões da maternidade. No momento em que as mulheres das famílias operárias, no séc. XIX, começaram a associar, de forma crescente, trabalho fora do lar e maternidade (leia-se, também, como trabalho no lar), instaurou-se a lógica da dupla responsabilidade, que se consolidou no séc.XX, com o avanço da industrialização e da urbanização, recebendo por parte das análises feministas contemporâneas a designação de “dupla jornada de trabalho”.

Foi necessário aguardar pelos anos de 1974 e 1975 para que em Portugal fossem abolidos os poderes especiais do marido, como os direitos de abrir a correspondência da esposa, de proibi-la de ser comerciante e de, globalmente, dirigir a vida em família. Em 1975, com a entrada em vigor do protocolo à Concordata (que fora celebrada entre o Estado português e a Santa Sé e que retirava a possibilidade de divórcio em casamentos católicos), é possível o divórcio civil para os católicos. No entanto, a valorização dos direitos no plano legal e real afigurou-se bastante diferenciada e não tão célebre quanto teria sido desejável. Verifica-se também que vaga global reivindicativa posterior ao período revolucionário – a multiplicação dos diferentes movimentos sociais – surge desarticulada das lutas pelos direitos das mulheres, uma vez que, para além de contemplar outras problemáticas sociais de urgente resolução, postulava apenas um novo paradigma económico e social como condição suficiente para a concretização da emancipação feminina. (Tavares, 2000)

Uma sociedade em constante mudança gera, hoje, muitas definições de família mas talvez o mais importante seja vê-la como um todo, como uma emergência dos seus elementos, o que a torna una e única. A família surge nos nossos dias como instituição controversa, a respeito da qual coexistem avaliações contraditórias, inclusivamente no campo das ciências sociais (Almeida, 1990). A família é *“uma rede complexa de relações e emoções na qual se passam sentimentos e comportamentos que não são possíveis de ser pensados com os instrumentos criados pelo estudo dos indivíduos isolados. Conceitos importantes como o da personalidade não são aplicáveis ao estudo da família. A simples descrição dos elementos de uma família não serve para transmitir a riqueza e a complexidade relacional desta*

estrutura” (Gameiro,1999:187). Dadas as trocas que estabelece com o exterior, a família é um sistema aberto: dele recebe um conjunto de influências ao mesmo tempo que o influencia. Na sua evolução, porém, o sistema familiar vai regulando esta abertura ao exterior, ora fechando-se ora abrindo-se e realizando movimentos centrípetos e centrífugos de acordo com as suas necessidades e as suas características (Alarcão, 2002).

Para alguns, a família actual está em «crise», para outros, existe uma «degradação familiar» e, ainda muitos, falam em «transformação ou mudança» na família. Uma aparente aceleração nos últimos vinte anos dos processos de transformação que afectam as estruturas e os comportamentos familiares dos países europeus, têm recolocado estas questões na ordem do dia, tentando encontrar explicações. As famílias actuais questionam as suas vivências, não só por terem modelos de referência transmitidos pelas gerações anteriores, mas também porque, no seu dia-a-dia, procuram obter um bem-estar e uma felicidade que são construídos consoante as suas possibilidades e as oportunidades que a sociedade lhe oferece. Esta análise, sobre a família actual, feita por especialistas de várias áreas, tais como, sociólogos, antropólogos, e psicólogos, tem, por isso, que contemplar uma diversidade de tipos de famílias, socialmente aceites e presentes no «tecido social» de que são exemplo as famílias nucleares, alargadas, monoparentais e reconstruídas. Os novos tipos de família procuram um modelo de felicidade, onde ideias como liberdade, igualdade, tolerância, dignidade e justiça social se afiguram como uma possibilidade de vivência quer individual quer do grupo familiar e até colectiva. Em suma, relativamente à família moderna, é importante salientar que esta foi perdendo, cada vez mais, a exclusividade do exercício de um conjunto de funções, nomeadamente nas funções da educação e socialização dos filhos, onde entidades como a escola e a comunicação social assumem, hoje, um papel também, crucial (Ahrons&Rodgers, 1987; Torres, 2001). Reveste-se, de igual importância, salientar o crescente papel interactivo do estado na regulamentação da família, assegurando a protecção e direitos dos mais frágeis, como as crianças, e os direitos e os deveres dos progenitores, quer no domínio da vida privada, quer no da vida pública (Torres, 2001).

2.2. Estrutura e Funções da Família

É consensual, nos estudos sociais, o papel da família na transmissão da cultura. Ela (a família) está presente na primeira educação, na repressão dos instintos e na aquisição da língua, justamente chamada materna. Em última instância, é ela quem transmite estruturas de comportamento e de representação cujo jogo ultrapassa os limites da consciência. A família, nas suas várias formas de expressão e integradas nos diversos contextos culturais, antropológicos, sociológicos, económicos, constitui o elemento primordial da estruturação social e do desenvolvimento humano, sendo à sua volta que se organiza o tecido social. Poderíamos dizer que é em seu seio que se interioriza os códigos da existência social. Assim, o conhecimento das características das estruturas familiares, nas suas potencialidades, realidades, e de outros dados relacionados com a evolução quantitativa e qualitativa da estrutura familiar, é de uma importância fundamental, dada a influencia no bem-estar e na qualidade de vida das crianças e dos adolescentes, a nível orgânico, psicológico, moral, social, e cultural.

A família moderna tornou-se, paulatinamente, mais especializada na sua função de suporte afectivo e emocional, função que assume de forma quase exclusiva, sendo essencial para o equilíbrio psicológico do indivíduo (Ahrons & Rodgers, 1987). A conjugalidade e as relações pais-filhos são marcadas pelo acento tónico nos processos afectivos, no respeito mútuo pelos sentimentos do outro, no reforço da individualidade e identidade pessoal, num contexto em que as pessoas ultrapassam as coisas em importância (Torres, 2001). Trata-se de um novo modelo de família, família companheira, por oposição ao anterior modelo de família, institucional, segundo o qual se registava uma sobrevalorização dos aspectos instrumentais, em detrimento dos expressivos (Ahrons & Rodgers, 1987).

As relações familiares evoluem no sentido da simetria de papéis, quer entre cônjuges, quer entre pais e filhos, tendo por base o princípio do consenso, e não o da autoridade (Torres, 2001; Pires, 2002). O trabalho da mulher é socialmente valorizado e desejado e a família de dupla carreira, com um ou dois filhos, representa na actualidade, o formato mais comum da família (Torres, 2001). No que concerne à maternidade e à paternidade, a mudança registada em termos de uma maior igualdade nos papéis sexuais do homem e da mulher na família e os exemplos e reivindicações

de pais divorciados no sentido da conquista de maior envolvimento na educação e vida dos filhos, têm contribuído para o reconhecimento das capacidades dos pais ao nível da prestação de cuidados aos filhos e da importância do papel que estes desempenham no desenvolvimento dos filhos, aproximando, em estatuto e valorização, a paternidade da maternidade (Afonso, 1997).

As profundas mudanças verificadas no domínio da família, na recta final do séc.XX, inspiram, no quadro conceptual das ciências sociais e humanas, análises, não consensuais, de teor mais ou menos negativista ou optimista. Análises sociológicas mais negativistas salientam evidências de desconcerto de princípios e orientações reveladoras de situação de crise familiar. A família é vista enquanto palco de inúmeras contradições, de práticas e de princípios, da sociedade actual, de dicotomizações abusivas e de pseudo-liberdades, onde, no domínio das relações, estruturadas segundo princípios de propriedade (dando a propriedade-terra lugar à propriedade-simbólica dos bens de consumo e materiais), facilmente desempenham o papel de escravos de pessoas ou coisas (Lopes, 1997). Nesta perspectiva, a família actual, apesar de aparato das pseudo-autenticidades, assenta mais no parecer do que no ser, no circunstancial do que na persistência, na partida sem rumo do que na chegada que se almejou, procura mais o dinheiro do que o amor, vive mais das facilidades do que do sacrifício, vendo, seriamente, comprometido o desempenho de uma das suas principais funções, a articulação e equilíbrio entre o individual e o social, a unidade e a autonomia, no sentido de ser a base de segurança para o desenvolvimento equilibrado do indivíduo (Lopes, 1997). Outros autores, salientando a diferença entre ideologias e práticas, sobretudo no que concerne à conjugalidade, defendem que com a revolução sexual, o colapso da família tradicional significou, com excessiva frequência, um novo tipo de liberdade para os homens e um novo tipo de armadilha para as mulheres (Goldner, 1985, cit. por McGoldrick, 1995). Argumentam que as mulheres, sempre educadas segundo papéis sexuais tradicionais, habituadas a assumir todas as responsabilidades – ao nível doméstico; da prestação de cuidados para com os diferentes elementos da família, nuclear e/ou alargada; educação dos filhos; manutenção e fomento das relações familiares, nucleares e/ou alargadas; e manutenção de rituais e tradições – incorrem em grandes conflitos internos e sentimentos de culpa, quando decidem não continuar a assumir a

responsabilidade exclusiva pelas mesmas e, sendo esta lacuna preenchida por ninguém, sentem a desagregação familiar. Assim, defendem que, actualmente, no casamento, muitas mulheres acabam por, na prática, limitar-se a uma acumulação de funções, de que resulta uma maior sobrecarga, uma maior exposição a factores de “stress” ao longo do ciclo de vida e uma maior vulnerabilidade face aos mesmos, dada a sua maior responsividade emocional. Em termos práticos, as mulheres tendem, também, a ocupar cargos mais baixos e/ou a ser remuneradas a um nível mais baixo, comparativamente com os homens (McGoldrick, 1995). Visões menos pessimistas argumentam, numa análise temporal mais alargada, que a família era, já nos finais do séc. XIX, palco de conflitos, contradições e adaptações, fruto da sua natureza dinâmica, colocando a questão do ajustamento familiar aos níveis transtemporal e transcultural (Casey, 1984, cit. por Lopes, 1997).

No que concerne à igualdade entre os sexos, alguns autores salientam os benefícios resultantes para o casal, no sentido de uma maior satisfação nas relações íntimas (Ahrons & Rodgers, 1987). Resultados de estudos realizados na Europa e nos Estados Unidos, revelam que a actividade profissional das mulheres nas famílias, está associada a níveis mais elevados de partilha de tarefas domésticas, de poder de decisão e autoridade entre os cônjuges, e a uma maior percepção de companheirismo, entreajuda e comunicação por parte destes (Torres, 2001).

2.2.1. A Família como factor de socialização

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, grande parte da socialização precoce tem lugar no seio de um contexto familiar restrito. A família é o núcleo mais importante da vida da criança e o factor protector onde deveria haver mais investimento, o que é reconhecido, quer pelos próprios pais, quer pelos teóricos. A família sempre foi considerada como um grupo de referência, desde que se nasce até que se morre, ou seja, desde o momento do nascimento, o desenvolvimento orgânico do homem e, na verdade uma grande parte do seu ser biológico, enquanto tal, estão submetidos a uma contínua interferência determinada pela sociedade (Peter L. Berger & Thomas Luckmann, 1999). Desde o nascimento que se inicia um processo de aprendizagem de hábitos, costumes, valores e códigos de linguagem que o tornam um ser específico e diferente de outros seres humanos.

A socialização é um processo que é estudado tanto pelos sociólogos como pelos psicólogos, embora segundo perspectivas diferentes, como processo em que a família tem um papel determinante. Para Mayer (1983), este processo é definido como um processo, de aquisição das atitudes e habilidades que são necessárias para desempenhar um determinado papel social (Relvas & Alarcão (2002), ou pode ser definida como a completa e consistente introdução de um indivíduo no mundo objectivo de uma sociedade ou de um sector da mesma (Berger, P.L. & Luckmann, Th., 1999). Para a sociologia, a função socializante da família tem em conta a aprendizagem dos valores e dos papéis sociais. A psicologia defende a importância do contexto familiar no desenvolvimento da personalidade da criança e no jovem. Logo após o nascimento, a criança sente, vê, escuta e reage: ela aprende. Este complexo mundo de vozes, odores, calor e presenças que constitui a sua primeira aquisição, torna-se cada vez mais evidente que deste novo original de informação se tecem os primeiros vínculos, admiravelmente precoces, que ligam a criança à mãe, daí dependendo as capacidades de aprendizagem, de comunicação e até de regulação biológica da criança (Hubert Montagner, (1993). A psicossociologia articula estes dois aspectos, preconizando que a assunção de papéis e de valores, bem como o desenvolvimento psicológico da criança, do jovem e do ser humano em geral, se fazem através de um processo de interacção e de comunicação (Relvas & Alarcão, 2002). Autores como Deleuze (1987) e Santos (1988-1994) afirmam que, muito do que somos e, sobretudo, a nossa existência enquanto seres sociais na família, no trabalho, nos grupos ou na escola, advém de um longo processo de maturação. Este processo de desenvolvimento psicossocial, sendo interactivo entre cada um e os outros, também resulta da interacção entre o indivíduo e as diversas instâncias sociais (Relvas & Alarcão, 2002).

A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância e em virtude da qual se torna membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo, já socializado, em novos sectores do mundo objectivo da sua sociedade. É evidente que a socialização primária, em geral, é a mais importante para o indivíduo e que a estrutura básica de toda a socialização secundária se deve assemelhar à da socialização primária. A socialização primária implica mais do que a pura

aprendizagem cognitiva. Ocorre em circunstâncias carregadas de alto grau de emoção. De facto, há boas razões para se acreditar que sem esta ligação emocional com os outros significativos, o processo de aprendizagem seria difícil, se não mesmo impossível. A criança identifica-se com os outros significativos através de uma multiplicidade de modos emocionais. Sejam eles quais forem, a interiorização só se realiza na medida da identificação. A criança assume os papéis e atitudes dos outros significativos, isto é, “interioriza-os, tornando-os seus (Berger e Luckmann, 1999). A socialização primária cria na consciência da criança uma abstracção progressiva dos papéis e atitudes de outros específicos para com os papéis e atitudes em geral. Quando perante uma situação a criança provoca na mãe um comportamento de reprovação, a criança vai provocar a mesma situação com as outras pessoas significativas (pai, irmã mais velha, avó...) e comparar os comportamentos, caso se assemelhe ao comportamento da mãe, a generalidade da norma é alargada de modo subjectivo. O passo decisivo ocorre quando a criança reconhece que *todos* são contra a situação provocada, e a norma generaliza-se. A maneira como a criança desenvolve as relações emocionais, com os pais ou outras figuras significativas, é descrita como sendo uma relação afectiva. Existem três indicadores que o revelam essa afectividade: primeiro é o facto da criança permanecer em contacto com a pessoa envolvida; o segundo é a presença de alguns sinais de stress com a ausência dessa pessoa; o terceiro indicador manifesta-se quando a criança se sente confiante, confortada na presença da pessoa com quem tem essa relação afectiva. Autores como, Tran-Thong (1987); Malpique (1990); Sullerot (1993); Chbani e Pérez-Sanchez (1998); Sharp e Cowie (1998), tem defendido, que a relação afectiva durante a infância é o protótipo das relações interpessoais futuras, ou seja, segundo os seus estudos, defendem que o sucesso das primeiras ligações afectivas desenvolve a capacidade da criança no sentido de ser capaz de amar e ser amada pelos outros, pelo que experiências tardias de confiança e proximidade são difíceis de conseguir sem estas experiências primárias (Berger & Luckmann, 1999). Durante este processo as relações estabelecidas com o pai e com a mãe acontecem através de uma definição de papéis: o papel paternal e o papel maternal distintos, com determinadas características próprias, resultante da construção social do género, masculino e feminino, ao longo da história. Ao mesmo tempo que a família sofreu transformação, assim, também o papel paternal e o papel maternal se alterou. É de grande

importância as funções parentais na família, sobretudo com grande utilidade nas famílias reconstruídas e monoparentais ou outras que não se encaixam no tipo tradicional de família nuclear. Com o nascimento do primeiro filho, o jovem casal sobe um degrau na hierarquia geracional, «sobe de geração», e torna-se prestador de cuidados, responsável e protector da geração mais nova, até aí constituída por eles próprios. Tem assim como tarefa reorganizar-se através da criação, negociação e definição de novos papéis e funções. Tal como o casal construiu o seu, os novos pais organizam o modelo parental que comporta dois modelos distintos; o maternal e o parental. Esta representação vai permitir assumir a função parental, baseada no ajustamento das funções maternal e parental que não significam, estritamente, o papel desempenhado pela mãe e pelo pai. Podem ser definidas com «conjunto de elementos biológicos, psicológicos, jurídicos, éticos, económicos e culturais que tornam um indivíduo mãe e pai de um ou vários outros indivíduos (Relvas, 1996).

O tipo de família monoparental não é novo senão pela sua difusão e pelo ideológico que em si transporta. Este termo designa hoje lares que têm à sua cabeça não duas pessoas de sexo oposto mas uma só, com filhos a cargo. Nadine Lefaucheur (1991) refere que o termo «família monoparental» veio substituir o termo «família em risco» ou «família marginal» (Segalen, 1996). Na perspectiva de Anália Torres (2004), comunicação apresentada no âmbito das Jornadas de Sociologia na Universidade de Évora, este tipo de famílias podem ser designadas por «famílias transitórias» dado que de acordo com estudos realizados, estas famílias existem durante um período de transição para dar lugar a uma nova família, ou seja, as famílias recompostas. Em relação às famílias recompostas, Irène Théry (1987) diz-nos que o termo «família recomposta» designa a situação pós-divórcio, quando o casal se encontra multiplicado por dois, dispondo então a criança de dois lares de referência, aquele onde residem com o progenitor dito «isolado» e aquele onde reside o outro progenitor (Segalen, 1996).

As situações de disfunção familiar, ou de separação e divórcio são frequentes na sociedade actual, como temos vindo a demonstrar, mas, sendo as famílias estruturas tão «plásticas» e dinâmicas, porque não pensar numa constante renovação deste ecossistema, sem que isso acarrete necessariamente um drama? Uma família divorciada pode continuar a ser uma família, tanto quanto algumas em que os seus

elementos vivem todos juntos não constituem uma família no verdadeiro sentido da palavra. E se ter filhos deverá ser um factor de ponderação, que obrigue, a pensar duas vezes, pondo a questão em termos muito simples, mais vale um bom divórcio do que um mau casamento (Cordeiro, 2003). Após o divórcio, um ou ambos os cônjuges poderão eventualmente voltar a casar-se ou coabitar sem matrimónio legal com um novo companheiro. Surgem, então, os novos pais, a criança já não tem apenas um pai mas sim dois, um pai biológico e um pai social. Assim, surge a família pós-divórcio, Cárter, McGoldrick *e tal.*, (1995) na qual tem que se considerar a necessidade de se reorganizar todo um conjunto de relações no sentido horizontal intrageracional (pai-mãe, irmão-irmã, por exemplo) e vertical intergeracional (pais-filhos, família nuclear-famílias de origem, por exemplo), (Relvas, 2002). Sabemos que as famílias pós-divórcio e as famílias de progenitor único evoluem, muitas vezes, para outro tipo de núcleo familiar: a família com recasamento.

2.3. O Casamento, o Divórcio e a pluralidade da Conjugalidade

2.3.1. O Casamento

Nas sociedades antigas, o casamento constitui o elemento fundamental da continuidade familiar, e a escolha do cônjuge é guiada por um conjunto de mecanismos sociais. Esta ideia é reforçada por Pierre Bourdieu (1962), os seus estudos das sociedades rurais francesas, referindo que antes de 1914, o casamento era regido por regras muito estreitas. A família comprometia todo o futuro da exploração familiar, e contribuía para reafirmar a hierarquia social. Recebia a função de assegurar a continuidade da linhagem sem comprometer a integridade do património. Tornava-se assunto de todo o grupo mais do que do indivíduo, cada um se casava com uma família (Sagalen, 1996).

Em Portugal a lei prevê duas formas de casamento: o casamento católico e o casamento civil. O casamento católico é celebrado perante um ministro da igreja católica e rege-se, de acordo com a Concordata de 1940, pelo direito canónico e pelo direito civil no tocante aos efeitos civis. O casamento civil é geralmente celebrado perante um funcionário administrativo e rege-se exclusivamente pelo direito civil. Divórcio é a dissolução do casamento decretada por um tribunal. Para a doutrina

cristã o casamento é obra de Deus e, por isso mesmo, só por ele pode ser dissolvido. Daí que o direito canónico não admita a dissolução da sociedade conjugal por decisão dos homens. O Direito português conferia plena eficácia civil, no tocante a este aspecto, ao direito canónico. E por isso mesmo, até 1975, eram indissolúveis pelo divórcio os casamentos celebrados canonicamente.

Alterada a Concordata de 1940 pelo Protocolo Adicional assinado no Vaticano em 15 de Fevereiro de 1975, o Decreto-Lei n.º 261/75, de 27 de Maio veio estabelecer que os efeitos do casamento (seja ele civil ou católico) passariam a reger-se pela lei civil. O casamento pode dissolver-se por duas vias: por morte de um dos cônjuges ou por decisão judicial ou parajudicial. Antes da publicação do Decreto-Lei n.º 261/75, de 27 de Maio, entendia-se que, à face do direito canónico, só a morte real dissolvia o casamento, pelo que a declaração de morte presumida, declarada nos termos da lei civil, não operava a dissolução do casamento. Muito haveria a dizer sobre o casamento, mas não é este o objectivo do estudo, no entanto justifica-se evidenciar o papel da mulher neste tão complexo processo de constituição de família.

Dada as numerosas transformações do casamento ao longo dos anos e nos diferentes contextos, tenta-se de uma forma muito breve transmitir uma ideia sobre alguns pontos cruciais que envolvem o casamento. Tanto nas sociedades igualitárias como no das inigualitárias, no meio rural a escolha do cônjuge é sempre um assunto colectivo, ainda que os protagonistas tenham uma palavra a dizer. Nas sociedades complexas, estudadas por Claude Lévi-Strauss (1952), a escolha do cônjuge é somente limitada por algumas proibições – observa-se o papel determinante do parentesco na constituição das alianças. A proximidade de parentesco foi, e tal como hoje, se bem que, sob formas renovadas, é regra fundamental do casamento. Exige a proximidade dos cônjuges, proximidade geográfica, social, profissional. Ao observar-se os ritos de casamento, este serve em primeiro lugar as mulheres, sendo estas simultaneamente as suas protagonistas e as suas principais utilizadoras. O objectivo essencial do casamento, é fazer passar a mulher da casa do pai para a do marido. A separação dos pais é marcada pelo choro da noiva, além de implicar uma deslocação física para a jovem, o casamento marca uma profunda transformação do seu estado e do seu estatuto (Segalen, 1996). O casamento tradicional servia para as jovens se instalarem na vida (Singly, 2000).

A demografia continua a ter um papel importante na análise dessas transformações, essa ciência que para Émile Durkheim, conseguia exprimir quase quotidianamente os movimentos da vida colectiva e abarcar a sociedade no seu conjunto, fornecendo dados sobre as variações do comportamento e as pulsações sociais. Até à década de 70, não havia senão uma maneira de fundar uma família: o casamento. Desde então, este modelo foi duplamente posto em causa pelo aumento das uniões não legitimadas pela lei e pelo aumento dos divórcios. A sociologia, na década 60, interessava-se pelas determinantes socioculturais e geográficas da nupcialidade, posteriormente começa a analisar as causas, os sinais e as consequências do desinteresse pelo casamento. Associado a este desinteresse em casar, surge um número crescente de divórcios. Pode-se dizer que até 1970 a constituição da família parecia orientar-se para um modelo único. No final do século XX, pelo contrário, é a diversidade que se instala.

Hoje, o casamento já não tem a mesma função para as jovens, as mulheres conduzem o jogo matrimonial, coabitando e, seguidamente, optando por se casarem e por terem filhos mais tarde do que outrora, de modo a protegerem o seu futuro profissional. É frequente a coabitação ser encarada como um período de aprendizagem da vida em casal, podendo pensar-se que seria uma garantia contra o divórcio, mas na perspectiva de Martine Segalen (1996) não é esse o caso. As formas alternativas de vida conjugal multiplicaram-se e afirmaram-se. Passa-se de uma sociedade regida por uma única norma para uma multiplicidade de modelos conjugais e, conseqüentemente para novas formas de famílias. O casal tornou-se, pois, uma realidade menos institucionalizada e, conseqüentemente, menos estável. Hoje em dia, as uniões livres e as mudanças de companheiro, outrora excepcionais, assumem carácter legítimo. Para Badinter (1986:330), cada um dos elementos que formam o par aspira *“a uma vida íntima cheia de compensações afectivas e sexuais”*. Béjin (1983:180), refere-se ao ideal contemporâneo da relação conjugal, *“Pesada carga a de ser ao mesmo tempo, para a pessoa com quem se partilha a vida, o amante, o cônjuge, o amigo, o pai ou a mãe, o irmão ou a irmã, o confidente, o confessor”*. De facto, nas diversas teorias conhecidas de alguns sociólogos, tais como, Badinter (1986); Singly (1991); Kaufmann, (1993) e Giddens (1994,1995) referem que o espaço da conjugalidade caracterizar-se-á, cada vez mais, pelo grande investimento

pessoal e social que suscita, sobre o qual se geram elevados níveis de exigências e de expectativas. Falar-se-á mais de relações do que de casamentos, mais de companheiros do que amantes e de cônjuges, Badinter (1986). Segundo Anthony Giddens (1995), o conceito de relação, como significado de igualdade sexual e emocional e de laço emocional contínuo com outrem, só recentemente entrou no uso corrente. O autor traduz a relação pura, “*uma situação em que uma relação social foi assumida em si mesma, naquilo que pode resultar para uma pessoa da relação com a outra e que dura apenas enquanto seja considerada por ambas as partes como fonte de satisfação*” (Giddens, 1995:38).

Como vários estudos têm mostrado, inclusive, o estudo sobre a problemática da igualdade de oportunidades para os homens e as mulheres nos doze estados membros da Comunidade Europeia (Eurostat, 1994), constata-se uma certa recusa do casamento, enquanto instituição, acompanhada da aceitação a qualquer custo, o casamento tornou-se, tendencialmente, uma relação que dura enquanto se mantiver compensadora para quem nela está envolvido.

O casamento mostra bem como as pessoas procuram e precisam da fusão com o outro. Quando essa fusão passa à cumplicidade, há um caminho a percorrer lado a lado, que é o período em que têm a sensação de que há ali uma pessoa que apoia, com quem pode haver trocas muito intensas, físicas e afectivas e com quem são capazes de se imaginar para o resto da vida, para o bem e para o mal como costuma dizer-se. Mas, em muitos casamentos todo o processo parece contraditório, pois essa fusão não passou de uma falsa fusão. Um casal tem de se cultivar e se, ao fim de algum tempo, começa a não haver espaço para os dois estarem sozinhos, aquilo começa a “*esboroar-se um bocadinho*” (Gameiro, 2004). Na opinião do autor, a relação conjugal e o amor, tornaram-se um ingrediente fundamental na vida das pessoas. Cada vez mais os casamentos são contratos *leasing*, a prazo. Cada vez mais as pessoas dizem: “*Ou isto me faz algum sentido em termos de amor ou então não faz sentido continuar a relação*” (Gameiro, 2004).

2.3.2. O Divórcio

Tal como o casamento, o divórcio mudou. O divórcio não cria uma situação verdadeiramente nova.

Em Portugal, a partir de 1884 surgem alguns defensores do divórcio, em 1908, D. Aberto Bramão na sua obra, *Casamento e Divórcio*, afirmava: “*O divórcio é a errata do casamento (...)*” e na qual defende a vantagem da adopção de uma lei do divórcio. Esta lei não só beneficiaria a situação da mulher e elevaria a sua dignidade moral e social, mas permitiria resolver graves problemas da família, Francisco José Teixeira Bastos (1857-1902) publica a sua obra *A Família* defendendo que “*o divórcio é a melhor garantia de aperfeiçoamento da família (...)*”, em 1900 Duarte Gustavo Roboredo de Sampaio e Melo, advogado, apresenta um projecto de lei sobre matéria do divórcio e mais tarde, em 1906, edita uma obra intitulada *Família e divórcio*, em 1910 surge um *Projecto de Lei do Divórcio em Portugal* por Luís de Mesquita, pretendendo desta forma produzir a primeira modificação profunda e efectiva das instituições da família e do casamento em Portugal, dado que esta lei considerava o casamento como um contrato bilateral eventualmente dissolúvel, ao contrário do que era legislado pelo Código Civil de 1867, considerando-o perpétuo e indissolúvel (Cascão:1985:154-155). Segundo a mesma fonte, baseado no *Censo da População de Portugal nº 1º de Dezembro de 1911*, podemos fazer referência a alguns dados estatísticos sobre o número de divórcios desde 1911, ou seja, neste ano existiam 2685 pessoas divorciadas em Portugal das quais 1398 eram do sexo masculino e 1398 do sexo feminino. Segue-se um período de decréscimo de divórcios entre 1913-1918. Como subsequência da Primeira Guerra Mundial (1919-1923) surge um período de crescimento e entre 1924 e 1928 uma nova descida e que é alterada com uma subida desde 1929 até 1940.

Com a implantação da 1ª República, a legislação de Afonso Costa permitiu o divórcio, ao mesmo tempo que instituiu o casamento como um acto civil, tornando a celebração religiosa opcional. Ao mesmo tempo, à mulher foram concedidos novos direitos dentro da estrutura familiar, nomeadamente a igualdade no casamento. Mas se as reformas republicanas introduziram novos direitos, o Estado Novo trouxe um retrocesso às liberdades das mulheres. A Constituição de 1933 retirou o exercício de certos direitos à mulher, limitando-lhe o acesso a profissões como a magistratura ou a diplomacia. Os cidadãos eram considerados iguais perante a Lei, mas as mulheres eram uma excepção, ou seja, todos os cidadãos são iguais perante a lei,

salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família.

A Concordata entre a Santa Sé e o Estado Novo, assinada em 1940, limitou o direito de divórcio aos casamentos civis, proibindo-o à grande maioria dos casais unidos pelo laço "divino". Mas não é só a nível da legislação que se assiste a um retrocesso. O próprio retorno à mentalidade tradicional e católica funcionou como um espartilho para as mulheres, vistas como sexo fraco e reservadas ao papel de esposas e mães extremosas. Maria Lamas, presidente da Conselho Nacional das Mulheres, foi uma excepção durante este período e as suas reuniões ficaram célebres. O Conselho, relevante neste período de silêncios, foi extinto em 1948, em consequência de uma polémica iniciativa: uma exposição de livros escritos por mulheres, colóquios e sessões de discussão. Segundo Miguel Reis e Catarina Pessanha, actualmente, depois das reformas introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 261/75, de 27 de Maio, 561/76, de 17 de Julho e 496/77, de 25 de Novembro e 163/95, de 13/7 a lei portuguesa admite duas formas de divórcio: o divórcio litigioso e o divórcio por mútuo consentimento. O regime do divórcio litigioso sofreu uma reforma profunda com a Lei n.º 47/98, de 10 de Agosto, que veio facilitar o recurso a essa via. Este processo é, como a própria expressão indica, um litígio, um processo de um cônjuge contra o outro, que pode ser desencadeado em dois quadros típicos: a) Quando o outro cônjuge violar culposamente os deveres conjugais e essa violação for de tal forma grave e reiterada que comprometa a possibilidade de vida em comum; b) Quando se verifique uma ruptura da vida em comum, marcada por alguma das seguintes situações: separação de facto por três anos consecutivos; separação de facto por um ano se o divórcio for requerido por um dos cônjuges sem oposição do outro; alteração das faculdades mentais do cônjuge, que dure há mais de três anos e, pela sua gravidade, comprometa a possibilidade de vida em comum; ausência do cônjuge, sem que dele haja notícias, por tempo não inferior a dois anos. No divórcio litigioso o cônjuge que desejar pedir o divórcio tem de mandar um advogado para deduzir o pedido em tribunal e tem de, em audiência de julgamento, fazer prova do que alega como fundamento de divórcio.

Os deveres conjugais cuja violação, que terá que ser tão grave e reiterada que ponha em causa, de forma definitiva, a possibilidade de vida em comum são os que vêm no

artº 1672º do Código Civil: respeito, fidelidade, coabitação, assistência. A invocação e a prova da violação destes deveres por parte de um dos cônjuges tem, com muita frequência, consequências muito negativas no relacionamento dos elementos da família. Antes da Lei nº 47/98, de 10 de Agosto, o divórcio por mutuo consentimento só era possível depois de três anos de casamento ou se houvesse separação de facto por mais de seis anos.

A Lei nº 47/98 veio permitir que o divórcio por mútuo consentimento possa ser requerido em qualquer momento e que a separação de facto possa ser invocada como causa de divórcio desde que tenha mais de três anos. Porém, desde que a separação seja de mais de um ano, não carece o cônjuge que propõe a acção de fazer prova da violação dos deveres conjugais - que redundava sempre num lavar de roupa suja - se o réu não contestar. Embora a confissão não seja, por regra, admissível nas acções sobre o estado das pessoas, o legislador encontrou aqui um artifício jurídico para tornar a regra, desde que haja separação de facto por mais de um ano. Ou seja, se os cônjuges não estão de acordo em se divorciar por mútuo consentimento, mas um deles garante que não contesta a acção que contra ele seja proposta pelo outro. Neste caso bastará ao cônjuge que propõe a acção invocar a separação de facto por mais de um ano e dela fazer prova em julgamento; os cônjuges não estão de acordo em se divorciar por mútuo consentimento e nada garante que o cônjuge réu não contestará. O cônjuge que propuser a acção deverá alegar, para além da separação de facto por mais de um ano a violação dos deveres conjugais, mas se não houver contestação não carece de fazer prova da violação dos deveres conjugais, bastando-lhe que faça prova da separação de facto por mais de um ano.

O divórcio por mútuo consentimento supõe o acordo dos cônjuges para o pedido de divórcio, assentando, por isso mesmo, num acordo do divórcio. Os cônjuges não têm que revelar ao tribunal por que se querem divorciar. *"Trata-se de um divórcio por causa não revelada; a lei, na ideia de desdramatizar o divórcio e poupar aos cônjuges a revelação dos seus desentendimentos, permite-lhes não tornar públicos esses motivos. Evita-se, assim, provocar o escândalo desnecessário da revelação das causas do desentendimento conjugal e ainda a necessidade de invocar causas simuladas"* (Reis, 2002).

2.3.3. Pluralidade das formas de Conjugalidade

Para definir o conceito de conjugalidade impõe-se os estudos desenvolvidos pela socióloga Anália Torres (2002). Define o conceito de conjugalidade enquanto processo e relações sociais. Na perspectiva da autora, podem ser definidas cinco dimensões do conceito. Assim, em primeiro lugar, a conjugalidade “*inscreve-se em relações e trajectórias sociais e de género*”; a segunda dimensão é a que se refere à “*produção de sentido e de identidade*”; a terceira diz respeito à afectividade destacando a vertente amorosa e a concretização da sexualidade; a quarta dimensão é a que identifica o casamento como “*fonte produtora de realidade*”; a quinta dimensão remete para o facto de a conjugalidade ser “*social e historicamente situada*” (Torres, 2002:22-27). As ideias, as normas, os valores sobre a família, vão mudando.

Na segunda metade do século XX, sobretudo no seu último terço, sob influência de todo um conjunto de mudanças socio-económicas, a crescente difusão das ideologias inerentes ao movimento feminista, a adesão, cada vez maior a novos valores de individualização, autonomia, realização pessoal, igualdade, liberdade, tolerância, eficácia, competição e recompensa imediata pelo esforço e, cada vez menor, a valores mais tradicionais, verificaram-se profundas alterações no domínio da conjugalidade e da estrutura e dinâmicas familiares, aumentando significativamente, o número das apelidadas «novas formas de famílias» - família de dupla carreira (onde o pai e a mãe mantêm uma actividade profissional); família monoparental (de progenitor único, que assume em exclusivo as responsabilidades e cuidados em relação aos filhos; família resultante quer de uma separação/divórcio ou viuvez, quer de uma opção própria de adulto); família bi-nuclear (resultante de uma situação de separação/divórcio, onde a vida das crianças é repartida entre dois agregados familiares, cada um deles liderado por um dos progenitores, que partilham, entre si, em maior ou menor grau, as responsabilidades e cuidados em relação aos filhos) (Ahrons, 1994); a família reconstruída (resultante do casamento de indivíduos, cuja estrutura e dinâmica podem ser mais ou menos complexa dependendo da existência, ou não, de filhos de casamento(s) prévio(s) por parte de um, ou de ambos os cônjuges). Uma das novas formas de conjugalidade, concretamente a coabitação ou

união de facto é uma prática adoptada por um número cada vez maior de homens e mulheres. Estas estruturas conjugais, quer na sociedade ocidental, em geral, quer em Portugal, em particular, assumem uma representatividade demográfica suficiente para se justificar tanto a sua regulamentação jurídica como a necessidade do seu conhecimento mais profundo em termos psicológicos (Relvas, 2002).

O avanço da modernidade traz consigo alterações nas instituições da família e do casamento, ligando-se directamente à transformação da intimidade no contexto da vida quotidiana. As relações pessoais e íntimas podem adquirir contornos não existentes em quadros institucionais tradicionais, e dão azo a que tenda a ser cada vez maior o número de pessoas a viverem sozinhas (Giddens, 2000 cit. por Guerreiro, 2003). Muitos desses casos surgem do aumento do divórcio que se verifica em Portugal. Resultado das mudanças nos comportamentos e representações sobre a vida familiar baseados no aumento da autonomia e liberdade do indivíduo, mas também, graças à emancipação feminina, emancipação essa que *“materializou na expansão do trabalho feminino fora de casa e na conseqüente menor dependência das mulheres face ao casamento como forma de sobrevivência”* (Teixeira, s/d:12). Os dados demográficos demonstram o aumento de divórcio que se tem verificado em Portugal. De acordo com Anália Torres (1996), o divórcio tornou-se mais frequente porque mudou a forma de encarar o casamento que é agora percebido como uma relação que dura enquanto for compensadora para as partes envolvidas.

2.4. Dinâmicas Sócio-demográficas do Divórcio em Portugal

Nos últimos 50 anos a família modificou as suas dimensões. Muitos estudiosos se interessam por este fenómeno social que, sendo reconhecido pela maior parte das pessoas, começa a ser objecto de quantificação, quer pelos dados estatísticos oficiais quer pelos indicadores demográficos existentes. Após meados dos anos 60, um certo número de indicadores estatísticos faziam com que se repensasse a situação da família.

A partir de 1975, a dissolução do casamento por divórcio é legalmente reconhecida, como já foi referido, e, desde essa data até 2002, a estatística revela que esse fenómeno demográfico é cada vez mais frequente na sociedade portuguesa. Na década de 70, o número médio de casamentos celebrados por ano atingiu o valor

mais elevado desde que há informação estatística sobre o facto (86 595), sendo 1975 o ano recorde com a ocorrência de 103 125 casamentos. Nos anos 80, inicia-se a tendência decrescente dos casamentos celebrados. Nesta década, o número médio de casamentos por ano foi de 72 058, chegando aos anos 90, acentua-se a tendência que se tem verificado na evolução dos casamentos, quer em número de ocorrências (decréscimo) quer na forma de celebração (diminuição dos católicos e aumento relativo dos civis), uma constante nos últimos dois anos (2000 e 2001).

Relativamente ao divórcio, entre 1975 e 1979, a média de divórcios por ano situava-se nos 4 794 casos. Na década de 80, a média de divórcios por ano aumentou para 7.947, o que corresponde, face à média observada na segunda metade dos anos 70, a um acréscimo proporcional de 65,8%. Na continuação da informação que o INE disponibiliza, registaram-se, em 1997, 14.078 dissoluções de casamentos por divórcio, valor superior ao de 1996 em 4,8%, e que se traduz numa taxa de divorcialidade de 1,4 por cento. Em 1997 ocorreram aproximadamente 21,2 divórcios por cada 100 casamentos celebrados, enquanto que, em 1996, este indicador se situava em 20,8.

Uma análise por regiões, mostra que, em 1997, as taxas de divorcialidade mais elevadas se encontram nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve, respectivamente com 1,9 e 2,0 por mil habitantes. Com as taxas mais baixas encontram-se as regiões do Norte e do Alentejo, ambas com 1,0 divórcios por mil habitantes. Dos 14 078 divórcios decretados em 1997, 82,0% tiveram por base o comum acordo dos cônjuges; 17,7% resultaram de processos litigiosos e 0,3% decorreram da conversão de separações judiciais de pessoas e bens em divórcio. Na continuação da informação que o INE disponibilizou à comunicação social em 2 de Janeiro de 2003, os portugueses estão a divorciar-se cada vez mais, mas sem grandes conflitos já que 90,9% dos processos foram, em 2002, por mútuo consentimento.

O número de casamentos celebrados em Portugal, no entre Janeiro e Setembro de 2002, registou o valor de 45 005 (menos 3,4% em relação ao mesmo período de 2001); e o número de casamentos dissolvidos por divórcio para o período em análise foi de 20 450 (crescimento de 55,9%, comparativamente ao período homólogo de 2001). Segundo os últimos indicadores demográficos de 2002, o número de divórcios

atingiu em Portugal o valor mais alto de sempre no ano passado, quando terminou um em cada dois casamentos. O número de divórcios aumentou assim 46,8%, passando dos 19.044 decretados em 1991 para 27.960 em 2002. Com base nos dados estatísticos apresentados pelo INE, as taxas mais elevadas registaram-se em Lisboa e Vale do Tejo (3,3); Algarve (3,2); Madeira (3,0) e Açores (2,8) por mil habitantes. O Norte e o Alentejo são as regiões do país onde a taxa de divórcios é menor (2,2). Comparativamente com outros países, Portugal – com uma taxa de divórcios na ordem dos 2,7 por mil habitantes – ocupa agora os primeiros lugares da União Europeia, claramente acima da Irlanda (0,7) e da Grécia (0,9), do Luxemburgo e dos Países Baixos (2,3), da Suécia (2,4) e da Finlândia (2,5).

Segundo dados apresentados pela Revista Foco (15 de Agosto de 2003), em 2002 foram claramente predominantes as dissoluções de casamentos por mútuo consentimento, 25.418, o que representa 90,9% do total. Os litigiosos têm um valor muito inferior, com 2.512 ocorrências, 9,0% e por último, com expressão praticamente residual, a conversão de separação em divórcio com apenas 30 casos, 0,1%.

Além de se divorciarem mais, os portugueses estão também a optar por casar cada vez menos e os que resolvem fazê-lo, fazem-no cada vez mais tarde, valorizando a vida académica e profissional. Ao fazer-se uma análise da relação entre os casamentos celebrados e a população residente, a taxa de nupcialidade numa análise referente aos últimos 10 anos, apresenta algumas alterações ao longo deste período. De 1992 para 2001, em Portugal, a taxa de nupcialidade baixou de (7,0) para (5,7) casamentos por mil habitantes, equivalente a um decréscimo de 23,7%.

Segundo os dados definitivos dos Censos de 2001, relativamente à relação entre os divórcios e a população residente mostra que a taxa de divorcialidade, em Portugal, nos últimos 10 anos, entre 1992 e 2001, passou de 1,2 para 1,8 divórcios por mil habitantes, equivalente a um acréscimo de 54,6%. Em 2001, as regiões que apresentavam taxas de divorcialidade superiores à média nacional por ordem de grandeza as seguintes: Lisboa e Vale do Tejo (2,4%), Algarve (2,3%) e Açores (2,1%) enquanto o Norte é a região do país onde a taxa de divórcios apresenta o menor valor (1,4%).

Desde o início da década de 90, a evolução dos casamentos por idade dos cônjuges vem evidenciando uma importância relativa de alguns grupos etários, confirmando o facto de que os portugueses casam cada vez mais tarde, em particular os homens. Actualmente, o grupo etário dos 25 aos 29 anos passou a ser a classe modal na distribuição dos casamentos por idades, tanto nos homens como nas mulheres. Se, há dez anos, (22,7%) dos homens e apenas (15%) das mulheres casavam com mais de 30 anos, em 2002 estas proporções subiram para cerca de (32%) nos cônjuges masculinos e de (22%) nos cônjuges femininos. A evolução dos divórcios, segundo a idade dos cônjuges, mostra que a susceptibilidade para o divórcio não é uma questão que atinja apenas as gerações jovens. Há menos pessoas a divorciarem-se com menos de 30 anos e no lado oposto, relativamente ao grupo etário decenal dos 30 aos 39 anos continua a ser o de maior importância relativa, tanto nos homens (36,7), como nas mulheres (37,5%), nos divórcios decretados em 2001.

Nos casais com filhos vivos à data do divórcio, a frequência dos divórcios vai diminuindo à medida que o número de filhos vai aumentando. Os casais sem filhos à data do divórcio tiveram um pequeno acréscimo no período focado (1992-2001), de 31,7% passaram para 33,5%. Sobre a duração do casamento dissolvido por divórcio, a tendência registada nos últimos 10 anos demonstra um crescimento acentuado dos divórcios em casamentos recentes (dos 0 aos 4 anos) que, em termos relativos, passaram de 12,2%, em 1992, para 18,3%, em 2001. O grupo quinquenal dos 5 aos 9 anos continua maioritário na ventilação dos divórcios por duração do casamento, mas a sua importância relativa baixou de 25,1%, entre 1992 e 2001.

Estes dados mostram bem a mudança que acontece nesta sociedade contemporânea. E uma das mudanças mais significativas é a que se realiza na vida diária de cada um. As vidas são estruturadas mais pelo futuro antecipado do que pelo passado. Anthony Giddens (1997), explica que o jogo do hábito, do costume e de tradição tem um papel menos importante para os indivíduos de hoje, do que tiveram para as gerações antecedentes. O papel da mulher na sociedade era definido com base na tradição, hoje as mulheres querem cada vez mais viver suas vidas autonomamente, *“têm mais capacidades, mais margem de manobra, se estão mais longe das situações de forte constrangimento económico e social, tenderão mais facilmente a defender valores de maior autonomia, tolerância e liberdade pessoal”* (Torres, 1996:6).

CAPÍTULO III – OS EFEITOS DA MODERNIDADE NO PROCESSO DE (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PESSOAL

3.1. Modernidade e Identidade Pessoal

Os valores apresentados no capítulo anterior vêm a centuar as preocupações sobre a problemática da identidade. O “*self*” numa sociedade em mudança; um “*self*” construído/reconstruído; uma realidade alterada, que muitos dizem ser efeitos da modernidade. Pretende-se compreender como a sociológica do “*self*” tenta reflectir sobre o modo como as instituições agem sobre o «eu» e o «moldam».

A dificuldade em definir a palavra «*moderno*» deve-se ao facto, de o passar do tempo lhe modificar continuamente o sentido, afirma Jean-Marie Domenach, Com efeito, é considerado moderno o objecto ou o indivíduo do qual se diz estar em conformidade com a sua época. Segundo o mesmo autor, baseado em J. Baudrillard, «*Modernidade*» in *Encyclopaedia Universalis*, a modernidade define-se como uma “*moral crónica da mudança*” (1995:22), ao repudiar o antigo e ao apelar para o novo, o seu princípio impele-a a andar cada vez mais depressa, a consumir cada vez mais, a tornar-se uma ideologia da mudança pela mudança e a resultar numa “*cultura da quotidianidade, que continuamente recupera e recicla o passado*”. Para Giddens (1991), a comunidade sofreu uma destruição, no que se refere às marcas deixadas pelo homem na constituição da vida social. Embora os «lugares», enquanto espaços apareçam cada vez mais integrados, revelam-se territorialmente fragmentados, genéricos e iguais. Há como que um «*estranhamento*», onde o homem não se reconhece como constituinte desse processo. Na modernidade, outras transformações são observadas no âmbito das relações interpessoais: “*as rotinas que são estruturadas por sistemas abstractos têm um carácter vazio, –isto vale também para a ideia de que o impessoal submerge cada vez mais o pessoal*” (Giddens, 1991:122). A preocupação de Giddens é a de mostrar não uma ruptura entre o pessoal e o social institucionalizado, mas explicitar novas bases sobre as quais se desenvolve essa relação, onde situações tão diferentes e localizadas estão directamente interligadas. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a intimidade e a impessoalidade adquirem um lugar de expressão comum, e espaço único, indiferenciando-se enquanto especificidades (Giddens, 1991).

Os actuais discursos sobre identidades tendem a centrar-se em imagens do indivíduo embrenhado em conflitos permanentes, acidentados, incompletos e necessários, tendo em conta condições próprias a sociedades globalizadas e interconectadas. Delineia-se, então, um dos dilemas mais significativos do “*self*”, inscrito por um lado, no paradoxo relativo à percepção por parte dos actores de uma realidade complexa e de grande escala que, por vezes, os restringe aos níveis da autonomia e dos espaços de decisão, e por outro, da crescente auto-responsabilização das acções individuais, em contextos plurais, veiculadores de configurações de individualidade contraditórias e, em constante reformulação (Nascimento, 2001). Assim, a identidade individual ou pessoal, entendida como um conjunto de valores, representações e conhecimentos particulares de cada actor, não pré-existe aos processos de interacção como uma essência primordial e independente, mas constrói-se em referência a categorizações específicas de grupos de pertença, definidoras de determinadas identidades sociais, que se jogam dialecticamente em tensão com as auto-imagens e os papéis desempenhados pelos actores.

De acordo com Giddens (1997), a identidade não é um facto, uma coisa acabada, mas sim um processo em constante construção/reconstrução. A identidade é um processo não essencialista, mas sim racional. Inúmeras são as questões que se colocam hoje. Marcado por pressões de um mundo cada vez mais complexo e desorganizado, a natureza dos problemas humanos redimensiona-se, obrigando todos a um investimento pessoal, por vezes demasiado pesado. A identidade pessoal é definida como um sistema de representações e de sentimentos a partir dos quais o sujeito constrói e utiliza um «horizonte temporal». Graças ao sentimento de identidade, ele pode, com efeito, perceber-se como sendo o «mesmo no tempo», viver numa continuidade existencial. Aspira uma certa coerência, implementa a função de personalidade, ou seja, organiza e coordena as suas condutas, as suas aspirações, os seus desejos ou os seus fantasmas e, ao fazê-lo, processa permanecer ele mesmo. Preserva uma positividade, uma auto-estima a partir da qual as angústias e o sentimento de fracasso podem ser canalizados (Tap, 1996).

Perdido e premido por exigências do mundo, a identidade do homem transforma-se rapidamente, sem que a ciência e o universo consensual possam dar conta dessas mudanças. As várias configurações de identidade habitam reflexões dos teóricos da

modernidade, como Giddens (1997) e exigem a circunscrição deste homem ao momento actual do mundo globalizado, marcado por um capitalismo desorganizado, a fim de explicitar novas bases sobre as quais se articula o pessoal e o social na contemporaneidade, responde por novas configurações do homem, expondo perspectivas que devem ser objecto de investigação dos cientistas sociais, no qual o homem está obcecado pela diferença procurando por distinção. Na opinião de Berger e Luckmann (1999), a identidade é um elemento chave evidente na realidade subjectiva e, tal como toda a realidade subjectiva, encontra-se em relação dialéctica com a sociedade, ou seja, a identidade é formada por processos sociais. Segundo os mesmos autores, os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Por outro lado, as identidades produzidas pela interacção do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a. Baugnet (1998:17), reforça esta ideia de construção/(re)construção da identidade, ou seja, a identidade constrói-se e define-se na relação com o outro, que é indissociável do lugar social e da relação com o meio, ou seja: “ *a identidade pode ser apreendida imediatamente como processo mais que como realidade substancial. Dito de outra forma, existe identidade unicamente mediatizada pelo sujeito em situação* ”.

Considerando a identidade em termos psicológicos, Erikson (1976:21), defende que os acontecimentos da vida de uma pessoa, desde a mais tenra idade, produzem sobre ela uma imagem de si mesma, que se constrói a partir das relações que ela estabelece com os outros – pais, família, parentela, amigos, ou seja: é um processo de crescente diferenciação e torna-se ainda mais abrangente à medida que o indivíduo vai ganhando cada vez maior consciência de um círculo em constante ampliação de outros que são significativos para ele, ou seja: considera a identidade enquanto um «continuum», que se estrutura e se reestrutura no decorrer da vida do sujeito. O «motor» desse processo é, por um lado, o desenvolvimento biológico e, por outro, as relações sociais que se estabelecem no decorrer de sua vida. Castells (1998), de um ponto de vista sociológico é fácil estar de acordo sobre o facto de que todas as identidades são construídas. Este autor tem procurado demonstrar que o desenvolvimento da sociedade em rede coloca várias questões ao processo de

construção da identidade durante este período, o que leva a novas formas de mudança social. O tema da identidade é um tema central porque na era da informação, o poder baseia-se em códigos culturais da sociedade, e as identidades constroem-se a partir de interesses, de valores e de projectos sobre a experiência e não podem resumir-se a uma relação específica entre a natureza, a história, a geografia e a cultura. Uma concepção de identidade múltipla, diversificada e flexível, é de acordo com Fitzgerald (1993), uma ideia de identidade oposta à de identidade como algo de unitário, estável, fixo e esta é com toda a probabilidade algo ilusória.

Numa sociedade em constante mudança, os actores sociais adaptam-se a esta mudança, e, a procura de uma realização pessoal passa a ser objectivo principal destes actores. Segundo Schlander (1997), o desejo de afirmação e de realização, de não separar a vida activa da vida interior é o desejo moderno mais partilhado. As questões que emergem desta reflexão da vida interior, como apresenta Giddens (1997:65), “*Que fazer? Como agir? Quem ser?*”, são questões fulcrais para todos os que vivem nas circunstâncias da modernidade tardia. O aparecimento da modernidade traz mudanças no ambiente social exterior ao indivíduo, afectando tanto o casamento e a família quanto as outras instituições. O contexto social é indissociável da vida social do indivíduo, como já foi afirmado. Ao lutarem com os problemas individuais, estão a contribuir para uma reconstrução da actividade social em que estão inseridos. O mundo da modernidade, como refere Giddens, não se traduz somente na actividade social e nos problemas individuais, traz riscos e perigos que se traduz no termo «adequadamente» crise.

Nenhuma cultura elimina completamente a escolha nos assuntos quotidianos e, em ambiente de modernidade, o indivíduo é confrontado com uma complexa diversidade de escolhas, sendo de esperar que alguns indivíduos se sintam mais confusos perante a necessidade de escolha de entre diversas alternativas. Para este autor, os momentos ameaçam “*o casulo protector que defende a segurança ontológica do indivíduo, pois a atitude «tudo nos conformes», que é tão importante para esse casulo, é inevitavelmente furada*” (1997:106). Há perturbação da rotina, muitas vezes de forma radical, forçando o indivíduo a repensar aspectos fundamentais da sua existência e a elaborar projectos futuros. Nenhum projecto é elaborado no vazio e as experiências ao longo da vida vão influenciar as escolhas do indivíduo. É importante

que seja feita uma reflexão detalhada sobre as condições em que se processa a construção de projectos de vida. Cada indivíduo recebe, ao longo da vida, um fluxo de informação social e psicológica acerca de possíveis modos de vida. As decisões tomadas são baseadas em experiências indutivas a partir de tendências passadas, ou numa experiência anterior. Ou seja, o mundo moderno vem lançar novos desafios em que *“o futuro é continuamente trazido para o presente através da organização reflexiva dos ambientes do conhecimento”* (Giddens, 1997:3). Todas as transições são escolhas de entre um leque variado de possíveis padrões de funcionamento e os momentos decisivos são pontos de transição que têm implicações fundamentais, tanto para as circunstâncias da conduta futura do indivíduo como para a sua identidade. Isto porque, as decisões tomadas dão necessariamente uma nova forma ao projecto reflexivo da identidade, através das circunstâncias que trazem para o estilo de vida do indivíduo. Desta forma, o planeamento da vida irá implicar uma construção reflexiva da auto-identidade, que dependerá da interpretação do passado e da preparação do futuro, em que os momentos decisivos marcam, frequentemente, períodos de requalificação e capacitação, levando o indivíduo a erguer-se e a aperceber-se de novas exigências e de novas possibilidades (Giddens,1997). O processo de escolha de um caminho futuro está assim relacionado com o processo de construção da identidade, verificando-se quando o indivíduo não constrói uma identidade sólida, questiona-se mais acerca de quem é e do que poderá fazer. *“O planeamento da vida organizado de modo reflexivo – o qual normalmente pressupõe a avaliação de riscos filtrada através do contacto com o conhecimento dos peritos – torna-se num traço central da estruturação da auto-identidade”*. O *“Self, tal como os contextos institucionais mais vastos nos quais ele existe, tem de ser cumprida no meio de uma confusa diversidade de opções e possibilidades”* (Giddens, 1997: 5-3). A modernidade altera radicalmente a natureza da vida social e quotidiana e afecta os aspectos mais pessoais da nossa experiência, ou seja, a modernidade actua de forma directa com a vida individual e, portanto, com o *“self”*. A vida social moderna caracteriza-se por processos profundos da reorganização do tempo e do espaço, aliados à «expansão de mecanismos de descontextualização». Esta reorganização do tempo e do espaço, mais os mecanismos de descontextualização, radicalizam e globalizam os traços institucionais preestabelecidos da modernidade; e agem transformando o conteúdo e a natureza da vida social quotidiana. Tanto o *“self”* como

os contextos institucionais mais vastos nos quais ele existe, tem de ser construído reflexivamente.

O indivíduo isolado, desprovido de relações interpessoais está impossibilitado de desenvolver as suas potencialidades Abreu (1985). Assim, o desenvolvimento e comportamento só podem ser compreendidos se encararmos as relações com o mundo, como forma de organização e selecção de informações, valores, atribuições, elaboração de projectos, tomadas de decisão. Nenhum projecto é elaborado no vazio e as experiências ao longo da vida vão influenciar as escolhas do indivíduo. É importante que seja feita uma reflexão detalhada sobre as condições em que se processa a construção de projectos de vida. Cada indivíduo recebe, ao longo da vida um fluxo de informação social e psicológica acerca de possíveis modos de vida. As decisões tomadas são baseadas em experiências indutivas a partir de tendências passadas, ou numa experiência anterior (Giddens, 1997).

As conclusões dos estudos de Judith Wallerstein e Sandra Blakeslee, e apresentados por Anthony Giddens vem reforçar esta necessidade de reflexão no processo de construção da identidade em situação de divórcio, tema central desta investigação. A investigação realizada por estas autoras, vem dar consistência ao que se pretende estudar. Os indivíduos que participaram no estudo, caracterizam o divórcio como uma crise nas vidas pessoais dos indivíduos, que apresenta perigos para a sua segurança e sentimento de bem-estar, mas que, no entanto, também oferece oportunidades novas para o seu autodesenvolvimento e futura felicidade. Concluiu-se, também que, a separação e o divórcio, e as suas sequelas, podem causar ansiedades duradouras e distúrbios psicológicos, mas, ao mesmo tempo, as mudanças potenciadas pela dissolução de um casamento oferecem possibilidades de «crescer emocionalmente», de «estabelecer novas competências e orgulho» e de «reforçar as relações íntimas de forma mais capaz que antes». Ainda segundo a mesma pesquisa, quanto maior a duração do casamento, maior será o período de luto, luto este que deriva da perda de prazeres e experiências partilhadas mais o necessário abandono de esperanças em tempos investidas na relação, referido no Capítulo I. Quando o processo de luto não ocorre, o resultado é normalmente a persistência por muito tempo de sentimentos de mágoa, conduzindo talvez ao desespero e ao esgotamento psicológico. Para a maioria das pessoas, de facto, os sentimentos criados pelo

divórcio parecem não desaparecer completamente com a passagem dos anos; podem ressuscitar violentamente devido a acontecimentos subsequentes, tais como o novo casamento do parceiro anterior, dificuldades financeiras, ou brigas em torno da educação das crianças. Quando um dos parceiros permanece emocionalmente muito ligado ao outro, mesmo de forma sobretudo negativa, o resultado tende a ser um acréscimo de azedume. Passar por uma fase de luto, segundo as autoras, é a chave para a «restauração do eu» após o divórcio. Qualquer um que consiga «desacoplar-se» com sucesso do seu ou sua esposa/a prévio/a tem de encarar a tarefa de estabelecer um «novo sentido do “self”, um «novo sentido de identidade». Num casamento de longa duração, o sentido de auto-identidade de cada indivíduo, torna-se ligado à outra pessoa, até mesmo ao matrimónio em si. A seguir ao casamento destruído, cada pessoa deve, «realçar a sua experiência antiga e encontrar outras imagens e raízes de independência, de modo a conseguir viver sozinho e para abarcar as seguintes oportunidades concedidas pelo divórcio».

Muitas pessoas após o divórcio perdem a confiança nos seus próprios juízos e capacidades e podem vir a sentir que não tem sentido planear o futuro, “*pressentem que a vida faz grandes mossas e que é essencialmente imprevisível*” (Giddens, 1997:10) Ultrapassar esses sentimentos requer persistência face aos contratemplos e uma vontade de alterar traços e hábitos pessoais estabelecidos. Torna-se necessário «encontrar-se a si próprio» como é mencionado por Wallerstein e Blakeslee, é um processo de intervenção activa e transformação que as condições sociais da modernidade exercem sobre as pessoas. Tais condições sociais da modernidade favorece as relações pessoais, relações que se tornam arriscadas e perigosas. Os modos de comportamento e sentimento associados à vida sexual tornam-se «abertos» referidos por Giddens, como «móveis», «instáveis». A vida faz surgir problemas pessoais, umas refugiam-se numa espécie de «dormência resignada» outras agarram oportunidades novas que se abrem à medida que os comportamentos se vão alterando, tomando consciência da constituição reflectiva da actividade social moderna e das implicações que esta tem para a sua vida. Para Giddens, a auto-identidade forma uma «trajectória» através dos diferentes cenários institucionais da modernidade ao longo do «ciclo de vida», um termo que se aplica com mais rigor a contextos não modernos do que aos modernos.

3.1.1.O Self na Sociedade

Como já foi acentuado no ponto anterior, há neste sentido, uma insistência crescente no carácter reflexivo da modernidade, ou seja, ao pensar-se a si mesma a modernidade relaciona-se de forma dialéctica com a reflexividade do próprio eu. De facto, *“é ao mostrar a reflexão que faz sobre determinado tipo de fenómenos – como divórcios, doenças, etc. –, que a sociedade acabará por desencadear uma reflexão no próprio sujeito”* (Heleno, 2003:73). Sujeito que se revê nesse tipo de situações, e que, eventualmente, alterará a sua conduta e a consciência que tem de si mesmo. Quando Giddens (1997), fala de *«transformação da intimidade»*, não é mais do que o resultado de uma interacção entre o local e o global, ou seja, pela primeira vez na história do homem, a relação mútua entre o *“self”* e a sociedade se faz à escala global. A busca da auto-identidade é um problema moderno. Anthony Giddens menciona a análise de Baumeister e assemelha-a à de Durkheim, em que o indivíduo, num certo sentido, não existia nas culturas tradicionais, e a individualidade não era apreciada. Só com a emergência das sociedades modernas, e, em particular, com a diferenciação da divisão do trabalho, é que o indivíduo separado se tornou num foco de atenção, em que a individualidade foi valorizada, bem como o cultivo das potencialidades individuais, ou seja, a modernidade de que falamos, teve a sua origem com a industrialização do mundo, com o capitalismo, gerou uma nova vivência do tempo e instalou uma consciência da dúvida e do risco, que até então eram insuspeitáveis. As noções de confiança, segurança ontológica, ansiedade ou vergonha, entre outras, permitem-lhe encetar a sua reflexão da questão da identidade pessoal, *“o estabelecimento da confiança básica é a condição para a elaboração da auto-identidade tanto quanto o é para a identidade de outras pessoas e objectos”* (Giddens, 1997:39). O *“self”* necessita de confiança para cultivar a segurança ontológica. Esta, visa combater a ansiedade que, longe ser um fenómeno circunscrito a um determinado grupo de indivíduos, é antes, característica indelével de todos os indivíduos (Heleno, 2003). Contudo, segundo o autor, não é dado sem as integrações simbólicas que a modernidade proporciona, pois *“os sistemas abstractos são modos de envolver o self”* (2003:74). Através da narrativa ou seja, o discurso que o sujeito tem sobre si mesmo que traduz o autoconhecimento.

Erving Goffman (1993), apresenta questões pertinentes sobre a identidade e o modo como o “eu” se «apresenta» na vida quotidiana não podem ser de modo algum desprezadas. Para este autor, o indivíduo exprime um modo de ser de forma a impressionar os outros, ou seja, transmite-lhes uma ideia de si mesmo, daquilo que gostaria que os outros pensassem dele. Um outro autor, Paul Ricoeur (2001), contribuiu para a compreensão da identidade pessoal com várias obras, com a noção de intriga e de narrativa na construção do «eu». Para este autor, citado por Heleno (2003), no coração da identidade há um si mesmo que é também, paradoxalmente, um outro, ou seja, o indivíduo que diz de si mesmo «eu» é também um sujeito responsável, alguém que é sujeito de imputação. Mas, muitos outros estudos contribuíram para a compreensão desta questão. Giddens (1997:70) apresenta-nos os estudos realizados por Rainwater e que assentam nos seguintes pontos:

* “o self é visto como um projecto reflexivo, pelo qual o indivíduo é responsável”, como diz o autor “*Nós somos não o que somos, mas sim o que fazemos de nós*” Há processos psicológicos de autoformação, e necessidades psicológicas, que fornecem os parâmetros para a reorganização do “self”;

* “o self forma uma trajectória de desenvolvimento do passado para o futuro antecipado”, ou seja, o indivíduo faz uma análise do seu passado “*passando-o pelo crivo do que é antecipado para um futuro (organizado)*”; “*A reflexividade do self é contínua, bem como penetrante.*”, o indivíduo interroga-se sobre ele próprio, sobre o que está a acontecer. Esse perguntar, para Rainwater citado por Giddens, é a arte prática de auto-observação.

* A auto-identidade, enquanto fenómeno coerente, pressupõe uma narrativa, “*a narrativa do self é tornada explícita*”. Baseado em John O. Lyons e na sua obra *The Invention of the Self*, Giddens refere que, “*escrever um diário e trabalhar uma autobiografia são recomendações centrais para a manutenção de um sentido integrado de self*” (1997:71).

* A auto-realização faz-se, «dialogando com o tempo», porque é a condição essencial para alcançar a satisfação em qualquer dado momento, de viver a vida em pleno, e afirma “*o futuro é pensado como ressoando de possibilidades, porém não é pensado como estando aberto ao jogo pleno da contingência*”, “*o futuro deve ser*

ordenado por aqueles mesmos processos activos de controlo temporal e de interacção activa de que depende a integração da narrativa do self” (1997:72).

* A reflexividade do «*self* prolonga-se para o corpo» sendo este parte de um sistema de acção e não mero objecto passivo. A consciência do corpo é um meio de construir um “*self*” diferenciado e não como uma dissolução do ego. Experimentar o corpo é uma forma de tornar o *self* coerente como um todo integrado.

* A auto-realização é entendida em termos de um «equilíbrio entre oportunidades e risco». Quando o indivíduo larga o passado libertando-se de hábitos emocionais opressivos, gera uma multiplicidade de oportunidades para o autodesenvolvimento. A consciência do risco leva o indivíduo a encarar o futuro como um conjunto de experiências novas. Sharon Wegscheider-Cruse, citado por Giddens, descreve a situação do seguinte modo: “*Se você quer que a sua vida mude para melhor, terá de se arriscar. Terá de sair da sua rotina, conhecer novas pessoas, explorar novas ideias e seguir caminhos desconhecidos*”, “*os riscos de autodesenvolvimento implicam caminhar para o desconhecido*”, “*a verdadeira segurança pessoal não vem de fora, vem de dentro*” (1997:73).

* O crescimento pessoal depende da superação de bloqueios e tensões emocionais que impedem a compreensão de si próprio como realmente é, ou seja, como refere o autor “*o fio condutor moral da auto-realização é a «autenticidade»*”, Ser honesto consigo mesmo significa encontrar-se, mas uma vez que isto é um processo de autoconstrução tem de ser orientado por objectivos gerais – libertar-se do passado.

* A vida é vista como uma série de «passagens», que dão uma persuasão especial à interacção entre risco e oportunidade. Uma transição que implica ganhos potenciais, assim como perdas. Todas essas perdas, principalmente no caso de separação conjugal têm de ser objecto de luto se se quiser que a auto-realização siga o seu curso. Fazer uma transição significativa na vida, significa correr riscos conscientes de modo a poder alcançar novas oportunidades que se abrem com as crises pessoais.

* A conquista de um «*self* autêntico», advém da integridade de experiências de vida no interior da narrativa do autodesenvolvimento, em que ele acredite em si mesmo e na lealdade com a sua própria pessoa, “*os pontos-chave de referência são*

estabelecidos «a partir de dentro», em termos de como o indivíduo constrói/reconstrói a sua história de vida” (Giddens,1997:74).

É assim que, de forma múltipla, a noção sociológica do “*self*” se cruza com outras concepções da identidade pessoal ao dizer que o conceito de pessoa está profundamente enraizado na ideia de história pessoal. De facto, ao falar de si próprio ou de outra pessoa, é referido ou relacionado eventos, o que faz com que não se possa dizer que haja vida, ou pessoa, se não existir um conjunto de acontecimentos que se inter-relacionam e que, no limite, remetem para um pólo estável que os agrupa como se de um íman se tratasse. É deste modo “*que eu ou outro somos, cada um por si, a mesma pessoa, pois há uma série de acontecimentos que me pertencem ou pertencem aos outros enquanto seres vivos existentes*” (Heleno, 2003:75). É neste sentido que ter consciência, reflectir, é dizer de si mesmo o que se é ou o que se tem, ou seja, é ser capaz de dizer os eventos da sua vida, o que faz, precisamente, com que a sua vida seja sua.

Um outro ponto importante focar é o facto de a alteração do indivíduo e da sua identidade estar intimamente relacionada com a alteração que a família ou outras instituições vão sofrendo ao longo dos tempos. Em diversas obras, leu-se a mesma frase «o indivíduo pertence...», pois, nesta perspectiva, o indivíduo pertence a si mesmo, à família, ao grupo, à sociedade, à nação, é este sentimento de pertença que pode também denominar-se sentimento de si, como já foi dito anteriormente, mas que convém realçar. Se, a identidade se constrói; se é um processo que se desenrola desde o nascer até ao morrer é porque há esse sentimento de pertença que não cessa de se reconstruir ao longo da existência humana. Ora, o “*eu*”, é então um “*eu*” que se situa e de define em função dos outros, família, amigos, etc., ou seja, o “*eu*” está “*em permanente diálogo com os outros; diálogo que é, amiúde, invisível, mas que nem por isso indica menos pertença do eu a um mundo social*” (Heleno, 2003:76).

Quer isto dizer que, o conhecimento que a pessoa tem de si não está apenas em si mesmo, mas pressupõe todo um mundo que permite e impulsiona a determinação de si mesmo.

3.1.1.1. A Interação Social

A experiência que o indivíduo tem da sociedade configura-se concretamente como o conjunto das relações alimentadas com as pessoas que o circundam, entendendo o termo – interação - como um conjunto de ações e reações, mediante as quais os seres humanos entram em relação recíproca, comunicam, se julgam, colaboram. Essas relações constituem o elemento fundamental da experiência social. Desde as ações rotineiras do dia a dia, a que Alfred Schutz (1899-1959) chama de «vida quotidiana» (Demartis,1999), ou seja, a repetitividade de ações, de pensamentos, de comportamentos, origina ações previsíveis; não só ao próprio comportamento, mas também e sobretudo ao dos outros. O carácter repetitivo da vida quotidiana comporta a formação de uma série de estruturas que regulam a interação dos indivíduos.

É importante falar sobre um outro aspecto neste processo de interação social, que são as tipificações. Quando um indivíduo encontra outro é consciente não só do facto de que o próprio comportamento será objecto de interpretação, mas também de que o «o outro», com quem estabelece a relação, terá reações diversas segundo o seu modo de ser. O indivíduo vai recorrer-se das tipificações que a experiência social lhe fornece, tipificações essas que tendem a modelar a interação criando expectativas e reservas, (Berger e Luckmann, 1996). Mas, para Erving Goffman (1959;1993), existe um outro aspecto essencial na interação dos sujeitos, ou seja, os sujeitos da interação não só participam nas ações e reações que ela comporta, mas delas são também conscientes. Assim, afirma o autor, às vezes o indivíduo age de modo totalmente calculado e exprime-se numa determinada maneira só para dar uma impressão favorável de si. Outras vezes, pelo contrário, o sujeito realiza uma série de comportamentos por cálculo, mas estando deles só relativamente consciente. Outras ainda, exprime-se intencional e conscientemente de um determinado modo, sobretudo porque a tradição do seu grupo social assim o exige. Por outro lado, dado que o observador é consciente da função do sujeito, interpretará tudo o que explicitamente é comunicado pelo sujeito, com base nas expressões que este deixa transparecer. De acordo com esta teoria, a interação social toma, portanto, as semelhanças de uma representação teatral em que os sujeitos implicados desempenham, ao mesmo tempo, os papéis de actores e de espectadores em relação uns aos outros. Como afirma Anália Torres (1987:22), o indivíduo em “*interacção*

3.1.1.1. A Interação Social

A experiência que o indivíduo tem da sociedade configura-se concretamente como o conjunto das relações alimentadas com as pessoas que o circundam, entendendo o termo – interação - como um conjunto de acções e reacções, mediante as quais os seres humanos entram em relação recíproca, comunicam, se julgam, colaboram. Essas relações constituem o elemento fundamental da experiência social. Desde as acções rotineiras do dia a dia, a que Alfred Schutz (1899-1959) chama de «vida quotidiana» (Demartis,1999), ou seja, a repetitividade de acções, de pensamentos, de comportamentos, origina acções previsíveis; não só ao próprio comportamento, mas também e sobretudo ao dos outros. O carácter repetitivo da vida quotidiana comporta a formação de uma série de estruturas que regulam a interação dos indivíduos.

É importante falar sobre um outro aspecto neste processo de interação social, que são as tipificações. Quando um indivíduo encontra outro é consciente não só do facto de que o próprio comportamento será objecto de interpretação, mas também de que o «o outro», com quem estabelece a relação, terá reacções diversas segundo o seu modo de ser. O indivíduo vai recorrer-se das tipificações que a experiência social lhe fornece, tipificações essas que tendem a modelar a interação criando expectativas e reservas, (Berger e Luckmann, 1996). Mas, para Erving Goffman (1959;1993), existe um outro aspecto essencial na interação dos sujeitos, ou seja, os sujeitos da interação não só participam nas acções e reacções que ela comporta, mas delas são também conscientes. Assim, afirma o autor, às vezes o indivíduo age de modo totalmente calculado e exprime-se numa determinada maneira só para dar uma impressão favorável de si. Outras vezes, pelo contrário, o sujeito realiza uma série de comportamentos por cálculo, mas estando deles só relativamente consciente. Outras ainda, exprime-se intencional e conscientemente de um determinado modo, sobretudo porque a tradição do seu grupo social assim o exige. Por outro lado, dado que o observador é consciente da função do sujeito, interpretará tudo o que explicitamente é comunicado pelo sujeito, com base nas expressões que este deixa transparecer. De acordo com esta teoria, a interação social toma, portanto, as semelhanças de uma representação teatral em que os sujeitos implicados desempenham, ao mesmo tempo, os papéis de actores e de espectadores em relação uns aos outros. Como afirma Anália Torres (1987:22), o indivíduo em “interacção

com os outros é o agente e protagonista das sociedades em que vive.” Esta interacção só é possibilitada pela comunicação que se cria entre os indivíduos. Não é objectivo explicar como esta comunicação se processa e quais os meios necessários para que ela se efectue, apenas, resumidamente, que é necessário a existência de um acordo entre o emissor e o receptor acerca da interpretação simbólica e, por conseguinte, a propósito dos significados a que a codificação se refere.

Entre as diversas formas de comunicação, aquela que é reconhecida como o meio expressivo mais eficiente e flexível é a linguagem verbal. A comunicação humana enquanto tal é, de facto, tornada possível por definição só pelo complexo sistema de símbolos verbais constitutivos da linguagem, enquanto os outros sistemas de signos, usados de modo subsidiário, podem desempenhar uma função de complemento. Graças à flexibilidade que lhe é própria, a linguagem pode imaginar as experiências e os significados mais diversos e distantes, permitindo assim a referência a situações passadas. Outra importante função da linguagem refere-se à classificação, ou seja, as experiências são agrupadas em categorias gerais, no seio das quais também as experiências mais pessoais adquirem a capacidade de ser compreendidas por outros indivíduos. O uso social da linguagem, Putnam (1997), Davidson e Wittgenstein (2001), citado por Heleno (2003), o facto de as palavras designarem objectos para que os homens possam, entre si, compreender do que falam, é uma característica essencial da linguagem.

Não é só a linguagem verbal que é importante, mas, também, a comunicação não-verbal, ou seja, olhares, gestos, movimentos do corpo, funcionam como indicadores do significado, permitindo aos indivíduos compreender sentimentos, perigos, emoções, informações. A comunicação não-verbal acompanha, em geral, a linguagem verbal. Em suma, a linguagem é uma instituição social por excelência, ou seja, a comunicação verbal constitui um modelo regulador que a sociedade impõe à conduta humana (Berger e Luckmann, 1996). Assim, a linguagem constituiria uma espécie de programa imposto pela sociedade ao comportamento dos indivíduos na qual radicariam as outras instituições (Demartis, 1999).

3.1.1.2. A Relação: “Self”/Outros

Entre as formas de interação que influenciam de modo sensível a vida social dos indivíduos e a construção da sua identidade incluem-se as relações que se estabelecem com os outros, na qualidade de membros dos numerosos grupos de que fazem parte. Entram nesta categoria quer as relações com os outros membros do grupo, quer as relações com os que pertencem a grupos diferentes do seu, mas que podem representar pontos de referência, positivos ou negativos, ao nível dos valores e dos comportamentos sociais.

Os seres humanos relacionam-se entre si formando conjuntos mais ou menos estruturados e de natureza diversa. Para que estas relações se estabeleçam é necessário criar um espaço num ambiente físico, dentro do qual se dá vida às diversas formas de relações sociais. Estas formas podem distinguir-se com base nas suas origens, objectivos, funções e assim por diante. Tendo presentes estes parâmetros de distinção, as formas de associação entre os homens podem distinguir-se em agregados, grupos, categorias sociais, entre outros. É nas categorias sociais que se insere o grupo se indivíduos seleccionados para este estudo, ou seja, tendo por base que as categorias sociais são o resultante de uma construção teórica mediante a qual o sociólogo agrupa idealmente numa mesma unidade social indivíduos com características comuns, de modo a poder estudá-los, independentemente de estes terem relações entre si, importa, pelo contrário que a característica que os une seja interessante do ponto de vista sociológico, o grupo de mulheres divorciadas considerado uma categoria social.

Segundo Robert Merton (1965), citado por Jean Ètinne, e *al* (1998), em geral a existência de um grupo é determinada por três características: quando os membros de um grupo interagem de modo estruturado, condicionado por normas e segundo papéis mais ou menos formalizados; quando os membros de um grupo desenvolvem um sentimento de pertença ao grupo, de modo a constituir uma barreira perante os “os outros”, que não pertencem ao grupo; quando o grupo é percebido como tal pelos estranhos, adquirida que é uma identidade pública. Todos estes conjuntos de pessoas podem ser descritos como grupos, mas enquanto os amigos, a família, os vizinhos, constituem grupos primários. Estes grupos são qualificados de primários

por três razões: primeiro porque no seu seio que os indivíduos fazem a sua primeira experiência de vida social; depois porque eles não se modificam como os outros grupos que derivam deles; finalmente, porque eles têm um carácter universal, isto é, estão presentes em todos os tipos de sociedade (Étienne e *al*, 1997). A expressão «grupo primário» foi criada por Charles Cooley (1963) para definir um grupo constituído por um número limitado de pessoas que interagem imediatamente e de modo directo e pessoal. Segundo o mesmo autor, os grupos primários são caracterizados por um estilo de vida fortemente comunitário; contacto pessoal e vida em comum favorecem o desenvolvimento de um forte sentimento de identificação recíproca, um sentimento de «nós» que permite a cada membro do grupo sentir-se diferente de qualquer indivíduo não pertencente ao grupo. Portanto, as relações estreitas de tipo pessoal permitem uma forte integração entre os membros do grupo. Para este autor, que pretendia estudar a importância dos grupos para o processo de socialização, a família é o modelo principal do grupo primário.

Enquanto o grupo primário é composto por um número reduzido de indivíduos, que mediante uma relação interpessoal de tipo afectivo desenvolvem um forte sentimento de identificação colectiva, o grupo secundário é composto por um número elevado de membros, cujas relações interpessoais são efectivamente neutras; além disso, neste tipo de grupo as relações entre o indivíduo e os outros membros do grupo são do tipo instrumental, isto é, funcionais para a consecução de um objectivo. A qualidade das relações entre os membros de um grupo secundário é definida na base da presença de uma série de regras que caracterizam a estrutura do grupo de modo impessoal e distribuem as funções dos diversos componentes. Exemplos de grupos secundários são as organizações: empresas, escolas, universidades, etc.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA

4.1. Desenho da Investigação

A metodologia de investigação pode ser definida como “*um conjunto de directrizes que orientam a investigação científica*” (Lessard-Hérbert, 1983:5). Este trabalho de investigação, assenta num estudo empírico, de natureza qualitativa e exploratória, baseado em instrumentos de medida de auto-relato, desenvolvido de acordo com um conjunto de procedimentos, tais como:

1. Aplicação de um pré-teste, (entrevista, anexo I) com o intuito de avaliar, quer possíveis falhas à formulação e/ou interpretação das questões, quer o tempo médio de aplicação. O pré-teste foi efectuado a duas mulheres; uma mulher divorciada por processo litigioso e outra divorciada por mútuo consentimento.
2. Elaboração e aplicação do guião de entrevista definitivo, decorrente do reajuste de algumas questões menos claras, no momento do pré-teste; (Anexo II)
3. Tratamento e Análise da informação:
4. Interpretação dos Resultados.

4.2. Contexto e Objecto de Estudo

Este trabalho insere-se no âmbito da dissertação de mestrado, tendo como pano de fundo o tema da (Re)construção da Identidade Pessoal: um estudo sobre mulheres divorciadas em meio urbano e cujo objecto de estudo consistiu na análise do processo de (re)construção do «eu» após o divórcio considerando dois tipos de divórcio: divórcio litigioso e mútuo consentimento. Compreender este processo implica conhecer as razões que levaram ao divórcio, as consequências e o tipo de reacção à nova situação, assim como, conhecer a forma como as mulheres divorciadas recorrem a outros “*Eus*” para a (re)construção da sua Identidade.

Tendo em vista a melhor compreensão da (re)construção do “*eu*” considerou-se pertinente analisar e discutir os pressupostos de Erving Goffman(1980;1993) e de Anthony Giddens (1991;1997;1998; 2000). Erving Goffman, sociólogo, considerado

como o representante da perspectiva dramaturgica em sociologia, revela que, segundo o modo metafórico, o mundo é semelhante a um teatro: os indivíduos são considerados como actores em representação que desempenham papéis sociais. Trata-se, para cada um, de dar aos outros uma imagem valorizada de si mesmo, e sobretudo de «não perder a face». Mas, o principal paradigma científico-epistemológico orientador desta pesquisa foi o construtivista; partiu-se do pressuposto da leitura do mundo social como construído quer por aqueles que o estudam, quer por aqueles que o produzem, tendo presente que os primeiros também fazem parte dos segundos.

A Perspectiva de Anthony Giddens torna-se fulcral para o estudo desta problemática. Sociólogo inglês, considerado um dos melhores especialistas da sociologia clássica (Max, Durkheim, Weber). Promotor de uma teoria da «estrutura social», concedeu um peso equivalente às estruturas sociais e ao papel dos actores na produção da realidade social. Mais recentemente, interessou-se pelas consequências da «radicalização da modernidade», pondo em evidência as quatro dimensões da globalização nas sociedades contemporâneas. É um facto incontestado que a sociedade contemporânea tomou já plena consciência da mudança que nela se opera, do ritmo sem precedentes na transmissão e produção de informações, das suas implicações num clássico sistema de valores, das questões pertinentes que se levantam.

O objectivo geral deste estudo pretende ser um contributo para promover a reflexão e a compreensão sobre a influência explícita ou implícita das influências da modernidade na construção do “*Self*”. É nesta perspectiva foram definidos os principais conceitos estudados, como, o conceito, “*Eu – Próprio*” (“*Self*”) que Anthony Giddens (2000), define como um conjunto organizado e mutável de percepções que se referem ao indivíduo, tais como as características, atributos, qualidades e defeitos, capacidades e limites, valores e relações que ele reconhece como descritivos de si mesmo e que percebe como dados de sua identidade. O conceito de *Auto-identidade*, ou seja, o “*self*” é definido enquanto reflexivamente entendido pelo indivíduo em termos da sua biografia (Giddens, 1997). Para uma análise mais profunda dessa *auto-identidade*, o autor aplica o conceito de - *Narrativa*

do self- sendo estória ou estórias através das quais a auto-identidade é reflexivamente entendida tanto pelo indivíduo em causa, como pelos outros (Giddens, 1997).

Anthony Giddens (1997) define o conceito fulcral deste estudo - *Identidade Pessoal* - como um conjunto de valores, representações e conhecimentos particulares de cada actor, não pré-existe aos processos de interacção como uma essência primordial e independente, mas constrói-se em referência a categorizações específicas de grupos de pertença, definidoras de determinadas identidades sociais, que se jogam dialecticamente em tensão com as auto-imagens e os papéis desempenhados pelos actores. A identidade não é um facto, uma coisa acabada, mas sim um processo em constante construção/reconstrução. Logo, a identidade não é inata e pode ser entendida como uma forma sócio-histórica de individualidade. O contexto social fornece as condições para os mais variados modos e alternativas de identidade. O termo identidade pode, então, ser utilizado para expressar, de certa forma, uma singularidade construída na relação com outros homens.

Os acontecimentos da vida de cada pessoa geram sobre ela a formação de uma lenta imagem de si mesma, uma viva imagem que aos poucos se constrói ao longo de experiências de trocas com outros: a mãe, os pais, a família, a parentela, os amigos de infância e as sucessivas ampliações de outros círculos de outros sujeitos investidos de seus sentimentos, outras pessoas investidas de seus nomes, posições e regras sociais de actuação. Ao pretender-se estudar a (re)construção do «*eu*», na interacção com os outros “*eus*” propunha-se obter resposta a algumas questões, tais como: De que forma a interacção entre os elementos de um mesmo grupo social facilita o processo de (re)construção do *Eu*?. Sendo os grupos primários, geralmente de pequena dimensão, definidos como grupos em presença onde dominam as relações interpessoais, serão eles agentes facilitadores na construção da identidade pessoal?. Ou serão mais influentes os grupos secundários? Ou seja, a que grupo recorrem as mulheres em estudo, no processo de (re)construção do seu “*Eu*”?

Recorreu-se a Charles H. Cooley, dado que põe em relevo dois critérios - a existência de uma interacção directa ou indirecta entre as pessoas que compõem o grupo e a consciência de uma pertença comum para clarificar este conceito de grupo primário. Assim, este autor define-o como um grupo onde está incluída a família, o grupo de

amigos e os vizinhos. Neste sentido, o grupo é qualificado de primário por três razões: (1) É no seio que os indivíduos fazem a sua primeira experiência de vida social; (2) Não se modificam como os outros grupos que derivam deles; e (3) Têm um carácter universal, isto é, estão presentes em todos os tipos de sociedade. Os grupos secundários são geralmente de maior dimensão e são caracterizados por relações mais superficiais, assentando principalmente em bases utilitárias, especificamente instituições: instituições religiosas, colectividades, organizações desportivas, colegas ao nível profissional (Charles H. Cooley, cit. por Étienne, e al, 1999).

A relação do “*eu*” com os outros “*eus*” leva o indivíduo a um maior conhecimento sobre si e uma maior tomada de consciência de si mesmo. A consciência de si poderá alterar a identidade social, na medida em que dentro dos grupos que definem o ser humano, este questione os papéis quanto as suas funções históricas, ao mesmo tempo em que os membros se identifiquem entre si quanto a esta determinação e constatem as relações de dominação que reproduzem uns sobre os outros. Somente desta maneira é que o grupo poderá se tornar agente de mudanças sociais. De facto na perspectiva de Edgar Morin (1991), o fenómeno da consciência é, ao mesmo tempo, extremamente subjectivo, porque está muito carregado pela presença efectiva do «*eu*» individual, e extremamente objectivo, porque se esforça por considerar objectivamente não só o ambiente exterior (o mundo), mas também o «*eu*» subjectivo. Um «*eu*» considerado simultaneamente como sujeito e como objecto de conhecimento. Neste processo de exteriorização, o ser humano constrói o seu mundo e ao mesmo tempo constrói-se a si mesmo e essa actividade construtora de mundos dos homens é o trabalho, trabalho enquanto actividade consciente do homem. A actividade sempre está vinculada à consciência. E é mediante esse exercício de reflexão que o ser humano pode criar condições objectivas e superar as situações do quotidiano, concretizando outras personagens. Nessa concretização, a actividade é que configura a singularidade. O ser humano na sua actividade se distingue das outras espécies animais, já que sua actividade é consciente e sua produção não é determinada.

Pretende-se com este estudo compreender o processo de (Re)estruturação do “*Self*” após o divórcio; perspectivar os apoios facilitadores da afirmação da identidade na

mulher divorciada e contribuir para um melhor conhecimento sobre a forma como a mulher divorciada recorre a outros “*eus*” na construção da sua identidade. O Fio condutor traduz-se a partir da seguinte hipótese de trabalho: *O tipo de divórcio é in/facilitador na (re)construção da Identidade Pessoal.*

Desta hipótese surge a necessidade de apresentar três corolários:

1. Há uma relação directa entre as razões que levaram ao divórcio e as consequências para os dois tipos de divórcio.
2. As consequências apresentadas vão definir o tipo de reacção à nova situação civil.
3. O relacionamento entre o “*Eu-próprio*” e os outros “*Eus*”, tal como é imposto pela vida social, é um processo evidente na (re)construção da Identidade Pessoal em mulheres divorciadas.

4.3. Grupo-Alvo (Amostra)

Para concretizar os objectivos pretendidos definiu-se a amostra para o estudo. Este é um passo importante para o investigador que, “*tem de estar a decidir constantemente quando, onde, o quê e quem observar ou entrevistar. Tem de estar a escolher os períodos, os locais, os comportamentos e as pessoas a estudar. Confronta-se incessantemente com problemas de amostragem.*” (Quivy,1998:235). Para esta investigação optou-se por uma amostragem intencional, não probabilística, em que os elementos da população pesquisada são seleccionados por conveniência.

Para a selecção da amostra estabeleceu-se dois critérios. Para cumprir com o primeiro critério, o grupo alvo deveria ser constituído por mulheres divorciadas a viver em meio urbano; o segundo critério exigia que esse grupo alvo fosse constituído por mulheres divorciadas por mútuo consentimento e por mulheres divorciadas por processo litigioso. A recolha da amostra foi efectuada na região de Lisboa e Vale do Tejo por ser esta, uma das regiões onde a taxa de divórcios é mais alta, em contraste com o Norte e o Alentejo, as zonas do país onde as pessoas menos se divorciam, conforme os dados do INE e de resultados de estudos já realizados por

diversos autores, especificamente por Anália Torres em que se pode ler que “ a ruptura conjugal é mais frequente nas áreas urbanas do que nas áreas rurais (...)os valores da taxa bruta de divórcios têm sido sempre mais elevados na região de Lisboa e Vale do Tejo...” (1996:25).

A recolha da amostra resultou, do contacto directo da investigadora com os sujeitos. Os sujeitos eram contactados fora do local de trabalho e em ambiente acolhedor e calmo. A amostra resulta do processo de amostragem em bola de neve, ou seja, este tipo de amostragem implica que a partir de elementos da população já conhecidos se identifiquem outros elementos da mesma população. Os primeiros indicam os seguintes e assim sucessivamente, assim, a amostra cresce como uma bola de neve. Após este procedimento, a amostra ficou constituída por 10 mulheres divorciadas por processo de mútuo consentimento e 10 mulheres divorciadas por processo litigioso, como é apresentado no seguinte, quadro 1.

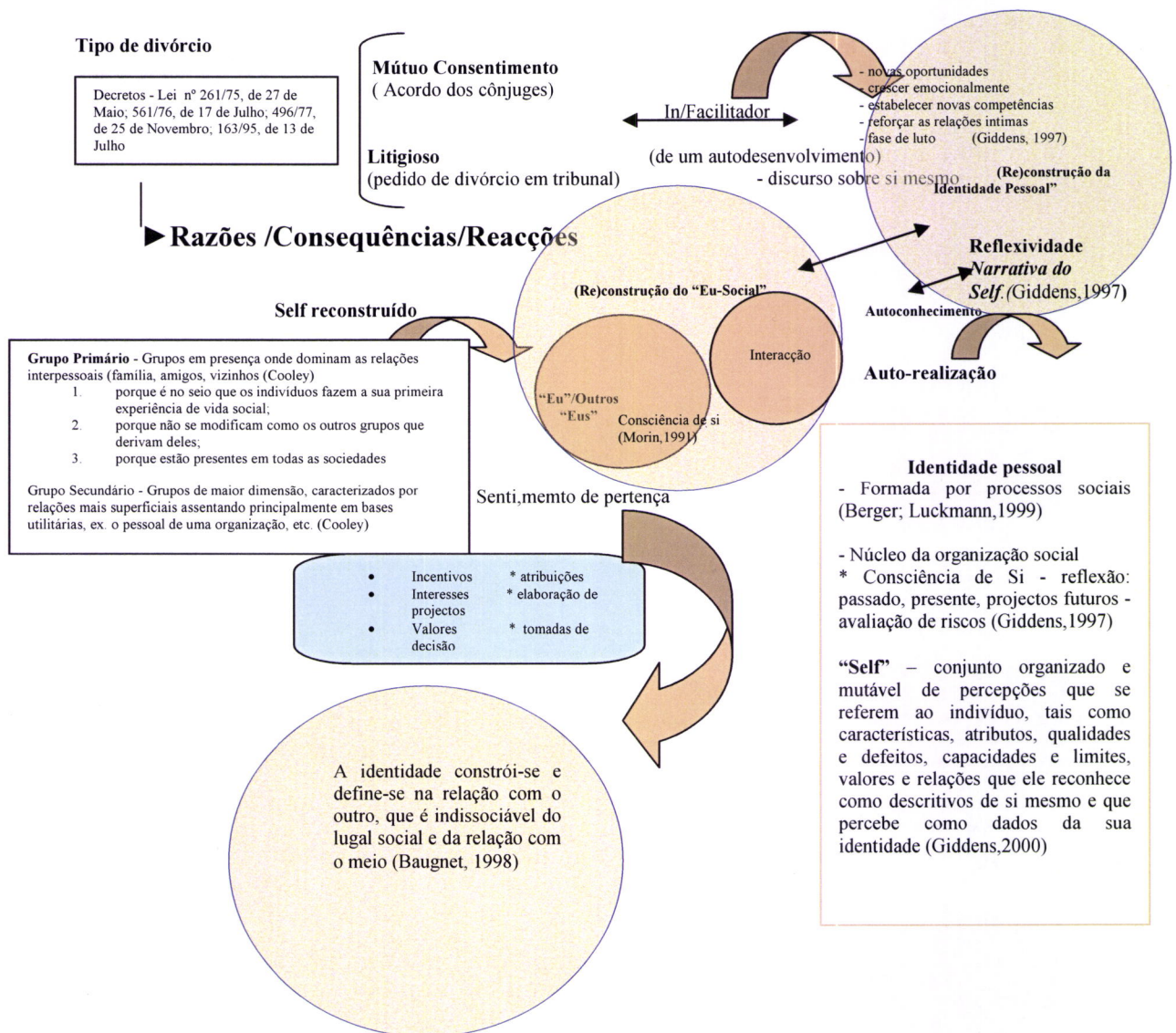
QUADRO 1
Apresentação Sócio-Demográfica da Amostra

Amostra	Idade	Profissão	Área	Nº de filhos	Nº de anos casada	Nº de anos divorciada	Tipo de divórcio	
Sub-Amostra A	A	37	Educadora de Infância	Educação	1	6	8	Mútuo consentimento
	B	40	Professora do 2º Ciclo	Matemática e Ciências	2	14	5	Mútuo consentimento
	C	37	Professora do Ensino Superior	Engenharia Alimentar	1	7	13	Mútuo consentimento
	D	44	Psicóloga	Psicologia	1	10	10	Mútuo consentimento
	E	38	Empregada de Limpeza	Nenhuma	2	12	6	Mútuo consentimento
	F	39	Professora do Ensino Superior	Línguas e Literaturas Modernas	1	4	4	Mútuo consentimento
	G	38	Professora do Ensino Superior	Ciências da Comunicação	0	7	6	Mútuo consentimento
	H	27	Empregada de balcão	Nenhuma	2	10	1	Mútuo consentimento
	I	35	Professora do Ensino Superior	Direito	1	6	4	Mútuo consentimento
	J	29	Educadora de Infância	Educação	1	5	1	Mútuo consentimento
Sub-Amostra B	L	45	Psicóloga	Psicologia	1	15	1	Litigioso
	M	40	Professora do Ensino Superior	Ciências Musicais	3	13	1	Litigioso
	N	38	Psicóloga	Psicologia	2	8	6	Litigioso
	O	45	Advogada	Direito	2	15	5	Litigioso
	P	48	Jornalista	Ciências da Comunicação	3	19	9	Litigioso
	Q	43	Professora do Ensino Superior	Línguas e Literaturas Modernas	2	12	7	Litigioso
	R	40	Empregada de Limpeza	Nenhuma	2	10	8	Litigioso
	S	45	Consultora	Gestão	0	10	9	Litigioso
	T	40	Psicóloga	Psicologia	1	13	3	Litigioso
V	37	Professora do 1º Ciclo	Educação	1	10	6	Litigioso	

4.4. Conceptualização das Variáveis

De acordo com a hipótese de trabalho - O tipo de divórcio é um meio (In)facilitador na (Re)construção da Identidade Pessoal e dos seus três corolários, apresenta-se através do quadro 2 a conceptualização sistémica dos conceitos.

QUADRO 2
Processo de (Re)construção da Identidade Pessoal
 Processo em constante construção/reconstrução (Giddens, 1997)



4.5. Operacionalização (Instrumentação) das Variáveis

O termo variável é do mais empregues na linguagem das Ciências Sociais. As variáveis são conceitos operacionalizados num estudo de investigação, daí se tornar importante definir as variáveis em estudo e sua operacionalização.

As hipóteses formuladas têm como função propor explicações para certos factos e, ao mesmo tempo, orientar a busca de outras informações. Face a estes pressupostos, após a revisão bibliográfica e tendo em conta os objectivos desta investigação, apresenta-se, de seguida, as variáveis principais.

Tendo como referência a pergunta de partida, optou-se, em primeiro lugar, por apresentar as seguintes variáveis de teste ou controlo referente à amostra, como é apresentado no quadro 3.

QUADRO 3

Variáveis de Testes ou Controlo:

TIPO DE AMOSTRA	VARIÁVEIS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS	GUIÃO DA ENTREVISTA
Mulheres Divorciadas	<ul style="list-style-type: none">• Idade• Tipo de divórcio• Profissão• Área de Formação• Número de Filhos• Duração do Casamento• Duração do Divórcio	P1; alíneas: a); b); c); d); e); P5;

Em segundo lugar, através dos quadros seguintes (4 e 5) são apresentadas as variáveis da hipótese principal deste trabalho. Assim, o quadro 4, apresenta a hipótese principal e as respectivas variáveis, especificando a operacionalização da variável independente – *Tipo de Divórcio*; no quadro 5 a operacionalização da variável – *Identidade Pessoal*

Da hipótese principal surge a necessidade de apresentar três corolários, como foi referido anteriormente. Assim, no quadro 6 indica-se como se operacionalizou o primeiro corolário: *Há uma relação directa entre as razões que levaram ao divórcio e as consequências para os dois tipos de divórcio.*

QUADRO 6

Operacionalização das Variáveis do 1º Corolário (Razões/Consequências)

VARIÁVEL INDEPENDENTE		CATEGORIZAÇÃO E SUB-CATEGORIAS		GUIÃO DA ENTREVISTA
		RAZÕES DO DIVÓRCIO	CONSEQUÊNCIAS DO DIVÓRCIO	
Tipo de Divórcio	Mútuo Consentimento	Acomodação <ul style="list-style-type: none"> • Solidão • Nascimento dos filhos • Rotina • Dependência • Afastamento da vida social 	Reacção <ul style="list-style-type: none"> Responsabilidade Valorização <ul style="list-style-type: none"> • Pessoal • Profissional • Projectos Novas oportunidades <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer novas pessoas • Escolher • Decidir • Independência • Autonomia Situação Económica <ul style="list-style-type: none"> • Instabilidade • Estabilidade • Qualidade de vida • Estilo de vida 	P2; P3; P4; P5; P9; P10; P12; P18;
	Litigioso	Comunicação <ul style="list-style-type: none"> • Falta de diálogo • Indiferença Reconhecimento <ul style="list-style-type: none"> • Desvalorização pessoal Violência <ul style="list-style-type: none"> • Agressão: Física e Verbal Infidelidade Efeitos de Personalidade <ul style="list-style-type: none"> • Objectivos de vida incompatíveis • Feitio • Temperamento 		

A operacionalidade destas variáveis foi efectuada através de categorias, que se subdividiram em diferentes subconjuntos de perguntas constantes do guião de entrevista. Foi também, desde logo, tomado em consideração que a estratégia metodológica adoptada incluía a necessidade de entrevistar, com o mesmo guião, mulheres divorciadas por mútuo consentimento e por litigioso tendo em vista permitir analisar melhor as razões e as consequências do divórcio, de forma associada. Ou seja, procuraram-se as coincidências e as divergências do discurso e do relato referentes à mesma situação objectiva, estimulando-se o contar da história na primeira pessoa, com questões precisas sobre o antes e depois do divórcio, incitando à reflexão sobre si próprio e sobre a relação com o outro. Através dessa

relação com o outro significativo obtém-se recompensa e gratificação pessoal, constrói-se uma maneira de ver o mundo e de se ver a si próprio enquanto indivíduo.

A operacionalização das variáveis do segundo corolário - *as consequências apresentadas vão definir o tipo de reacção à nova situação civil*, é apresentada no quadro 7

QUADRO 7

Operacionalização das Variáveis do 2º Corolário (Consequência/Reacção)

VARIÁVEL INDEPENDENTE		CATEGORIZAÇÃO E SUB-CATEGORIAS		GUIÃO DA ENTREVISTA	
		CONSEQUÊNCIAS DO DIVÓRCIO	REACÇÕES		
Tipo de Divórcio	Mútuo Consentimento	Responsabilidade Valorização <ul style="list-style-type: none"> • Pessoal • Profissional • Projectos Novas oportunidades <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer novas pessoas • Escolher • Decidir 	Positiva	Liberdade Ganhos Sonhar	P2; P3; P4; P5; P7; P9; P10; P11; P12; P18;
	Litigioso	Independência Autonomia Situação Económica <ul style="list-style-type: none"> • Instabilidade • Estabilidade • Qualidade de vida • Estilo de vida 	Negativa	Solidão Fracasso Revolta Perda Medo Culpa	

Por último, no quadro 8, apresenta-se a operacionalização das variáveis do terceiro corolário - *o relacionamento do “Eu-próprio” com os outros “Eus”, tal como é imposto pela vida social, é um processo evidente na (re)construção da Identidade Pessoal.*

QUADRO 8

Operacionalização das Variáveis do 3º Corolário (Relação “*Eu-próprio*”/Outros “*Eus*”)

“ <i>EU-PRÓPRIO</i> ”	OUTROS “ <i>EUS</i> ”	CATEGORIZAÇÃO E SUB-CATEGÓRIAS		GUIÃO DA ENTREVISTA
		CATEGÓRIAS	SUB-CATEGÓRIAS	
Mulheres divorciadas por litigioso	Grupo Primário	Relação com a Família	Pais/Irmãos/Filhos	P8; P16, P17
		Relação com os Amigos	Amigos Antigos Amigos do casal Amigos Novos (Colegas)	
Mulheres divorciadas por mútuo consentimento	Grupo Secundário	Relação com os vizinhos	Vizinhos antigos Vizinhos recentes	
		Instituições	Igreja Outras	

Elaborado com base em, Charles Horton Cooley, cit. por (Étienne, e al, 1999)

Dada a problemática em estudo, o instrumento escolhido, foi a entrevista. Trata-se de um instrumento muito utilizado pelas diversas correntes teóricas em sociologia: a sociologia compreensiva (A Schutz), o interaccionismo (E. Goffman). As virtualidades e os limites da entrevista em profundidade são conhecidas. Com efeito, o leque e o tipo de perguntas susceptíveis de serem respondidas é, aqui, vasto; a sua estruturação ao longo da entrevista pode ser sujeita a rectificação, tendo em conta a forma como decorre a interacção entrevistador-entrevistado; este por sua vez, pode rectificar, explicitar, reafirmar, com maior à vontade, as suas opiniões. A fim de justificar esta opção, recorreu-se a autores, tais como: Raymond Quivy (1998) para quem os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais da comunicação e de interacção humana. De referir, também, a entrevista como um processo comunicativo através do qual o investigador obtém de uma pessoa uma informação que se encontra contida na biografia desse interlocutor. Ou seja, o sujeito dá conhecimento de um conjunto de representações associadas aos acontecimentos vividos. Isto implica que a informação foi experimentada e absorvida e que será proporcionada com orientação e interpretação significativas da experiência do entrevistado. (Delgado, 1995)

Tendo em vista a melhor compreensão desta opção pela entrevista semi-directiva, considera-se pertinente fundamentar esta opção através da perspectiva de Bradin (1997), dado que permite que seja o próprio entrevistado a estruturar o seu pensamento em torno do objecto perspectivado. Também, porque a entrevista semi-directiva não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas Raymond Quivy (1998). Desta forma, esta técnica de recolha de dados, permite a obtenção de informações sobre os mais diversos aspectos da vida pessoal e social do entrevistado, permite uma grande flexibilidade ao investigador poder esclarecer o significado das perguntas e adaptá-las ao entrevistado e permite a recolha de informação sobre expressões não verbais. Em suma, optar por uma entrevista semi-estruturada permite aprofundar factos ou comportamentos; o investigador explora o guião de entrevista com tópicos ordenados e relacionados entre si; o investigador deixa o entrevistado exprimir-se livremente sobre cada um dos tópicos do guião; o investigador intervém quando o entrevistado se afasta do tema ou quando não o aprofunda suficientemente.

O segundo procedimento permite evitar lacunas e obter a informação relevante. O guião da entrevista dispõe de uma série de “*perguntas – guias*” relativamente abertas, (anexo I e II), a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado. Possibilitar ao entrevistado condições para que possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. Ter o objectivo de reencaminhar a entrevista para os objectivos pretendidos quando o entrevistado se desviar do assunto, ou colocar as perguntas, as quais o entrevistado não consegue chegar por si próprio e que são importantes para o trabalho.

O Guião da entrevista, construído pela investigadora, está organizado em duas partes. A primeira parte, é composto por seis itens, que recolhem informações do indivíduo, no que concerne à idade; à profissão; ao número de filhos; ao número de anos de casamento; ao número de anos divorciada e tipo de divórcio. A segunda parte, é composta por um grupo de questões abertas de forma a levar o entrevistado a narrar sobre a forma como aconteceu a ruptura conjugal, sua reacção a essa situação, sobre si próprio (passado e presente), assim como a definição do seu projecto de vida (futuro). Em síntese, entre os limites da técnica de entrevista em profundidade, contaram-se com as dificuldades de análise e da prodigiosa quantidade de

informação que elas disponibilizaram. É certo que o guião, e porque se optou desde o início pela entrevista semi-directiva, limita e direcciona as perguntas e permite o controlo relativo da informação disponível.

O terceiro procedimento permitiu ao entrevistador, antes de iniciar a entrevista, dar conhecimento ao entrevistado do objectivo da entrevista, da sua importância para a pesquisa em causa e da importância da sua colaboração. Seguidamente foi solicitada autorização para gravar a entrevista explicando a importância de registar com precisão as informações que o entrevistado prestar; conduzida a entrevista dando atenção aos seguintes aspectos: começar pelos tópicos que não conduzam a uma recusa ou que provoquem constrangimento; colocar uma questão de cada vez; não dar a entender a opinião do entrevistador; mostrar interesse pelo que o entrevistado diz; anotar alguns aspectos e atitudes do entrevistado que possuem alguma significação útil; ter o cuidado de não concluir a entrevista sem sublinhar novamente a confidencialidade das informações prestadas e sem agradecer a colaboração.

4.6. Tratamento e Análise da Informação

Tendo em conta a natureza da investigação, os objectivos definidos e a construção da hipótese de investigação e os três corolários resultantes dessa mesma hipótese, optou-se por uma análise fundamentalmente qualitativa com base na análise de conteúdo de entrevistas. Ou seja, dada a temática específica, utilizou-se a abordagem qualitativa através de guião de entrevista em profundidade, semi-estruturada a um grupo de mulheres que apresentam uma característica comum, serem divorciadas.

Dada a problemática a estudar e de acordo com os objectivos da investigação, justifica-se que a pesquisa seja realizada com base na técnica de análise de conteúdo, tendo como base teórica os estudos de Laurence Bardin (1997).

A autora apresenta algumas vantagens na utilização deste método, bem como limites e problemas. Entre outras, refere que uma das principais vantagens diz respeito ao facto de o investigador ser obrigado a manter uma grande distância em relação a interpretações espontâneas, em particular, às suas próprias. Com efeito, não se trata

de utilizar as suas próprias referências ideológicas ou normativas para julgar as dos outros, mas sim de analisá-las a partir de critérios que incidem mais sobre a organização interna do discurso do que sobre o seu conteúdo explícito.

Em primeiro lugar, considerando os objectivos da investigação, a hipótese formulada e os corolários resultantes, seguiu-se as etapas defendida na perspectiva de Laurence Bradin (1997). Uma primeira etapa, que a autora designa por pré-análise, procedeu-se à recolha das entrevistas que vão ser sujeitas à análise, preparou-se o material; numa segunda etapa, procedeu-se à codificação, ou seja, à transformação da informação, em que são escolhidas as categorias. No entendimento de Bardin (1997) considera a análise de conteúdo não como um instrumento, mas como um leque de apetrechos, por essa razão, um dos procedimentos específicos desse conjunto de apetrechos é a análise categorial.

Através dessa categorização isolam-se os elementos e classificam-se de forma a impor uma certa organização às mensagens. Considerando as categorias como rubricas significativas, em função das quais o conteúdo será classificado e eventualmente quantificado. Podendo, estas, ser definidas *a priori* ou *a posteriori*, optou-se por definir, algumas categorias *a prior* com base no quadro teórico e completar, caso fosse necessário, *a posterior* de acordo com a informação recolhida.

O método das categorias, representa uma espécie de gavetas ou rubricas significativas permite a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem. É, portanto, um método taxionómico bem concebido para introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente (Bardin, 1997). Este passo obedece ao princípio da objectividade, sistematização e racionalização através de números, uma interpretação válida. Ou seja, ser objectivo, visto que a análise deve proceder segundo as regras pré-estabelecidas, obedecendo a diretrizes suficientemente claras e precisas. Ser também sistemático, pois todo o conteúdo deve ser ordenado e integrado nas categorias escolhidas, em função do objectivo perseguido, e elementos de informação associados ou relativos ao objectivo não devem ser deixados de lado. Ser ainda quantitativo, pela possibilidade de evidenciar os elementos significativos, calcular a sua frequência.

Torna-se essencial o cumprimento de certas regras, tais como: a «*exaustividade*» (considerar todos os elementos do conjunto); a «*representatividade*» (o que implica proceder à análise de uma parte dos documentos e esta ser representativa); a «*homogeneidade*» (os documentos escolhidos devem obedecer a critérios de escolha rigorosos e não apresentar demasiada singularidade relativamente a esses critérios de escolha); a «*pertinência*» (os documentos escolhidos devem ser adequados como fonte de informação para corresponder ao objecto de análise que sobre eles irá recair) (Bradin,1997).

Para tratar os dados numéricos optou-se pelo tratamento informático, especificamente na primeira parte dos dados referente à identificação do sujeito, ou seja, idade, número de filhos, profissão, área de formação, duração do casamento e duração do divórcio.

CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

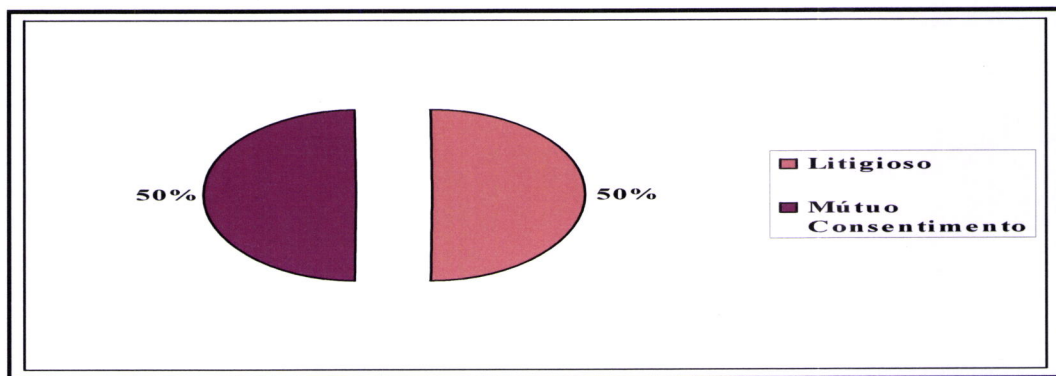
5.1. Caracterização da Amostra e Sub-Amostras (A,B)

5.1.1. Caracterização Sócio-Demográfica da Amostra

A amostra total é constituída por 20 mulheres divorciadas. Nos gráficos que se seguem sistematizam-se os dados referentes às características sócio-demográficas da amostra, tipo de divórcio, idade, profissão, número de filhos, anos de casamento, anos de divórcio, com base numa análise estatística descritiva.

GRÁFICO 1

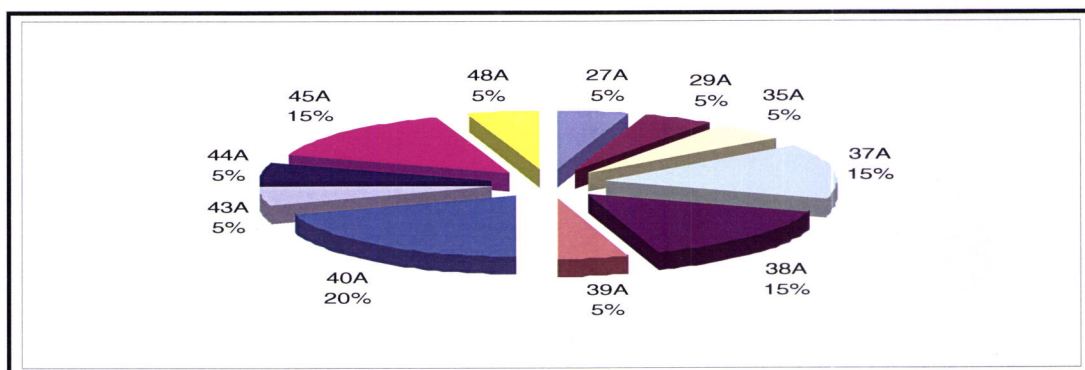
Caracterização da Amostra segundo o Tipo de Divórcio



Como se pode observar todos as mulheres que constituem a amostra são divorciadas, por dois processos diferentes de divórcio, ou seja, 50% da amostra é constituída por mulheres que obtiveram o divórcio por processo litigioso e 50% por processo de mútuo consentimento.

GRÁFICO 2

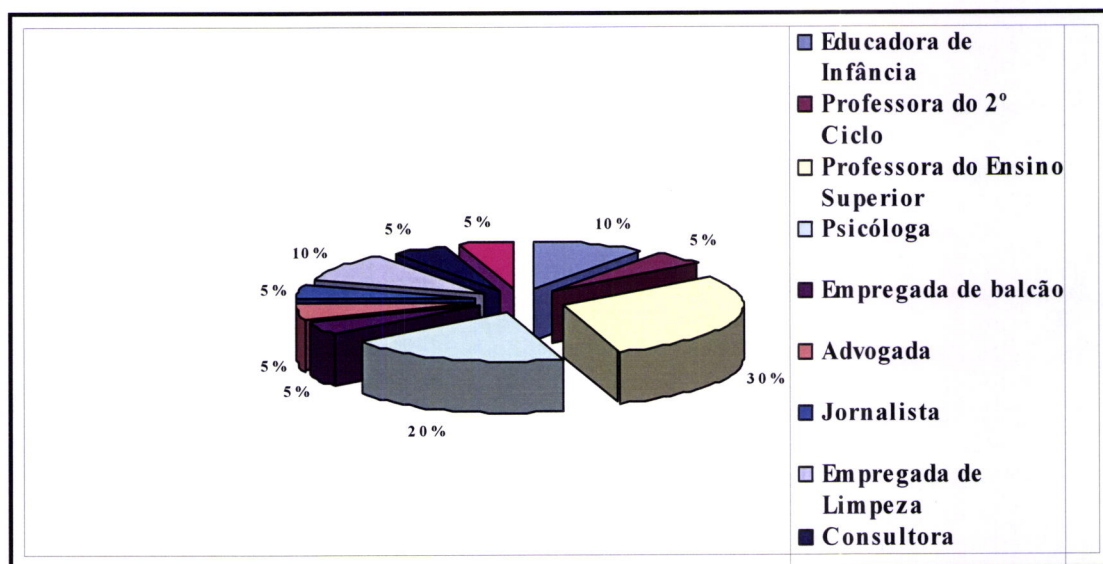
Caracterização da Amostra segundo a Idade



A amostra constituída por 20 mulheres apresenta idades compreendidas entre 27 e 48 anos. Verifica-se que a faixa etária dos 40 anos atinge uma percentagem de 20%. Observa-se, também, que as faixas etárias 37, 38 e 45 atingem uma percentagem de 15%, sendo as restantes inferiores atingindo uma percentagem de 5%.

GRÁFICO 3

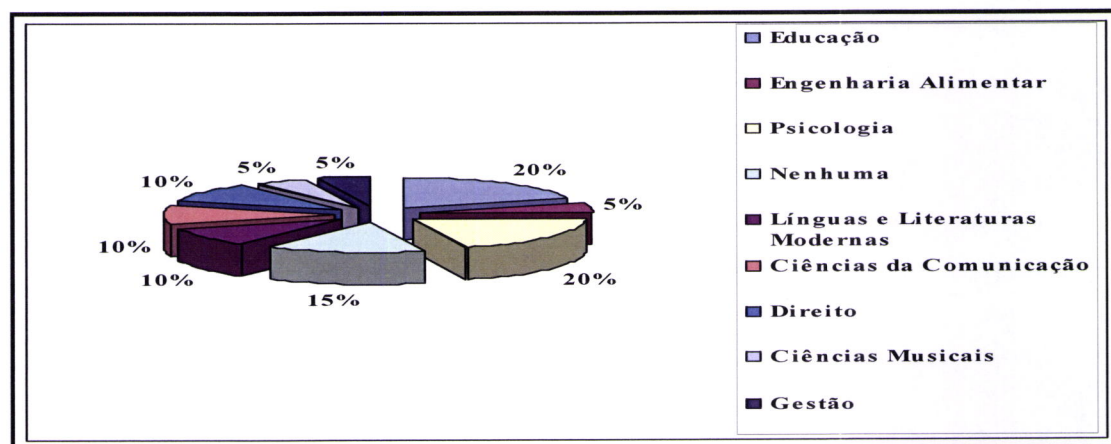
Caracterização da Amostra segundo a Profissão



Analisando a amostra segundo a profissão, verifica-se que, 30% das inquiridas são Professoras do Ensino Superior; 20 % Psicólogas; 10% são Educadores de Infância e a mesma percentagem exerce a profissão de Empregadas de Limpeza; as restantes profissões cotam-se nos 5%. Pode-se, também, verificar que as maiores percentagens representam profissões que exigem uma formação de nível superior.

GRÁFICO 4

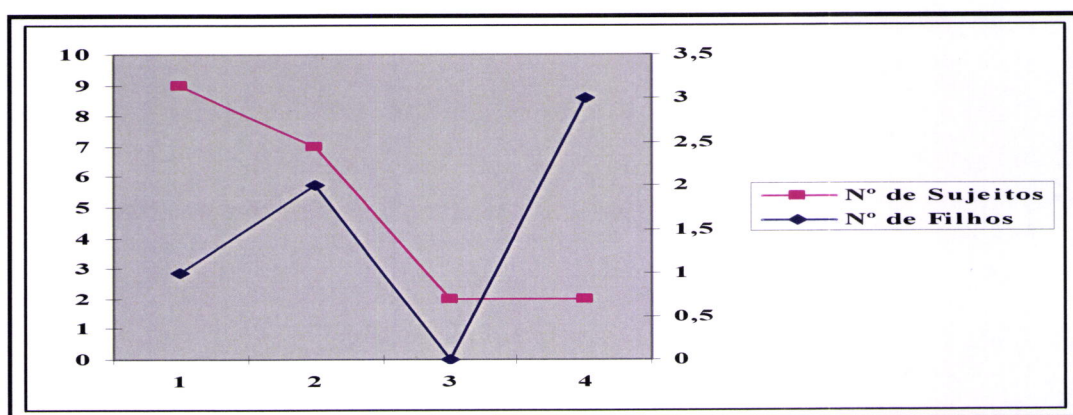
Caracterização da Amostra segundo a Área de Formação



Numa relação directa entre a profissão e a área de formação pode-se verificar que a grande percentagem das entrevistadas têm formação na área da Psicologia e Educação. Sem formação académica encontram-se 15% das inquiridas. Outras áreas com uma percentagem de 10%, conforme se pode observar no gráfico, dizem respeito à área do Direito, Ciências da Comunicação e Línguas e Literaturas Modernas.

GRÁFICO 5

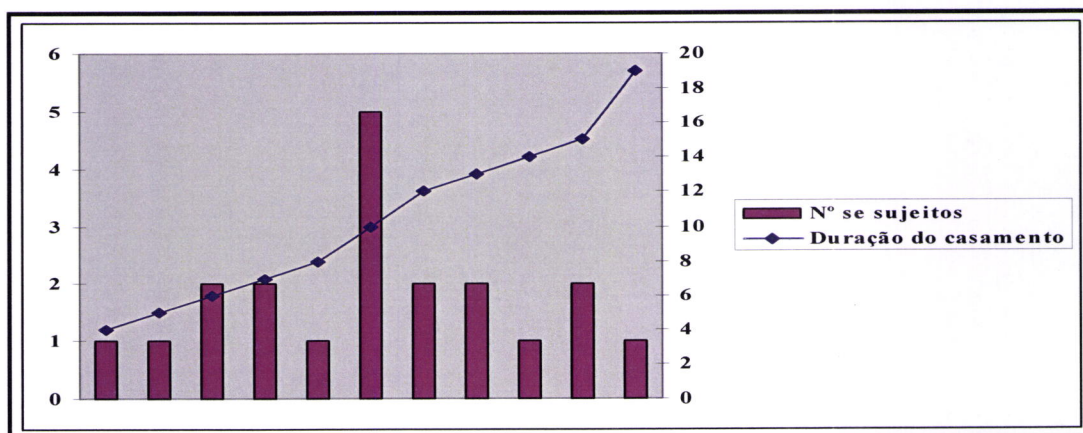
Caracterização da Amostra segundo o Número de Filhos



Do conjunto das entrevistadas, verifica-se que o número de filhos varia entre os 0 e 3 filhos, concluindo-se que nove das inquiridas têm um filho; sete mulheres têm dois filhos; duas mulheres têm três filhos e sem filhos encontram-se duas inquiridas.

GRÁFICO 6

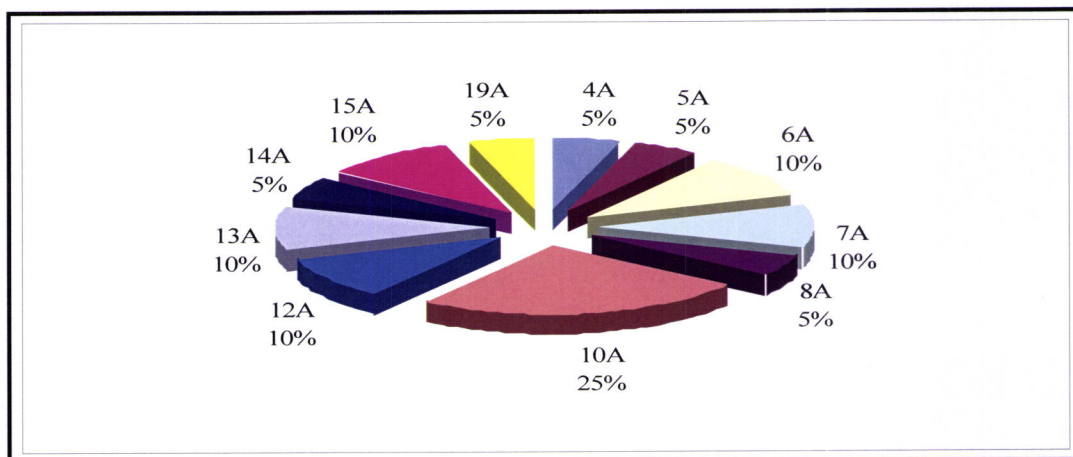
Caracterização da Amostra segundo a Duração do Casamento



Verifica-se, no gráfico 6, a variação em relação à duração do casamento, de onde podemos concluir que nas inquiridas a variação se situa entre os quatro e os dezanove anos.

GRÁFICOS 6.a)

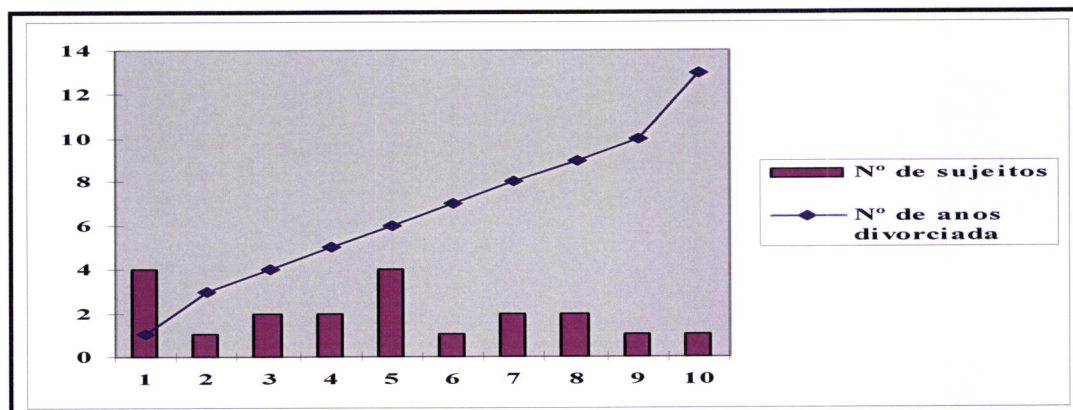
Caracterização da Amostra segundo a Duração do Casamento (em percentagem)



Para clarificar esta questão, verifica-se no gráfico 6.a), que 25 % das inquiridas mantiveram o casamento durante dez anos.

GRÁFICO 7

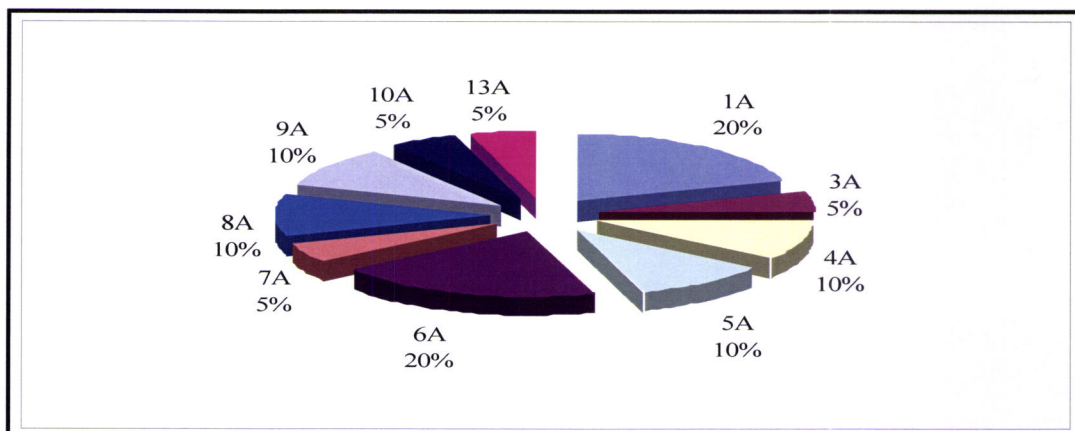
Caracterização da Amostra segundo o Número de Anos de Divórcio



Verifica-se, no gráfico 7, que as inquiridas que constituem a amostra à data da entrevista, o tempo de divórcio situava-se entre um e treze anos.

GRÁFICO 7.a)

Caracterização da Amostra segundo o Número de Anos de Divórcio (em percentagem)



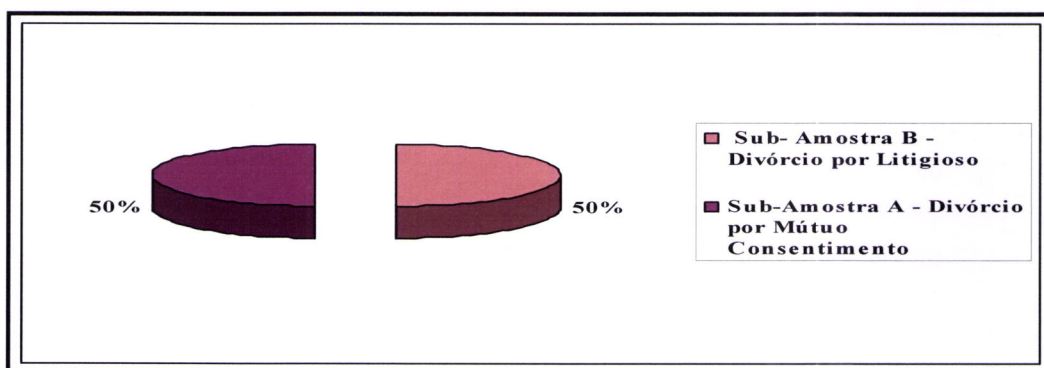
Pode observar no gráfico 7.a), 20% das mulheres entrevistadas estavam separadas há um ano e 5% há treze anos, sendo esta a baliza acima referida.

5.1.2. Caracterização Sócio-Demográfica das Sub-Amostras (A,B)

Tendo em conta a amostra inicial subdividiu-se em duas sub-amostras (A, B), conforme se pode observar nos gráficos seguintes:

GRÁFICO 8

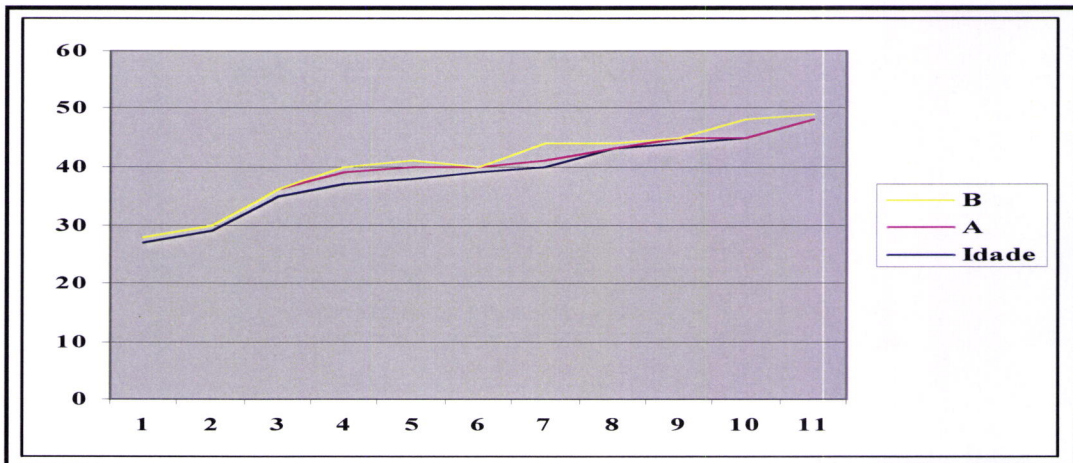
Caracterização das Sub-Amostras A e B segundo o Tipo de Divórcio



A Sub-Amostra A constituída por dez mulheres divorciadas por mútuo consentimento, e a Sub-Amostra B pelo mesmo número de mulheres divorciadas por divórcio litigioso.

GRÁFICO 9

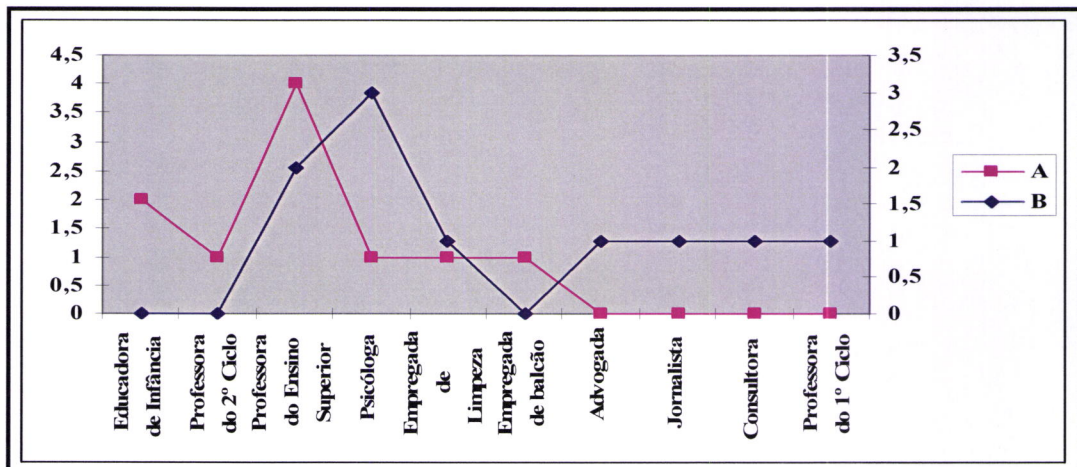
Caracterização das Sub-Amostras A e B segundo a Idade



Embora não se possa generalizar constata-se que nas vinte mulheres entrevistadas verifica-se maior número de divórcios litigiosos nas faixas etárias dos quarenta e quarenta e cinco anos.

GRÁFICO 10

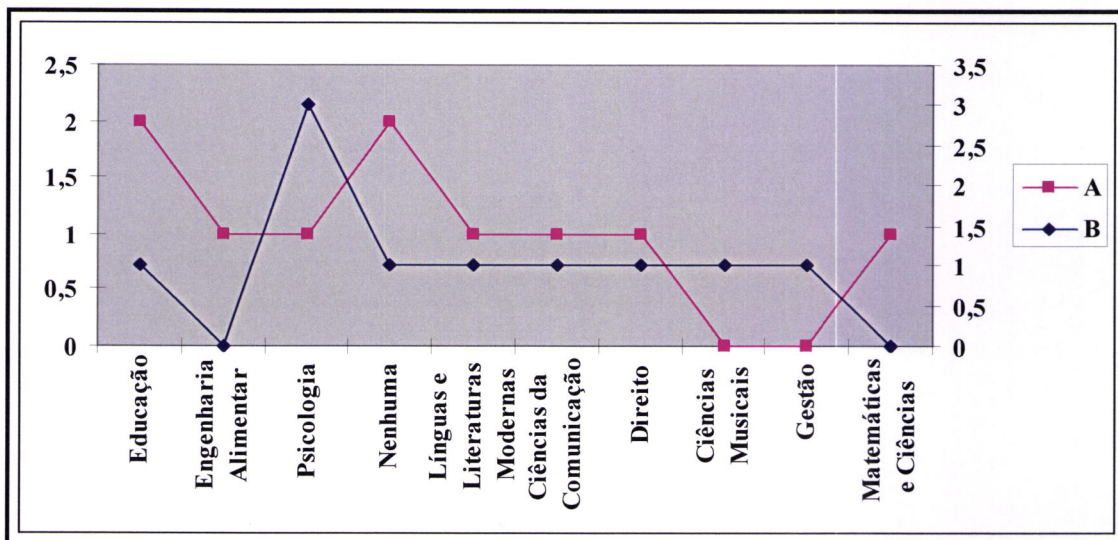
Caracterização das Sub-Amostra A e B segundo a Profissão



Embora não generalizável, constata-se que a maior parte dos divórcios de mútuo consentimento, sub-amostra A, aconteceu em mulheres com profissões ligadas ao ensino, enquanto que o divórcio litigioso, sub-amostra B, abrange mulheres na quase totalidade das restantes profissões (Gráfico 10)

GRÁFICO 11

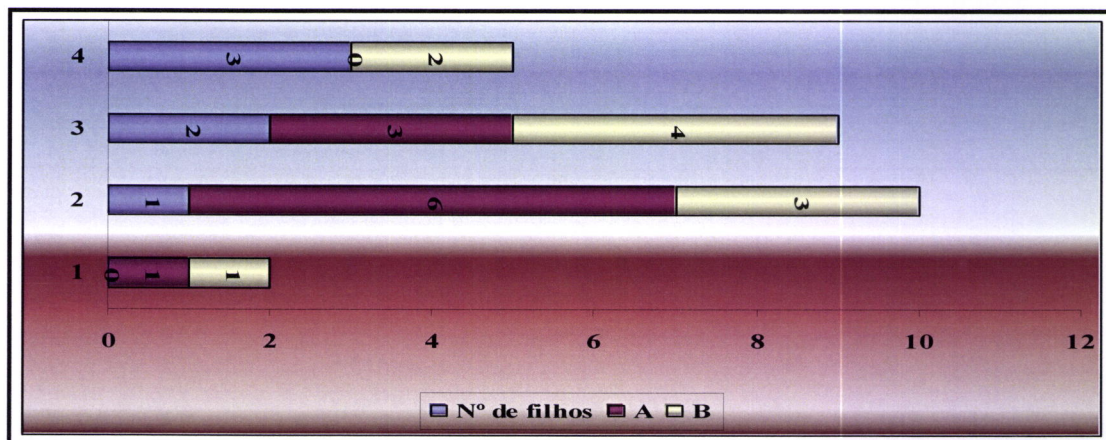
Caracterização das Sub-Amostra A e B segundo a Área de Formação



Dentro das vinte mulheres entrevistadas, conclui-se, que o maior número de divórcios por mútuo consentimento, sub-amostra A, abrangeu mulheres sem formação específica e também mulheres com formação na área da educação; enquanto que o maior número de divórcio litigioso, sub-amostra B, abrangeu mulheres com formação na área da Psicologia. De certa forma vem reforçar os estudos realizados por Anália Torres (1996:213), sobre o divórcio que conclui: “ o divórcio é muito mais frequente quando a formação escolar corresponde ao ensino médio e superior (...) aliás, verifica-se um verdadeiro salto nos valores quando se atingem estes graus de instrução...”

GRÁFICO 12

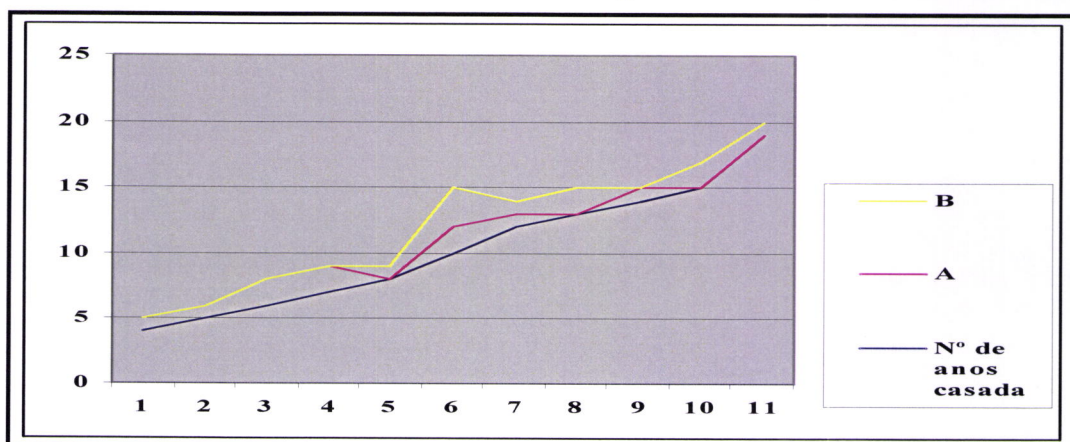
Caracterização das Sub-Amostras A e B segundo o Número de Filhos



Em relação ao número de filhos, verifica-se que das dez mulheres entrevistadas e envolvidas por divórcio litigioso, sub-amostra B, 35% têm dois ou mais filhos; enquanto que, no caso das dez mulheres divorciadas por mútuo consentimento, sub-amostra A, 30% tem apenas um filho.

GRÁFICO 13

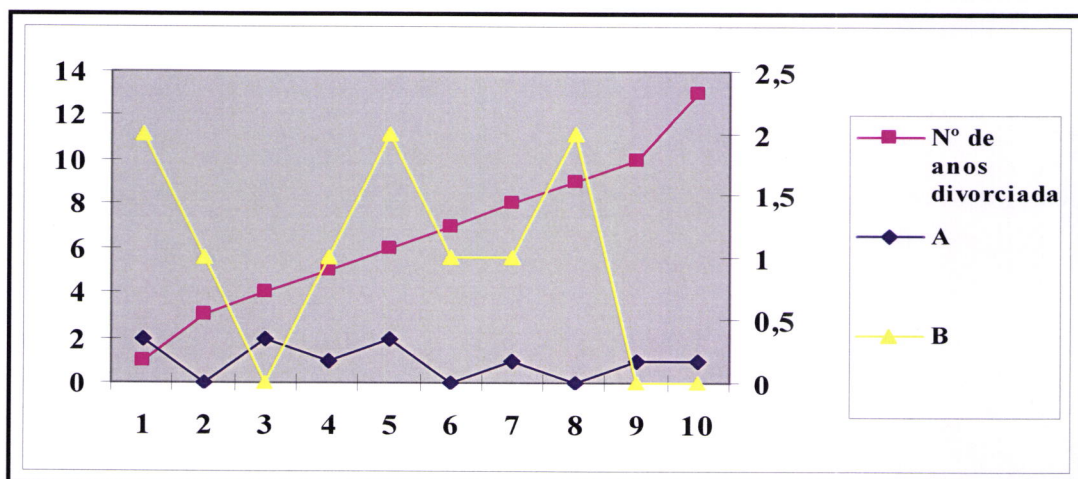
Caracterização das Sub-Amostras A e B segundo a Duração do Casamento



Ao compararmos as sub-amostras (A e B) verifica-se que as mulheres que obtiveram o divórcio por processo litigioso mantiveram-se casadas durante dez ou mais anos, o que não se verifica nas mulheres que obtiveram o divórcio por mútuo consentimento, ou seja, estas últimas mantiveram uma relação matrimonial de menos de dez anos.

GRÁFICO 14

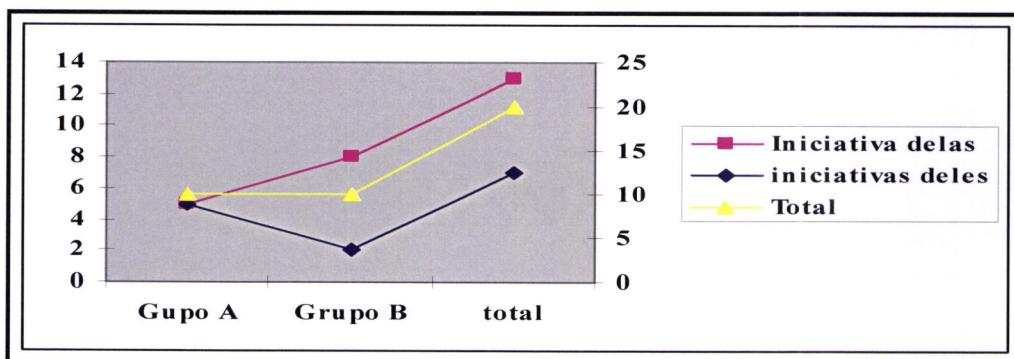
Caracterização das Sub-Amostras A e B segundo o número de Anos de Divórcio



À data das entrevistas às vinte mulheres, conclui-se que nos divórcios por mútuo consentimento, sub-amostra A, o tempo do divórcio varia entre um e treze anos, enquanto que nos divórcios litigiosos, sub-amostra B, a variação é de um e nove anos.

GRÁFICO 15

Tomada de Iniciativa pelo Divórcio



Treze mulheres, das vinte entrevistadas, deram o primeiro passo para o divórcio, como a única forma de procurar a felicidade. É de realçar que das dez mulheres que obtiveram o divórcio por processo litigioso, oito foi por iniciativa delas, enquanto no grupo das mulheres divorciadas por mútuo consentimento, somente quatro tiveram a iniciativa, como se pode ver no gráfico 15.

As mulheres entrevistadas que optaram pela separação, optaram por alterar a sua atitude passiva perante a própria existência, o abandono do sentido de identidade, a tendência de prescindir de ideias próprias ou não as manifestar, para bem de todos.

5.2. Validação da Hipótese e Corolários

Após apresentação das características da amostra e das sub-amostras (A,B), pretende-se analisar a informação relevante para melhor compreender o processo de (re)construção da identidade pessoal nas mulheres divorciadas, através da reflexão que cada uma faz de si. Há, assim, “*tempos*” diferentes no divórcio que correspondem a distintas situações objectivas. O ter filhos, a duração da relação conjugal, a duração do divórcio, a forma como se está inserido na actividade profissional, são exemplos de factores que contribuem para criar realidades

objectivas diferentes, que geram e impõem, por sua vez, formas de agir, escolhas, decisões.

Para validar a hipótese - *O tipo de divórcio é In/facilitador na (Re)construção da Identidade Pessoal* e seus corolários procedeu-se ao levantamento de informação referente às razões que levaram ao divórcio, consequências, reacções à nova situação e ao relacionamento do “*Eu-próprio*” com os outros “*Eus*” apresentada nos quadros e tabelas seguintes.

QUADRO 9
Razões do Divórcio por Mútuo Consentimento

SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE ANÁLISE
Solidão	“...sentia-me só...enfim, todos esses sentimentos que penso que todas as mulheres sentem quando desejam o que não tem...”(B)
Nascimento dos filhos	“...no momento como eu estava muito tempo centrada no bebé do que nele ou na relação e portanto ele achou a altura de fazer o caminho dele..., como se sabe com um bebé não se pode ir ao cinema à noite...” (D) “...depois do meu filho nascer, ele afastou-se...” (A) “...ele não queria que eu engravidasse, mas aconteceu...ficou muito diferente...” (J)
Rotina	“...a pessoa não pode deixar...casou...arranjou...uma coisa garantida, e isso começou a sentir-se no dia a dia da relação...” (C)
Falta de diálogo	“...sempre que tentava conversar...ele não respondia e quando o fazia, fazia-o de uma forma ligeira...” (B) “...começou a não haver o diálogo...sem diálogo é horrível, é uma forma de solidão incrível...” (C) “...não conseguíamos falar sobre as coisas...sensação de que falava para as paredes...” (D) “Ele entrava mudo e saía calado...depois de algum tempo até dava jeito...”(A)
Indiferença	“...comecei a notar uma ausência dele, não da presença física dele, mas mesmo dele...” (B) “...pensava muitas vezes que ele se tinha esquecido de mim...”(A) “...apesar de ele estar presente fisicamente, não estava...” (C) “...porque tinha uma pessoa que apesar de estar lá, não estava...” (C)
Dependência emocional	“...muitas vezes acomodamo-nos...” (C) “...tinha de me cingir ao feito dele...” (C) “...fiquei calada, engoli...comecei a anular-me...” (C) “...era viver de uma forma que lhe agradasse a ele...” (D) “...eu pensava mais nele do que em mim...” (H)
Desvalorização pessoal	“embrenhado nos seus projectos e um pouco esquecido dos meus...” (B) “...eu não estava à altura...” (D) “...eu era a parte «engonhante»...” (F) “...impôs como condição não continuar os meus estudos...”(A) “...a família era mais importante do que o tempo que passava com os manuais...” (I) “...sempre que eu tinha que preparar algum projecto, marcava jantar lá em casa com os amigos...” (G)
Agressão	“...houve agressões verbais e isto durou quase dois anos...” (C)
Infidelidade	“o divórcio surgiu em sequência de uma outra pessoa...” (C) “...ele já tinha namorada, ou seja, já se tinha apaixonado, já tinha procurado outras coisas e já estava muito envolvido...” (F) “...conheceu lá uma rapariga, e foi aí...” (E)
Afastamento da vida social	“...deixamos de manter as relações que mantínhamos antes de casarmos...” (C)
Objectivos de vida incompatíveis	“...ideias diferentes, valores diferentes...” (D) “...começamos a evoluir em pontos em pontos diferentes, prioridades diferentes, interesses...” (F) “eu queria continuar os meus estudos e ele queria que eu ficasse dona de casa...” (A)
Incompatibilidade de Personalidade	“...quando estava em crise voltava as costas à situação...” (D) “...dava muita importância às saídas para o exterior, passeios, teatro, grupo de amigos, às vezes não havia dinheiro, o que era importante era os outros e a imagem que queria transmitir.” (D) “...muito exigente consigo próprio...para ele eu não podia estar sentada no sofá, era sinal que estava inactiva.” (D) “...divergir sobre o que fazer com a criança, como se devia tratar, educar, e começamos a entrar em birra constante, uma luta constante...” (F)

(A)Ana; (B)Beatriz; (C)Cátia;(D)Dália; (E)Ema; (F)Feliciana; (G)Gabriela; (H)Hélia; (I)Inês; (J)Júlia

QUADRO 10

Razões do Divórcio Litigioso

SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE ANÁLISE
Solidão	“...depois de tantos anos casada, a solidão que aquele homem me transmitia, punha-me doida...” (S)
Nascimento dos filhos	“...com o nascimento do segundo filho as coisas complicaram-se...” (O)
Rotina	“...estava cansada do mesmo, sempre a mesma vida...um vazio...” (T) “... as pessoas acomodam-se, deixam de apostar...” (V)
Falta de diálogo	“...quando as pessoas deixam de se dar bem e não tem diálogo absolutamente nenhum, a solução é cada um ir para seu lado...em relação ao resto só em tribunal”(M) “...é como viver-se sozinha, não temos com quem partilhar...para isso é melhor estar mesmo sozinha...” (Q) “...eu entrava tarde porque trabalhava à noite, ele saía cedo, nunca conversávamos...” (R) “...como era muito calado e as minhas conversas não interessavam, deixei de falar...” (L) “...ele gostava mais de conversar com os amigos...”(P) “...muitas vezes não tínhamos tempo para conversar...” (T) “...havia outros interesses que impossibilitavam arranjar tempo para conversar...” (N)
Indiferença	“Comecei a notar alguma indiferença...”(M) “...deixei de estar incluída na vida dele...”(S) “...quando nos deitávamos, até parecia que eu não existia...”(P)
Dependência emocional	“ Eu vivi grande parte dos anos em função da vida dele e das convicções dele, sempre a pensar em não fazer o que ele não gostava...” (L) “...esquecendo-nos um pouco de nós próprios, no meu caso fiz tudo para agradar...”(M) “...eu pensava sempre primeiro nele e depois em mim...”(R) “...como gostava dele eu fazia tudo para que ele gostasse de mim...” (O)
Desvalorização pessoal	“...estava a preparar a minha tese de doutoramento...mas como para ele, este não era um projecto importante, mas sim a azeitona...tentava sempre ocupar o meu tempo livre em coisas deste género...”(L) “...o meu sucesso profissional deixava-o complexado e tentava sempre destruir-me por influências...”(P) “...Nunca estava contente com o que eu fazia...” (R) “...eu não valia nada...” (O) “...não me reconhecia como pessoa...”(V)
Agressão	“...começaram as agressões verbais e de todo o género...até mesmo agressões físicas tentou comigo...”(L) “...o assunto era sempre , eu enquanto traidora...”(L) “...começaram a surgir as ameaças, as perseguições, os insultos em via pública, muitas das vezes tendo mesmo recorrer às autoridades...”(P) “...quando se irritava era muito desagradável e facilmente levantava a mau, então quando bebia um copito.”(R) “...poderia ser diferente se ele não partisse para a difamação...”(M)
Infidelidade	“...vim a saber que essas reuniões não passavam de devaneios conjugais com a secretária...”(M) “...com a vida que levava, sabia que as mulheres estavam incluídas...”(P) “...eu sabia que ele tinha outra...” (N)
Afastamento da vida social	“...raramente saía de casa, nem mesmo para os jantares da empresa...”(L) “...Nunca me levou a lado nenhum...” (R)
Objectivos de vida incompatíveis	“...apenas queria que ele trabalhasse e que ganhasse o seu próprio ordenado...” (P) “...eu queria acabar o meu doutoramento, ele queria ir para a aldeia...”(L)
Incompatibilidade de Personalidade	“...introversa, desconfiada, sim...muito solitário, sem grande interesse pela vida exterior ao casamento...”(L) “...vida dele resumia-se a carros desportivos, e a chegar a casa tarde e a más horas, por vezes com um cheiro de perfume barato...”(P)

(L) Lurdes; (M) Maria; (N) Noélia; (O) Olivia; (P) Paula; (Q) Quicas; (R) Rute; (S) Sara; (T) Teresa; (V) Vânia

Considerou-se a frase a unidade de registo e contabilizou-se somente uma vez, mesmo quando a entrevistada apontava a razão mais do que uma vez, durante a narrativa, assim, posteriormente é feita uma análise de frequências.

TABELA 1
Razões do Divórcio - Análise por Frequência das Sub-Categorias

	Categorias	Sub-Categorias	Tipo de Divórcio		Total	
			Mútuo Consentimento	Litigioso		
<i>Razões do Divórcio</i>	<i>Acomodação</i>	Solidão	1	1	2	
		Nascimento dos filhos	3	1	4	
		Rotina	3	2	5	
		Afastamento da vida social	1	2	3	
	<i>Comunicação</i>	Falta de diálogo	3	7	10	
		Indiferença	3	3	6	
		Dependência	3	4	7	
	<i>Reconhecimento</i>	Desvalorização pessoal	5	5	10	
	<i>Violência</i>	Agressão	Física		3	3
			Verbal	1	4	5
	<i>Infidelidade</i>	Infidelidade	3	3	6	
	<i>Efeitos de Personalidade</i>	Objectivos de vida incompatíveis	3	2	5	
		Incompatibilidade de personalidade	2	2	4	
Total			30	44		

TABELA 2
Razões do Divórcio - Análise Frequencial das Categorias

	Categorias	Tipo de Divórcio		Total
		Mútuo Consentimento	Litigioso	
<i>Razões do Divórcio</i>	<i>Acomodação</i>	6	6	12
	<i>Comunicação</i>	9	14	23
	<i>Reconhecimento</i>	5	5	10
	<i>Violência</i>	1	7	8
	<i>Infidelidade</i>	3	3	6
	<i>Efeitos de Personalidade</i>	5	4	9
	Total		29	44

TABELA 3
Consequências do Divórcio - Análise Freqüencial por Sub-Categorias

Categorias	Sub-Categorias	Tipo de Divórcio		Total		
		Mútuo Consentimento	Litigioso			
<i>Consequências do Divórcio</i>	<i>Maior Responsabilidade</i>	7	7	14	43	
	<i>Valorização</i>	Pessoal	5	7		12
		Profissional	5	6		11
		Novos Projectos	2	4	6	
	<i>Novas oportunidades</i>	Conhecer novas pessoas	3	4	7	44
		Escolher	3	4	7	
		Decidir	4	7	8	
		Independência	3	6	9	
		Autonomia	6	7	13	
	<i>Situação económica</i>	Instabilidade	4	2	6	32
		Estabilidade	3	6	9	
		Maior qualidade de vida	2	6	8	
		Menor qualidade de vida	5	4	9	
	Total		52	70		

TABELA 4
Tipo de Reacção após o Divórcio

	Sentimentos após o divórcio	Tipo de Divórcio		Total	
		Mútuo Consentimento	Litigioso		
<i>Reacção ao Divórcio</i>	Negativa	Medo	2	2	4
		Solidão	8	5	13
		Culpa	4	2	6
		Raiva	2	5	7
		Fracasso	4	2	6
		Vazio	2	3	5
		Destruição	2	3	5
		Angustia	2	3	5
		Revolta	4	6	10
		Tristeza	3	4	7
		Perda	6	6	12
		Imaturidade	1	0	1
		Risco	6	5	11
		Insegurança	2	3	5
		Desmotivada		3	3
		Positiva	Liberdade	4	8
	Ganho		2	6	8
	Tranquilidade		1	2	3
	Sonhar		1	3	4
	Total		56	71	

QUADRO 11

Apresentação das unidades de análise na relação do “*Eu-próprio*”/Outros “*Eus*”

CATEGORIAS		UNIDADES DE ANÁLISE
Grupo Primário	Relação com a Família	<p>Pais Irmãos</p> <p>“...os meus pais que desde o primeiro momento de decisão estavam reunidos com ambos e deram todo o apoio, tanto a mim como a ele, respeitando a forma de pensar dele...” (A) “...a minha família deu-me muito apoio...os meus pais ficavam com o meu filho...foi um grande apoio...” (E) “...os meus pais que sempre souberam ter uma palavra inteligente para me dar.” L “...a minha família tem tido um papel muito importante neste processo, não só prontificando-se a ficar com as crianças no intuito de que eu possa divertir, como também me encorajando...” (M) “...a minha família...” (I) “...principalmente a minha mãe...” (N) “...a minha família sempre esteve presente, ajudou-me a criar o meu filho, deram-me muito apoio...” (V)</p> <p>Filhos</p> <p>“...principalmente o meu filho...” (A) “...com a ajuda da minha filha.. o outro era muito pequenino.” (E) “...principalmente tenho a minha filha...” (L) “...os meus filhos Têm sido de uma forma inequívoca a minha mola mestra para esta mudança.” (P) “...os meus filhos, por eles eu arranjei forças para ultrapassar...” (H) “...pelos meus filhos, eu arranjei forças...” (R)</p>
	Relação com os Amigos	<p>Amigos antigos</p> <p>“...senti apoio deles, mas isso não me chegava...”(F) “...nunca estamos sozinhos, temos sempre amigos, que me ouviam e que me davam força para seguir em frente...” (L) “os meus amigos, mesmo só meus...” (P) “...voltei a encontrar-me com o meu grupo antigo...” (A) “...os amigos que ficaram, ajudaram muito...” (G) “...sempre tive os meus amigos e esses sempre foram amigos...” (S)</p> <p>Amigos do casal</p> <p>“...os amigos com quem partilhei estas angústias eram amigos do casal, que ainda hoje são meus amigos...” (D) “...até mesmo os amigos comuns, sempre se preocuparam comigo, sempre me deram ânimo e força para uma nova caminhada.” (L) “...muitos dos amigos comuns, que no princípio me viraram as costas, hoje voltaram de novo dando-me todo o apoio e carinho...” (P) “...fizeram-se grandes amigos, ficaram alguns, esses ajudaram...” (Q) “...das relações que tinha, mantiveram-se e ajudou a conhecer novas pessoas...” (V)</p> <p>Amigos novos</p> <p>“...conheci novas pessoas, novas formas de estar...” (B) “...não voltei aos meus amigos antigos, mas sim, novos amigos... é com essas pessoas que começamos a sair a conversar, talvez por não haver laços de afecto, seja mais fácil conversar”,(C) “...mais tarde surgiram amizades novas...” (D) “...mais tarde comecei a sair com amigos...sair ajudava a distrair...” (E) “...conheci muitas pessoas, algumas ficaram amigas...” (A) “...dado as circunstâncias, recorri a uma psicóloga e acabamos por ficar muito amigas...” (O) “...conheci pessoas novas, ajudam-nos a esquecer e a acreditar que o melhor é o que virá...” (T) “...relacionar-me com os meus colegas da escola...” (B)</p> <p>E Colegas</p> <p>“...ajudaram-me porque me ouviam e davam-me força...convidavam-me para sair...” (B) “...Os colegas do trabalho ajudam...”(C) “...e as colegas de trabalho, sentia-me melhor no trabalho do que em casa...diziam sempre: ainda és nova, vais arranjar alguém...” (E) “...principalmente os colegas de trabalho com quem eu já partilhava a minha vida, as minhas preocupações...” (L) “...sempre se partilham sentimentos e é com os colegas com quem trabalhamos...” (G) “...é no trabalho que passamos grande parte do tempo, é aí que acabamos por partilhar...” (J) “...as minhas colegas deram-me muita força...” (R) “eu tinha muitos amigos do local de trabalho, foi fácil sentir o carinho e a preocupação deles...” (S)</p>
Grupo	Relação com os vizinhos	<p>Vizinhos antigos</p> <p>Vizinhos novos</p>
	Pertença a Instituições	<p>Religiosas</p> <p>“...na igreja havia encontros, fui conhecendo pessoas que também estavam em processo de divórcio bem mais complicado que o meu e isso ajudou-me a enfrentar os meus problemas.” (B) “...voltei a dar catequese, isso ajudou...” (A)</p> <p>Outras</p> <p>“...convenceram-me a ir para a ginástica...” (B)</p>

TABELA 5

Análise Freqüencial por Categorias e Sub-Categorias

A relação do “Eu-Próprio”/Outros “Eus”- Divórcio Mútuo Consentimento

Outros “Eus”		Categorias/Sub-categorias		Freqüências	Total
Divórcio Mútuo Consentimento	Grupo Primário	Relação com a Família	Pais/Irmãos	3	6
			Filhos	3	
		Relação com os Amigos	Amigos antigos	3	14
			Amigos do casal	1	
			Amigos novos e Colegas	10	
		Relação com os vizinhos	Vizinhos antigos	0	0
	Vizinhos novos				
	Grupo Secundário	Pertença a Instituições	Religiosas	2	2
			Outras	1	1

TABELA 6

Análise Freqüencial por Categorias e Sub-Categorias

A relação do “eu-próprio”/Outros “eus”- Divórcio Litigioso

Outros “Eus”		Categorias/Sub-categorias		Freqüências	Total
Divórcio Litigioso	Grupo Primário	Relação com a Família	Pais/Irmãos	4	7
			Filhos	3	
		Relação com os Amigos	Amigos antigos	3	13
			Amigos do casal	4	
			Amigos novos e Colegas	6	
		Relação com os vizinhos	Vizinhos antigos	0	0
	Vizinhos novos				
	Grupo Secundário	Pertença a Instituições	Religiosas	0	0
			Outras	0	0

TABELA 7

Síntese Geral - Análise Freqüencial por Categorias e Sub-Categorias
A relação do “Eu-próprio”/Outros “Eus”

Outros “Eus”	Categorias/Sub-categorias		Frequências	Total
Grupo Primário	Relação com a Família	Pais/Irmãos	7	13
		Filhos	6	
	Relação com os Amigos	Amigos antigos	6	27
		Amigos do casal	5	
		Amigos novos e Colegas	16	
	Relação com os vizinhos	Vizinhos antigos	0	0
		Vizinhos novos		
Grupo Secundário	Pertença a Instituições	Religiosas	2	2
		Outras	1	1

5.2.1. Validação da Hipótese

Apresentados os resultados pode-se validar a hipótese – *O tipo de divórcio é in/facilitador na (re)construção da Identidade Pessoal* (Quadros 4 e 5:78). Dado que na construção da sua identidade, o indivíduo precisa de recorrer à introspecção, à viagem interior; precisa de confiar nas suas próprias capacidades, que decorre da confiança e da auto-estima, ou seja, significa estar satisfeito consigo próprio. A identidade própria, o seu “*eu autêntico*” fornece uma nova dimensão sobre si próprio e sobre o mundo que o rodeia e uma maior liberdade para explorar esse mundo. A conquista da auto-estima é o reconhecer em si próprio, o seu valor, aceitar-se. Essa viagem em busca de uma identificação, é por vezes dolorosa, mas como tem sido afirmado, o sofrimento é o princípio da identidade pessoal. Ao retroceder, são localizadas feridas antigas, trajectos angustiantes, traumas reprimidos que permite conhecer melhor e desenvolver as suas capacidades intelectuais e emocionais, ou seja, permite o conhecimento de um “*eu*” reconstituído.

Em primeiro lugar mostra a necessidade de reflexão, sobre o passado, presente e definição de projectos para o futuro, após o divórcio. Através de alguns exemplos, pretende-se reafirmar o que foi exposto no quadro teórico que fundamenta esta investigação sobre o processo de (re)construção da identidade pessoal através da reflexividade (Quadro 5:78).

A necessidade de reflectir sobre a vida vai acontecendo à medida que as coisas acontecem, se acontece uma coisa que temos de fazer e não gostamos, começamos a pensar porque o faço se não gosto,,claro que quando estamos sozinhas e temos de decidir...reflectimos sobre nós...quando reflectimos sobre a vida de casada, no que deu errado, no que foi bom, estamos a reflectir sobre nós. Sinto essa necessidade de reflectir sobre o que é bom para mim e para os meus filhos...no fundo eu vivo com essa responsabilidade. Quando analisamos o passado é sempre para tentar encontrar justificações para o que aconteceu ou para o que queremos que aconteça no futuro, acho é mais um encontrarmo-nos através do que somos, do que fomos e do que queremos do futuro, é evidente que quando surge uma mudança na nossa vida ou quando somos forçados, entre aspas, a mudar tentei que fosse para melhor apesar de não me aperceber disso logo que ele saiu, demorou algum tempo..."

Beatriz, 40 anos divorciada há 5 anos

"A minha maior reflexão interior foi agora nestes 6 anos em que me meti para dentro, reflecti para dentro sobre o que era, passei a ser e a partir desses seis anos achei que queria vir cá para fora...que estava preparada para outro tipo de vida. Ter um filho ajudou muito...como hei-de dizer...o meu filho é...faz parte do meu equilíbrio e se não tivesse tido filhos se calhar a minha vivência, aquilo que sinto que sou hoje, não era a mesma coisa, não era de certeza. Durante o casamento eu não reflecti sobre nada, não cheguei ao ponto de dizer isso a mim mesma mas comecei a sentir. Há coisas que no presente não se podem repetir, há alguns tópicos que eu pelo menos vou tentar não repetir, se tiver uma relação com uma pessoa não vou fazer fruto disso, bem não vou dizer:"bem, isto não pode acontecer...não, mas são coisas que ficou marcado e porque não deu certo o casamento, ou seja, no meu caso é depender do outro completamente, dependência económica, dependência emocional, é uma coisa que se cria consoante a vontade de cada um ...ter um tempo próprio... a conclusão que eu chego depois do meu divórcio é: não voltar nunca...tem que ser sempre eu ...ficando bem comigo própria, ser primeiro...só assim é que vou ser sincera com a outra pessoa que estiver ao meu lado... não é o princípio de ser egoísta, é o princípio que é preciso a pessoa estar bem com ela própria ...ou seja, não me voltar a anular porque isso foi o que me aconteceu, um bocado, ...não voltar a anular nunca, isto é uma coisa ...depois do casamento parece que arrumamos a nossa própria pessoa, e não devia ser assim e quando saímos de uma relação voltamos a ser nós. O facto de estar sozinha não pensei em projectos ...e fazer isto e fazer aquilo, ...acho que não, até porque a (re)adaptação, às vezes, ofusca um bocado essa coisa de ser, por dizer finalmente estou sozinha não era essa a minha intenção, a minha intenção era ter uma relação a dois, agora, tive que (re)pensar aquilo que eu queria fazer no futuro, mas nunca tive aquela coisa de...agora estou sozinha ...vou fazer...,não. Era à medida que as coisas iam acontecendo ...pensei em projectos futuros, sim pensei, mas não foram projectos que não tivesse pensado se estivesse casada, não foram muito diferentes. Mas, o reflectir sobre o passado fez com que mudasse de forma a adaptar-me ao presente e isso implica fazer projectos. Essa análise do passado é que nos ajuda a andar para a frente. "

Cátia, 37 anos, divorciada há 13 anos

"Eu acho que o que faria era não mudaria quase nada, ou seja, não faria o que fiz, mas também não posso dizer, porque eu só senti que fiz determinadas coisas, já depois da relação ter terminado, enquanto estava na relação também não sentia que era uma grande obrigação, no fundo eu fazia, às vezes era mais difícil porque não me apetecia, mas no fundo estava a construir a relação e isso era importante, agora é que vejo que não era pela relação, mas para ter a outra

pessoa perto de mim. Se tivesse outra relação, eu acho, até poderia cometer o mesmo erro se não tivesse o discernimento para perceber que eu o que estava era atentar construir uma relação a dois e não reter alguém junto de mim mudando os meus comportamentos, penso que não cairia no mesmo erro, agora estou alertada, já percebi o que aconteceu e provavelmente não voltaria a acontecer, pelo menos conscientemente não voltaria a acontecer. Teria que fazer ajustamentos, agora fazer mais que isso penso que não...houve ali um espaço de 1 ano que eu fiquei ali um bocado parada, também a situar-me naquilo tudo, a reflectir um pouco sobre tudo que eu sentia e depois, logo a seguir, dei continuidade às minhas coisas normais, à minha actividade normal, aliás, nunca deixei de ter a minha actividade normal, nunca tive situações de baixa ou de não ir ao emprego, portanto, fiz sempre a minha vida normal. Emocionalmente, aí sim, as coisas levaram muito tempo a recomporem-se, se calhar por isso é que não fiz ou não tive iniciativas em termos de novos projectos porque eu não me sentia suficientemente segura, suficientemente forte para avançar com o que quer que seja.

a nível de projecto pessoal, eu vivi muito sempre em função dos projectos dele aí eu penso que foi o facto de estar sozinha que fez com que eu investisse em projectos meus, pelo facto de estar 10 anos com ele e ter investido muito pouco em mim a esse nível, fez com que me desabituasse, e logo a seguir como me envolvi muito com a criança, acabei por meu grande projecto era educar bem aquela criança e viver bem com aquela criança. É evidente que a nível profissional eu senti necessidade de me valorizar e foi isso que eu sempre fiz, foi isso que aconteceu, comecei o Mestrado e a outros níveis de valorização, esses fiz sempre como tinha feito, ler sobre determinado assunto, aliás a leitura foi muito importante para mim...”

Dália, 44 anos, 10 anos de casamento e 10 anos de divórcio

“ Na altura que estamos a passar por isso, lembro-me que pensava sobre o que eu tinha feito de errado para ele me trocar, eu que fazia tudo para ser uma boa mulher, uma boa mãe, cuidava da roupa, dos filhos...era limpa, e depois ele faz o que fez...nessa altura só pensamos isso, depois de as coisas passarem, começamos a pensar em que não falte nada aos nossos filhos...pensa-se muito, muito...e isso faz bem, então, depois do que aconteceu eu tive que ir em frente, tinha dois filhos para criar...tinha que fazer tudo sozinha e comecei a ter que fazer outras coisas que não fazia antes...e por isso agora vou devagar mas consegui...e hei-de conseguir mais coisas se tiver saúde, claro. A pessoa fica marcada é coisa que a gente não esquece, porque é uma reviravolta na nossa vida. Uma pessoa sozinha custa muito e pensamos sempre que nós é que erramos ...ao ponto de perguntarmos: “Porque é que tive o meu filho?” se tivesse só a minha filha já era melhor ...mas logo a seguir pensava: “o meu filho está cá ...Deus há-de me ajudar a criá-lo.”Depois a minha vida começou a ser melhor... “

Ema, 38 anos, 12 anos de casamento, 6 de divórcio

Enquanto pessoa fiquei muito magoada com esse processo todo que achei que ao longo desses anos todos eu não era compreendida como pessoa e foram, se calhar, atribuídas coisas ou qualidades ou características em geral que não eram minhas e foram...se provou que eu não tinha porque não tinha mesmo e... essa parte é que foi mais penosa, mais difícil. Custou-me muito a passar essa fase, senti-me...fiquei muito abalada na minha auto - confiança, naquela ideia de «quem eu sou, o que é que eu de facto sou e faço» e que não consigo transmitir essa ideia a pessoas tão próximas principalmente com as pessoas com quem se convive durante tanto tempo, fica complicado...

Quando penso no passado surgem algumas coisas que não voltaria a fazer, coisas do género, acho que tentaria ser mais clara, conversar mais e definir melhor as coisas, talvez...uma das grandes queixas e dos grandes pontos em que assentou a separação recaía sobre: «...não há nenhuma combinação comigo que fique certa, que fique como combinado, que eu acrescento sempre alguma coisa, falho nalguma coisa, falho nas horas, falho ...» não são falhas grandes, mas são pormenores que foram levado a um grau muito elevado, ...nesse ponto nem sei se vou conseguir mudar, porque eu sou assim...o que eu sei desde muito cedo é que tenho que ser mais rápida, mais despachada, mais energética e nem sei se eu sou assim tão lenta como me diziam...até acho que não sou bem assim ...mas sinto-me muitíssimo mal com isso, ou porque acho que não chego para as coisas óbvias do dia a dia ou se para além dessas teria que fazer outras, se as fizesse mais depressa...com mais proveito, sem ter que colocar para trás ou discutir...tenho sempre a ideia que o tempo é curto, que o tempo é curto...precisava de fazer

algo para que ele rendesse mais e não sei até que ponto não fui eu que passei essa ideia e quando devolvida na altura oportuna teve esse efeito sobre mim. É uma análise que faço de mim. Apesar de tudo, a própria sobrevivência neste processo ...foi conseguida, mais consciência de «quem sou eu?» segurança em termos de...»eu sou assim e é assim mesmo que tem de ser...são estas coisas que gosto de fazer, estas coisas que acho que são certas...” acho que houve um amadurecimento, seleccionar o que é mais importante, quais as toleráveis....

Feliciano, 39 anos, 4 anos casada e divorciada há 4 anos

“Ao longo de toda a vida a reflexão faz parte de um crescimento, ou seja estamos sempre a reflectir sobre o que fizemos e os resultados obtidos, e isso faz-nos alterar ou manter a forma como fazemos as coisas. Sobre a minha vida de casada eu reflectia muito e até partilhava essas minhas reflexões com amigas, partilhava com elas as minhas frustrações as minhas alegrias...e ia construindo uma maneira de ser, adaptando-me a essa maneira de viver e de ser...lembro-me que durante o divórcio reflectia muito mais, tentar perceber o comportamento dele, o que isso estava a provocar na minha filha...o que tinha sido a minha vida, tantos anos a tentar manter uma relação, em parte em algumas situações a anular-me...reflectia sobre o que eu gostava de fazer, o que eu gostava de ser...essas reflexões vão mudando à medida que as coisas se resolvem, e logo aparecem outras... essa reflexão ajudou-me a lutar por aquilo que sonhei, a minha realização pessoal, acabar o meu doutoramento...o projecto principal, ser feliz, respirar...ter a minha própria vida, porque ele tentou acabar com a minha vida própria. Só através dessa reflexão é que consegui arranjar forças para aguentar todo aquele conflito, aquele ambiente pois sabia que eu ia ter forças para lutar por uma vida nova. Eu voltar a gostar de mim, voltar a sentir vontade de estar com os outros...aproveitar a vida.” *Lurdes, 45 anos, 15 de relação conjugal, 1 ano de divórcio*

“Casei com 27 anos, não posso dizer que era nova para o fazer, muitas fazem-no muito mais cedo, nessa altura fiz a minha primeira reflexão, pois achei que seria a altura para constituir uma família e ser uma pessoa normal como tantas outras. Nessa altura iniciei o meu conto de fadas. Durante o casamento houve como deve calcular momentos de reflexão sem nunca ter pensado que um dia fosse necessário reflectir em algo que iria mudar toda uma vida. E essa reflexão fez pesar muita coisa, os filhos, a vida estável, os bens, enfim um pouco de tudo e poderia ser tudo diferente, se o meu ex-marido não partisse para a difamação e o insulto quando me falou no divórcio (faceta que não lhe conhecia) A reflexão sobre o passado ajuda-nos a definir projectos porque vamos adquirindo uma experiência que nos vai acompanhando depois no decorrer dos anos. Essa reflexão fez que me fechasse mais e me tornasse um pouco fria, até mesmo para os meus filhos. Quanto a projectos futuros, os profissionais já estão traçados faz bastante tempo, pois tenho a minha vida profissional que quero continuar a levar como sempre o fiz, na parte pessoal, tenho 40 anos e 3 filhos para criar, o tempo o dirá, a vida não para...mas isso não é por agora qualquer tipo de projecto.

Maria, 40 anos, 13 anos casada e 1 ano de divórcio

“Acho que em qualquer altura devemos sempre reflectir sobre a nossa vida e quanto mais fragilizadas nos encontrar-mos mais o fazemos...a minha vida começou a fazer sentido, a ter razão de ser, hoje sou uma mulher realizada...”

O futuro em parte somos nós que o fazemos e esse futuro parte sempre de reflexões do passado, eu diria até mais...dos erros, pois há erros que nos recusamos a cometer de novo. Hoje encontrei uma pessoa maravilhosa, como aliás igual àquela que sempre sonhei nas minhas reflexões para o futuro, independentemente de estarmos juntos à muito pouco tempo sou uma mulher feliz e tudo isso o devo ao passado, porque se não tivesse sofrido tanto se calhar ainda estava dentro daquela concha que me quiseram colocar.”

Paula, 48 anos, 19 anos de casamento, 9 anos de divórcio

Os testemunhos apresentados mostram bem a reflexão sobre a sua vida interior, sobre o que foram, o que fizeram, que fazer, e como agir, questões essenciais para quem

vive numa época de mudança. Uma mudança interior que tenta acompanhar uma mudança social. Um dos principais objectivos, como foi focado no quadro teórico, é o desejo de uma realização pessoal. Essa realização passa por uma análise de si própria, das suas experiências, suas vivências, escolhas e projectos de vida. Projectos de vida que dependem da capacidade de decidir, decidir sobre «o que quero ser?». Essa necessidade de decidir é uma forma, como nos diz Giddens (1997) uma nova forma ao projecto reflexivo. Esta reflexão do passado, que as entrevistadas fizeram, mostra a forma como encaram o presente e planificam o futuro, ou seja, através da passagem pelas diversas fases da sua vida, da tomada de consciência do certo e do errado ou das suas capacidades, suas possibilidades, exigências do presente, assim conseguem preparar o futuro, arranjar forças para seguir em frente, em construir o seu novo «eu». Esta preparação do futuro implica uma construção reflexiva da auto-identidade, ou seja a construção da identidade.

Verifica-se que as mulheres que obtiveram o divórcio por mútuo consentimento manifestam uma maior dificuldade na sua auto-realização em relação às mulheres divorciadas por processo litigioso. As mulheres divorciadas por mútuo consentimento manifestam uma maior dependência em relação ao casamento (Tabela 1:97), menor satisfação com a nova situação (Tabela 4:98), mais dificuldade em tomar decisões, de fazer escolhas e sentem-se maior instabilidade e menor qualidade de vida, apresentam mais dificuldade em fazer projectos para o futuro (Tabela 3:98). A separação trouxe-lhes momentos de solidão, reagiram de uma forma negativista à separação (Tabela 4:98), o que não acontece com as mulheres divorciadas por processo litigioso. Estas apresentam uma atitude mais positiva em relação à nova situação (Tabela 4:98), apontam a separação como o meio para uma maior valorização pessoal e profissional, maior estabilidade e uma melhor qualidade de vida (Tabela 3:98). Ao nível da autonomia, todas as entrevistadas adquiriram maior autonomia com o divórcio (Tabela 3:98). Pode-se concluir que as mulheres divorciadas por processo litigioso, apesar de ser um processo mais demorado e mais penoso, demonstram maior capacidade para usufruir da sua *liberdade de escolha* no sentido de *decidir* o que quer para a sua vida, de forma que cada decisão tomada tenha um objectivo dando forma a um *projecto de vida*.

O primeiro elemento da auto-identidade está baseado na experiência de interacção com os outros, invocando a ideia de consciência constante das consequências da interacção que em troca afecta o sentido do “*eu*”. O sujeito ao comunicar com os outros toma consciência de como os outros o percebem, provocando uma reflexão sobre o “*eu-próprio*”, possibilitando experimentá-lo nessa interacção (Quadro 11:99;Tabela 5 e 6:100). Essa consciência que permite a noção de identidade pessoal, o que faz que cada um seja “*ele próprio*”, tenha um “*eu*”, surge desse acompanhamento do pensamento pela consciência. A identidade pessoal vai até onde chega a consciência. O auto-conhecimento envolve o ser consciente do “*eu*”, estando atento aos próprios limites e potencialidades do ser pessoa; esse auto-conhecimento, enquanto pessoa, dá-lhe a capacidade de se descrever a si mesmo a outros.

Anthony Giddens afirma que o papel da mulher na sociedade é cada vez mais viver suas vidas autonomamente, que a identidade não é um facto, uma coisa acabada, mas sim, um processo em constante construção/reconstrução, e da concordância de Adelina Gimeno (2003), quando afirma que quando se dá o divórcio ou uma separação familiar, a pessoa se sinta perdida, pois perdem parte da sua identidade, constata-se que as mulheres após um processo de divórcio passam pela fase do querer encontrar-se consigo próprias. Ao falar sobre si, o sujeito esquematiza as suas experiências tendo como pano de fundo uma atitude afectiva, algo que de imediato é dado com e pelos outros. Na forma como se narra e retoma o passado e se projecta num futuro, o indivíduo ordena os eventos a partir do que sente, isto é, da afectividade que impregna a sua memória e permite, por isso, lembrar-se desses mesmos eventos.

Giddens destaca a auto-reflexividade pessoal, individual, naquilo que podemos chamar *plano de vida*. Vive-se uma época histórica marcada, segundo o autor, pela radicalização da modernidade, onde o aspecto dominante consiste num alto grau de «*reflexividade*», ou seja, as sociedades modernas chegaram a um ponto que são obrigadas a reflectir sobre si mesmas e que, ao mesmo tempo, desenvolveram a capacidade de reflectir retrospectivamente sobre si mesmas (Kumar, 1997).O mundo actual é repleto de riscos e possibilidades, no qual o termo crise não só é algo que se interrompe, mas também um *continuum* (maior ou menor) de obrigações. Giddens (1998), afirma que perigo e oportunidade são dois termos que se aplicam à

modernidade tardia. Quanto à oportunidade, esta se coloca pela possibilidade de estabelecimento de intimidade e auto-expressão; e os riscos representados pelos perigos e inseguranças que são vislumbrados quotidianamente e que geram ansiedade. Esse quadro de riscos e possibilidades impõe a todos a necessidade de escolher. Escolher entre algumas possibilidades implica, inicialmente, identificar a razão ou o perigo que colocam todos frente à necessidade de optar (Bauman, 1998).

Em síntese, a adaptação a uma nova vida arrasta dificuldades, algumas mulheres renderam-se, nos primeiros tempos, a essas dificuldades, outras tentaram afastar certas ideias, expressam uma força interior de se valorizarem, de pensar em coisas positivas, em coisas que gostavam de fazer e que devido aos defeitos do parceiro era impossível realizá-las, esta atitude aumenta a sua auto-estima e facilita a reconstrução da sua identidade. Viver só exige um elevado grau de *autonomia* e *responsabilidade*. Tomar conta da própria vida e assumir um espaço próprio apresenta, como é óbvio, aspectos favoráveis e aspectos problemáticos. Verificou-se, pois, existir diversas maneiras de assumir o divórcio, sentir ou viver a ruptura, desde o ódio a estar só, até ao desejo de voltar a controlar a sua própria vida. Como foi apresentado por Giddens, a forma como se dá a ruptura assim vai determinar a forma como reage à separação e a diferentes formas de chegar à reconstrução do espaço de vida, de relações, reconstrução do próprio “eu” na interacção com os outros “Eus”.

5.2.2. Validação do Corolário 1

Numa das primeiras questões colocadas às entrevistadas solicita-se uma descrição da sua vida conjugal. Através do relato dessa fase da sua vida, pode-se verificar uma grande diversidade de razões que levaram à ruptura conjugal. Pretende-se validar o corolário 1 (Quadro 6:79) – *Há uma relação directa entre as razões que levaram ao divórcio e as consequências para os dois tipos de divórcio.*

Com base nos relatos das entrevistas divorciadas por mútuo consentimento (Quadro 9:95), dos relatos das entrevistadas divorciadas por processo litigioso (Quadro 10:96), da análise de frequência das sub-categorias (Tabela 1:97) e da análise de frequência das categorias (Tabela 2:97) pode-se tomar conhecimento das razões que

levaram à ruptura conjugal. As consequências do divórcio podem ser observadas através da análise frequencial por sub-categorias (Tabela 3:98) para os dois tipos de divórcio.

No conjunto das entrevistas realizadas, a *falta de diálogo* e a *desvalorização pessoal*, são as duas razões mais apontadas para a ruptura conjugal; não é de menor importância a referência a outras três razões: *dependência*; e *infidelidade*, *indiferença* e *incompatibilidade de objectivos de vida*. As razões apontadas pelas mulheres que obtiveram um divórcio por mútuo consentimento, são apresentadas de uma forma mais uniforme, ou seja, de uma forma geral apresentam várias razões com a mesma importância, tais como: *nascimento dos filhos*; *rotina*; *falta de diálogo*; *indiferença* e *objectos de vida incompatíveis*; excepto a *desvalorização pessoal* como razão mais apontada. Importa realçar que este grupo de mulheres não menciona as agressões físicas e somente uma entrevistada menciona que houve agressão ao nível verbal. Relativamente ao grupo de mulheres que obtiveram o divórcio por processo litigioso, apresentam como principais razões de ruptura a *falta de diálogo*; os *maus-tratos*, tanto *verbais* como *físicos*; a *desvalorização pessoal* é outra a razão apontada. A *dependência* é outra das razões, tratando-se de uma dependência não a nível monetário, mas, uma dependência de si em relação ao outro, (Giddens,1996), a *dependência* é uma desistência do “*self*”, um abandono temporário da preocupação reflexiva com a protecção da auto-identidade, característica da maior parte das situações da vida quotidiana. Toda a dependência, reforça o autor, “*é uma reacção defensiva, um escape e um reconhecimento de falta de autonomia que ensombrece a competência do self*” (1996:53).

Ao apontar outras razões: *incompatibilidade de personalidade* e *objectivos de vida incompatíveis*, por outras palavras «*feitio*» ou a «*forma de agir*», as entrevistadas manifestam expressões não verbais para manifestar características indesejadas temperamento do seu parceiro enquanto marido, comprometia a qualidade do processo de comunicação do casal, levando-a a vivenciar sentimentos de ansiedade e raiva em função das atitudes adoptadas por ele. Grande número das entrevistadas manifestara um sentimento de acomodação à situação. Ao acomodar-se e ao sujeitar-se ao papel do seu parceiro, começava a deslizar para um comportamento mais tradicional, em que se sente a necessidade de agradar ao outro, menosprezando o que

se havia conseguido, e pouco a pouco, sentir-se apanhada, ao mesmo tempo que a sua personalidade se desvanecia. Até que surge a pergunta. “*O que faço eu aqui?*” – é o sinal de alarme, porque os seus desejos de agradar começou a transformar-se numa obrigação. Acontece quando a mulher fica de tal maneira acomodada à situação que deixa de se reconhecer, sem que o parceiro se tenha dado conta dos esforços dispendidos, como é manifestado pela entrevistada:

“ ... era viver de uma forma que lhe agradasse a ele, mas exigia de mim um esforço muito grande que não me era compensatório na medida que não gratificava, não me dava muito prazer. O prazer que me dava era vê-lo ter prazer com essa minha atitude...”

Dália, 44 anos, Psicóloga, 10 anos casada e 10 de divórcio por mútuo consentimento

Passado o fascínio inicial, compreende que não existe equilíbrio entre o que dá e o que recebe; comprometeu-se, e o pior é que se tratou de um compromisso unilateral; descobre então que não valeu a pena ter dado tanto, sobretudo se acabou por perder o respeito e a estima por si própria.

Observou-se nas entrevistadas, quando se pediu para falar da sua vida conjugal, uma necessidade de responder a uma questão; pode-se viver anos ao lado de uma pessoa, formar um casal em que os dois se entendem, concordam em domínios importantes, mantém uma relação agradável e, de repente, tudo muda sem que nada tenha mudado, uma expressão como esta:

“No princípio tudo correu às mil maravilhas, pois engravidei e isso veio dar uma lufada de ar fresco à relação que me parecia em tudo perfeita...”; “...foi começar a sentir que aquele homem que um dia amei, hoje não me dizia mais nada, apenas olhava para ele como o pai dos meus filhos.”

Paula, 48 anos, Jornalista, 19 anos casada, 9 anos de divórcio litigioso

Situações encontradas por Vaughan, citado por Giddens (2000), verifica-se que a separação a princípio não é intencional, um dos elementos do casal fica cada vez menos satisfeito com a relação do que o outro, criando um «território» independente das suas actividades em que o casal participa como um todo. Algum tempo antes de isto acontecer, um dos implicados tenta, sem sucesso, mudar o parceiro, fazendo com que ele se comporte de forma diferente, alimentando interesses comuns. A certa altura verifica que a tentativa falhou e que a relação no essencial não é perfeita. A partir daí, conclui o autor, começa a preocupar-se com as razões que tornam a relação ou o parceiro imperfeito. Surge o desamor, a paixão apaga-se e, da mesma maneira que a passagem do tempo costuma esgotar o desejo, a vida faz nascer outros

desejos, ou, simplesmente, a pessoa que está ao seu lado muda e parece um estranho, aquele que outrora encantava, agora irrita, como narra a Beatriz;

“...senti que tinha feito tudo ou achava que tinha feito tudo e o resultado tinha sido este,...senti raiva, pensei mil coisas sobre ele...”

Beatriz, 40 anos, Professora, 14 anos de casamento, 5 anos de divórcio por mútuo consentimento

A ausência, a falta de *comunicação* é causa para o sentimento de vazio, vazio esse que se torna insuportável e a ansiedade resultante da indiferença leva ao rompimento; mas, para tomar tal decisão, é necessário perder o medo à solidão institucional e assumir a responsabilidade de organizar a própria vida. Como foi referido anteriormente, quando apresentadas as razões do divórcio, a falha na comunicação apresenta-se como das razões mais apontadas, assim, sentiram várias entrevistas, por exemplo:

“ ...a certa altura começou a não haver diálogo. O divórcio surge quando deixa de haver comunicação, sem diálogo é horrível, é uma forma de solidão incrível, porque tinha uma pessoa que apesar de estar lá, não estava e depois despontou situações muito complicadas.”

Cátia, 37 anos, Professora, 7 anos casada, 13 de divórcio por mútuo consentimento

Um distanciamento progressivo e profundo leva a não reconhecer o outro, que acaba por se transformar num estranho a quem já não se ama ou, simplesmente num companheiro com quem se continua a conviver até que apareça um terceiro ou terceira a exigir exclusividade. São casos em que acontece uma separação social, ou seja, um dos parceiros pelo menos, desenvolveu um novo estilo de vida, começando a interessar-se por novas questões e fazendo novas amizades em contextos em que o outro não estava (Giddens,1997). Tal significa normalmente guardar segredos em relação ao parceiro – especialmente, como é natural, quando existia um relacionamento com uma amante. E, acontece entre as entrevistadas, ou seja, *infidelidade* do marido como causa de separação. Ema sabe bem o que isso significa, e expressou-o na entrevista do seguinte modo:

“...arranjou um trabalho e conheceu lá uma rapariga e foi aí que comecei a notar...havia noites que não vinha a casa...custou-me muito, de um momento para o outro, apesar de eu desconfiar, tinha um pressentimento...”

Ema, 38 anos, Empregada de Limpeza, 12 anos de casamento, 6 anos de divórcio por mútuo consentimento

Uma outra entrevistada, sem saber dessa *infidelidade* tentou salvar o casamento mas, como ela conta:

“...começamos a entrar em luta constante e a partir daí, cada tomou opções e decisões...quando estava na altura de tentar e saber o que se faz e conversar e ver se se concerta e se é possível...ele já tinha namorada, ou seja, já se tinha apaixonado, já tinha procurado outras coisas e já estava envolvido, já não havia ali algo possível...”

Feliciana, 39 anos, Professora, 4 anos casada e 4 anos divorciada por mútuo consentimento

Investigações feitas por Kitson e Sussman sobre as queixas apresentadas por pessoas que pediram o divórcio, em meados dos anos 70, concluíram que as mulheres dentro de um leque mais vastos de razões que se relacionavam com a *personalidade* do ex-cônjuge, a *falta de apoio* e a *infidelidade* (Torres,1996).

Se alguns resultados deste estudo parecem idênticos a estudos anteriormente realizados, como o que foi apresentado, verifica-se uma mudança que indica transformações na forma de ver o casamento, ou seja, valorização do casamento enquanto espaço de crescimento pessoal, ou seja, a mulher preocupa-se mais com os aspectos emocionais e só justifica manter essa relação enquanto for compensatória. Uma das três razões mais apontadas, neste estudo, refere-se à falta de *reconhecimento* por parte do outro. O problema não corresponde tanto ao desejo ou às exigências da mulher como ao facto de o parceiro não suportar uma relação de igual para igual ou de não aceitar ter a seu lado uma figura socialmente mais relevante, que o leva a sentir-se em posição de inferioridade no interior de uma relação vivida competitivamente. E, ao passo que a incompatibilidade entre esfera profissional e vida privada, em muitos casos mulheres têm de escolher e renunciar. Embora mais dispostas a assumir todas as responsabilidades, com grande esforço pessoal, há ocasiões em que os homens não estão à mesma altura, e surgem ciúmes profissionais. Assim, o êxito gera distanciamento, censuras, incompreensão, desconfiança e silêncios, ou então pura indiferença, e daí à deterioração do casamento vai um passo, por exemplo:

“...eu tinha terminado a minha licenciatura e colocou-me uma condição: não pensar em continuar a estudar ou o divórcio, claro optei pelo divórcio...depois de tanto esforço nunca seria somente dona de casa...”

Ana, 37 anos, Educadora de Infância, 6 anos casada, 8 anos divorciada

O lar é muitas vezes idealizado como um paraíso onde reina a segurança e a felicidade, contudo, a violência doméstica, definida por Giddens (2000:244), sendo *“actos de violência no contexto do lar”*, acontece na vida de algumas mulheres, (Tabela 2:97). Sabe-se que se vive com este problema há muitos anos, no entanto as

mulheres têm, hoje em dia, maior protecção legal, apesar de continuar a acontecer. Esta violência ocorre durante o casamento, mas também acontece quando a mulher insatisfeita com a relação tem a iniciativa do divórcio. Uma das entrevistadas relata uma situação destas:

“...a relação rebentou e aí começaram as agressões verbais e de todo o género, falta de respeito, inclusive acusada de adultério...nos meses seguintes em que partilhávamos, ainda a mesma casa, era impossível, até mesmo agressões físicas tentou comigo...”

Lurdes, 45 anos, Psicóloga, 15 anos casada, 1 ano de divórcio litigioso

Não é fácil sintetizar o que explica a ruptura conjugal, mas pode-se concluir que essa opção é influenciada pela forma de encarar o casamento. As narrativas analisadas descrevem que só há razão para continuar uma relação se esta trazer contrapartidas; contrapartidas mais ao nível pessoal e emocional do que ao nível material ou tomando o casamento como a única opção para sair de casa dos pais ou como meio de sobrevivência, ou seja, os valores tradicionais foram substituídos por outros valores modernos, vê-se, agora, o casamento associado a uma maior «liberdade individual».

Após o acto consumado, surgem as consequências. Entre as mulheres entrevistadas, o divórcio proporcionou-lhe maior *autonomia*, maior *responsabilidade* e maior *realização pessoal e profissional*; de uma forma geral o divórcio proporcionou a possibilidade de *novas oportunidades*. Conclui-se, assim, a ruptura conjugal está decididamente associado a maior *autonomia* e *capacidade de decisão* no período antes e após o divórcio. Assim, encontramos efeitos nítidos de desgaste da imagem da mulher doméstica que parece ser bastante desvalorizada como comprova a expressão:

“ Quería que eu ficasse em casa a tomar conta dos filhos...isso seria impossível para mim, eu estudei não foi para ficar em casa...”

Ana, 37 anos, tomou a iniciativa pelo divórcio

Em síntese, as mulheres divorciadas por mútuo consentimento justificam o divórcio devido à *acomodação*, à *falta de comunicação* e à *diferença de personalidade*. As mulheres divorciadas por processo litigioso além de concordarem com estas razões, atribuem um maior significado à *falta de comunicação* e aos *actos de violência*. (Tabela 2:97). É consensual que o divórcio provocou um *sentimento de risco* e maior *autonomia*, no entanto as mulheres divorciadas por mútuo consentimento atribuem

menor importância à possibilidade de *tomar decisões* e em apresentar *novos projectos de vida*, contrariamente às mulheres que se divorciaram por processo litigioso.

5.2.3. Validação do Corolário 2

Dependentemente do processo como decorreu o divórcio, é descrito com alguma dor a fase a seguir ao divórcio. Assim, pretende confirmar que *as consequências apresentadas definem o tipo de reacção à nova situação civil* (Corolário 2; Quadro 7:80). Para que tal aconteça são apresentadas as consequências do divórcio através da análise frequencial por sub-categorias (Tabela 3:98) para os dois tipos de divórcio, assim como o tipo de reacção ao divórcio (Tabela 4:98).

A sensação de vazio, um sentimento manifestado pelas entrevistadas com bastante frequência, sentimento esse sentido antes do divórcio e após o divórcio; antes porque resulta da *falta de diálogo* e após porque surge o sentimento de perda, de fracasso. Nasce o sentimento de *solidão* e manifesta-se quando se consciencializa da distância que a separa da pessoa que está sentada ao seu lado no sofá; é um dos sentimentos consequentes de um divórcio mais mencionado pelas entrevistadas, com características diferentes. Antes do divórcio associada à *falta de diálogo, ausência, indiferença*; após o divórcio como manifestação de vazio. Após o divórcio, esta *solidão* é sentida de forma diferentes pelas entrevistadas; as mulheres que se divorciaram por mútuo consentimento este sentimento é muito mais expressivo, muito mais acentuado.

O fracasso de uma relação é mais sentido pelas mulheres divorciadas por mútuo consentimento do que pelas mulheres divorciadas por processo litigioso. As primeiras vêem o divórcio como um projecto que não foi possível continuar. É consensual o sentimento de *perda*, mas o sentimento de vitória (ganhos) e de *liberdade*, é muito mais acentuado pelas mulheres divorciadas por processo litigioso, demonstrando uma reacção muito mais positiva contrariamente ao outro grupo de mulheres. Exemplo a Lurdes, que passou por um processo de divórcio complicado e expressa-se desta forma:

“apesar de saber o que iria passar, as explicações que teria de dar...para mim o divórcio era como uma libertação, porque apesar de tentar fazer tudo para ter uma família unida por causa da minha filha, a verdade era que aquele homem não me dizia nada, apenas o respeitava por ser o pai da minha filha, até ao momento em que ele deixou de me respeitar...”

Maria, 40 anos, Professora, formada em Ciências Musicais, forçada a aceitar um divórcio, após um casamento de 13 anos, relata:

“Qualquer pessoa minimamente racional sente como eu senti que teria de começar aos 40 anos uma nova vida, mas com a consciência que não teria de depender de ninguém, pois ao longo dos anos fui cimentando a minha vida profissional, independentemente de ter perdido um pouco a minha auto-estima. Depois vieram as coisas materiais que ao longo dos tempos eu e o meu ex-marido fomos comprando e amealhando, deixando a casa onde morávamos em troca de metade do valor da mesma. Hoje , tenho uma casa mais pequena onde vivo com as minhas filhas, recebendo mensalmente o valor que o tribunal estipulou para sustento das crianças. Mas tudo isto são bens materiais que trocava muito bem para não passar o que passei. A solidão é má conselheira e deprimente, hoje sinto-me uma mulher destruída, mas com vontade de lutar...”

Nessa fase a pessoa encontra-se ancorada no passado a deleitar-se amargamente no que poderia ter sido, no que poderia ter feito, no que falhou, por exemplo:

“Na altura reagi mal, revoltei-me comigo, senti que tinha falhado, mas também senti que tinha feito tudo (...) proporcionou-me maior preocupação...”

Beatriz, 40 anos, aceitou o divórcio

“Depois do divórcio, senti-me completamente sozinha, cheguei a um ponto que achei que não tinha ninguém, fiquei desempregada, tinha acabado de comprar uma casa e vi que não tinha ninguém para onde me virar, mas isso também foi fruto da maneira como reagi ao meu casamento.”

Cátia, 37 anos, aceitou o divórcio

“...achei que a culpada era eu, portanto eu não era suficientemente boa para estar com ele(...) não me proporcionou nada de bom...”

Dália, 44 anos, aceitou o divórcio

“ Com o divórcio ganhei a liberdade, a minha auto-estima, o respeito dos meus amigos(...) consegui envolver-me em projectos profissionais...”

Paula, 48 anos, tomou a iniciativa

Verifica-se que algumas entrevistadas manifestam uma atitude negativa, de que se é a principal vítima, mesmo tendo sido ela a tomar a iniciativa, justificando a sua opção no comportamento do parceiro. Embora a separação seja sempre um processo difícil, influirá bastante no seu evoluir e na tomada de algumas decisões a maneira como foi construída a sua vida até essa altura – o ambiente, a situação económica, as relações sociais, e a própria atitude interior.

A duração da fase de luto é variável de entrevistada para entrevistada, contudo, pode-se afirmar que todas elas a passaram, umas de uma forma mais violenta outras de uma forma mais ligeira. Após essa fase, todas elas chegam à conclusão de que é necessário se recompor, de recuperar a individualidade, de assumir novas responsabilidades.

Anthony Giddens (1997), evidencia esta fase de luto como sendo uma fase em que manifestam as sequelas, as ansiedades, distúrbios psicológicos, mas ao mesmo tempo, o reconhecimento das possibilidades que essa separação lhe proporcionou, principalmente ao nível do crescimento emocional, o estabelecimento de competências e a possibilidade de uma nova relação, que será ponto de análise posteriormente. Fase em que o rancor, muitas vezes, enraíza-se e alimenta-se no modo como o casamento acabou. Segundo o mesmo autor, a duração da fase de luto é proporcional à duração do casamento. Verifica-se na amostra seleccionada para esta pesquisa, relativamente à duração do casamento (Gráfico13:93), e comparando com os dados relativos aos anos de divórcio (Gráfico14:93), pode-se concluir que estes, nas mulheres divorciadas por mútuo consentimento, variam entre um e treze anos e mantiveram uma relação matrimonial de menos de dez anos; nas mulheres divorciadas por processo litigioso, a variação é de um e nove anos e mantiveram-se casadas durante dez ou mais. Convém esclarecer que entre as vinte entrevistadas, existem quatro que apenas estão divorciadas há um ano. Dessas quatro entrevistadas, duas obtiveram o divórcio por processo litigioso, uma delas tomou a iniciativa a outra aceitou o divórcio que lhe foi imposto. Feita a análise desta última entrevista, conclui-se que a fase de luto, ainda não ocorreu, dado a persistência de sentimentos de mágoa, manifestando, muitas vezes, o desespero e até momentos de esgotamento psicológico, quando o processo de luto não ocorre, o resultado é normalmente a persistência por muito tempo de sentimentos de mágoa, conduzindo talvez ao desespero e ao esgotamento (Giddens, 1997).

Para a maioria das pessoas, de facto, os sentimentos criados pelo divórcio parecem não desaparecer completamente com a passagem dos anos. Neste processo, cada um que se separa do seu parceiro tem de encarar a tarefa de estabelecer um novo sentido do “*self*”. Quando a mulher se culpabiliza pela separação, por erros cometidos, pelo seu carácter, pelos defeitos encontrados nela própria, como é o caso de Feliciano,

separada há 4 anos, com uma atitude negativa face a esta nova vida, presentemente, ainda agarrada ao passado, apresenta-se como vítima dela própria, afirma:

“...eu era a parte engonhante...sou mais «devagar» de temperamento.. características que eu não tinha, não tinha mesmo,...fiquei muito abalada na minha auto-confiança, naquela ideia de «quem sou eu, o que eu de facto sou e faço»...acho de deveria ser mais clara..conversar mais...não há nenhuma combinação comigo que fique certa, que fique como combinado, que eu acrescento sempre qualquer coisa, falho nalguma coisa, falho nas horas, falho, não são falhas grandes, mas são pormenores...não sei se vou conseguir mudar

Quando são elas a decidir, a dor é atenuada pela liberdade, lutar que descobre ao pôr termo a uma situação em que não se sentia bem. Mas também encontramos mulheres para quem o divórcio foi uma grande perda, perda de um mundo conhecido, de uma estabilidade, perda de uma relação que lhe dava segurança em troca do desconhecido. Para a Vânia, 37 anos, Professora, divorciada há 6 anos, mesmo sendo ela a tomar a iniciativa do divórcio, esta perda situa-se no campo sentimental,

“... perdi o meu tempo, perdi um homem que amava, perdi um pouco de mim, a nível económico não perdi nada por que houve partilha de tudo e eu fiquei bem...”

Para a Hélia, 27 anos, empregada de balcão, que apesar de ter tomado a iniciativa, o divórcio foi imposto pela descoberta de infidelidade do cônjuge, o divórcio não lhe trouxe nada de bom, e expressa a sua dor,

“...falta o dinheiro, faltava tudo e ainda falta, é muito complicado, ele sempre me ajudava...”.

Verifica-se, pelas entrevistas analisadas que as mulheres que optam pelo divórcio expressam mais facilidade em adaptar-se à nova vida do que aquelas que foram empurradas para uma vida a sós pela decisão do marido. Em geral, não se trata de uma separação brusca, mas de um processo em que a decepção e a insatisfação se vão apoderando do casal até atingir o vazio emocional.

Em síntese, as separações acontecem, quando a evolução pessoal levou ao distanciamento, a graves desajustes ou a diferentes perspectivas de vida, ou quando existiu incompatibilidade de carácter. Após o divórcio cada pessoa deve reflectir sobre a sua experiência, e encontrar outros interesses, principalmente encontrar-se consigo mesmo, conforme se conclui das narrativas das mulheres entrevistadas. Nesse processo de reflexão, nesse processo de tomada de «consciência de si», o reencontro com o seu “*Eu-próprio*”, é importante a interacção com ou outros “*Eus*”.

5.2.4. Validação do Corolário 3

As mulheres na procura da sua nova identidade, após o divórcio, procuram aqueles que as ajudarão nesse processo de «*consciência de si*». Desta forma *o relacionamento entre o “Eu-próprio” e os outros “Eus”, tal como é imposto pela vida social, é um processo evidente na (re)construção da Identidade Pessoal em mulheres divorciadas* (Corolário 3), (Quadro8:81).

A identidade situa-se no ponto de encontro entre o conhecimento de si por si mesmo e pelos outros. A interacção contribui para a tomada de consciência de si e de outrem através da aprendizagem, do desempenho de papéis. A noção de papel é uma noção que foi muitas vezes explicada de maneira geral a socialização do indivíduo na sociedade. A noção de interacção permite actualizar, concretizar e de certa forma operacionalizar esta mediação entre o indivíduo e a sociedade. Cada pessoa vive um processo contínuo de criação e definição de sua própria identidade através da sua interacção com as outras pessoas (Quadro 11:99).

Para o grupo alvo em estudo, que obteve o divórcio por mútuo consentimento, a família continua a ser um grupo importante para o acompanhamento do processo de (re)construção da Identidade Pessoal. No entanto, é com os amigos e colegas que partilha os problemas, as emoções, a nova situação em que se encontra (Tabela 5:100). Esta nova situação leva ao conhecimento de novos amigos e ao estabelecimento de novas relações, o mesmo acontece com o grupo que obteve o divórcio por processo litigioso (Tabela 6:100).

Estes resultados vem validar o estudo do terceiro corolário, ou seja, a solicitação a outros “Eus” no processo de (re)construção do “*eu-próprio*”. É inegável o que se conhece se aprende com os outros ou por si mesmo (Helena, 2003). É notório a importância de partilha de experiência com os outros, com a família, com os amigos e não deixa de ser revelador a importância de partilha com amigos novos ou colegas. Os outros “*eus*” transformam, moldam o “*eu-próprio*”, uma transformação individual, numa interacção diária e em relação com os outros, desenvolvendo um senso forte do *eu* e uma considerável atenção para o auto-desenvolvimento e auto-identidade.

É importante para estas mulheres a relação que estabelecem com o seu grupo, seja a família ou os amigos, mas família é o centro do bem-estar emocional, recebendo apoio, conforto, segurança, protecção; os amigos fortalecem o seu “eu” com o encorajamento com a partilha de experiência e realidades diferentes, a partilha de soluções para ultrapassarem o problema. José M. Heleno, explica bem esta relação do “eu” com os outros “eus”, *“Na verdade ao pertencer a mim mesmo ou a um grupo excluo aquilo que eu não sou, não quero ser e, no limite, excluo outras formas de pensar e de sentir. A pertença, dá-nos a satisfação de sermos nós próprios e de termos cuidado com aqueles que nos são mais próximos. É por isso que a pertença é um desejo de continuidade, de repetição; de perseverar no si mesmo que é, seguramente, um dos traços mais marcantes da identidade pessoal (2003:77).*

Se a identidade se constrói, se é um processo que se desenrola do nascer ao morrer, é porque há um sentimento de pertença que não cessa de se reconstruir ao longo da existência humana, Giddens (1991) e Damásio (2000) . É este sentimento de pertença – a si mesmo, à família, ao grupo, à sociedade, que pode também dominar-se sentimento de si. O “eu” é então, necessariamente um “eu alargado” (Heleno,2003). Ou seja, um “eu” que se sinta e se define em função dos outros (família, amigos, etc.). O “eu” que está em permanente diálogo com os outros, um “eu” que está ligado a um mundo social. O conhecimento de si próprio não está somente em si, mas nesse mundo que impulsiona a determinação de si mesmo. O “self” é uma construção social, elaborada pelo próprio indivíduo com a ajuda de outros desde a infância. Trata-se de um conceito enigmático, sempre sujeito a mudanças e não acessível pela introspecção. Por mais improvável que possa parecer a princípio, os momentos nos quais percebe o seu “self” mais intimamente não são aqueles em que se sente bem a seu respeito. Pelo contrário, são aqueles em que comete erros, ter consciência desses erros e iniciar o árduo processo da auto-correção com a ajuda das pessoas da comunidade. Portanto, é pela auto-correção que chega a um conhecimento do seu “eu-próprio”.

Um conhecimento de si através dos outros «eus»; por exemplo:

“...eu tive que voltar a construir essa parte dos amigos, esse foi um processo longo, de 5 anos, e neste momento considero que tenho amigos, mas não voltei aos meus amigos antigos, mas sim, novos amigos. Deu-me a oportunidade de conhecer novas pessoas e isso ajudou-me a crescer, o meu crescimento interior...” ; “...as pessoas não gostam de estar sós, têm que se relacionar com

os outros e vai crescendo com essa relação, tira um bocadinho daqui, tira outro dali, tudo junto e depois construí aquilo que eu acho que sou eu...”

Cátia, 37 anos, 13 anos de divórcio com um filho de 11 anos

“...novas formas de estar e comecei a identificar-me mais com uma ou com outra pessoa e fui alterando a minha maneira de ser...”

Beatriz, 40 anos, 5 anos de divórcio com 2 filhos

Algumas entrevistadas evidenciam o facto de terem filhos, a ponte para a reflexão na busca de um conhecimento do «*Eu-Próprio*», na busca de algo melhor, na busca da felicidade.

Mas, não só os filhos que são importante nesse processo, assim, a família e os amigos íntimos. Como nos diz a Ana, 37 anos com um filho:

“...tinha e tenho o meu filho, na altura tinha 4 anos, ajudou-me muito, por ele valeu a pena lutar, a sua companhia, a responsabilidade que tinha para com ele, ocupou-me os pensamentos...”

Os olhos da Ema brilharam quando fala da filha, e conta-nos:

“..muita tristeza, muita dor...nem queria acreditar, depois a vida foi andando e...foi-se endireitando, com a ajuda da minha filha...”

Das vinte entrevistadas, apenas duas não tiveram filhos e é interessante mencionar o que a Gabriela, uma mulher de 38 anos, professora com uma relação conjugal de 7 anos e divorciada há 6 anos, nos diz sobre este ponto:

“...se tivesse tido filhos teria sido mais fácil...mas também não teria feito coisas e assim fiz...”.

Ao alterar-se o lugar da mulher na sociedade e a maneira de aprender a sua identidade, também, se alargou e enriqueceu a concepção da amizade entre mulheres. Neste estudo verifica-se essa cumplicidade entre as mulheres; observam-se, partilham a dor, ajudam-se reciprocamente a adaptar-se, a superar ou suportar difíceis condições de vida e servem de válvula de escape para alívio da solidão, da injustiça e do desgosto, a encorajarem-se entre si, a lutar contra as emoções, de maneira que estas as não impeçam de prosseguir a caminhada para o crescimento e para a mudança. A intimidade ou confiança, base da amizade, requer também a possibilidade de mostrar como é difícil acreditar em si própria e convencer os outros a acreditar nelas, a possibilidade de exprimir a solidão e o desalento que por vezes se sente quando se tenta alcançar a autonomia. Por vezes, a força vital e a energia

intelectual, necessárias para vencer os obstáculos que vão surgindo, decorrem da amizade entre mulheres.

Muitas entrevistadas, após o divórcio, abandonaram as amigas que eram do casal e procuraram novas amigas, (Tabelas 5 e 6:100), não só pela possibilidade que o divórcio lhe proporcionou em conhecer novas pessoas, mas também, porque eram relações comuns. Uma entrevistada, conta-nos:

“...ficava desesperada sem saber o que fazer...fui começando a sair nesses fins de semana com uma colega que também estava sozinha, comecei a conhecer novas pessoas, fazer amigos...convenceram-me a ir para a ginástica e comecei a pensar mais em mim...surgiram novas oportunidades de viver algumas situações de maneira diferente...”

Beatriz, 40 anos com 2 filhos e um casamento de 14 anos e um divórcio de 5 anos

A Cátia, partilha do mesmo sentimento,

“ ...neste momento considero que tenho amigos, mas não voltei aos meus amigos antigos, mas sim, novos amigos. Deu-me a oportunidade de conhecer novas pessoas e isso ajudou-me a crescer, o meu crescimento interior.”

Para a Dália, os outros tiveram um papel fundamental no seu processo de reconstrução da sua identidade:

“...as pessoas não gostam de estar sós, têm que se relacionar com os outros e vai-se crescendo com essa relação, tira um bocadinho daqui, tira outro dali, tudo junto e depois construí aquilo que eu acho que sou eu...”

As amigas servem para ouvir, observar, analisar, aconselhar e desmistificar. Muitas vezes, ao reflectir em voz alta, vão definindo o seu próprio discurso e aprendem a colocar a culpa ou a responsabilidade no lugar que lhe compete; ou a distinguir as situações que lhes causam problemas, ajudando-as a lembrar que o masoquismo não compensa.

A relação de amizade com outras mulheres proporciona-lhes consolo, segurança, ajuda e sabedoria, bem como uma maneira de estar que permite afrouxar a vigilância e descontraír, divertir, não ter que representar. Do ponto de vista do afecto e do apoio, é habitual criar-se uma grande afinidade entre mulheres que passaram por uma situação idêntica. Partilham as alegrias e inquietações, a decepção e desenvolvem estratégias de sobrevivência em conjunto, ajudam-se mutuamente a circular na sociedade. A teoria de Durkheim, apresentada no nosso quadro teórico, vem dar

consistência às afirmações feitas anteriormente, ou seja, para ele, o “*outro*” é essencial para criar a sua própria imagem devido às suas diferenças, assim como o “*eu*” é essencial ao “*outro*”. A grande importância dos amigos neste processo, é com eles que partilham as preocupações, as reflexões, mas os colegas de trabalho são os que têm um papel mais activo. Essa relação com os colegas deve-se ao facto de desempenharem uma actividade profissional, factor que ajuda a tornar menos duro essa fase, permite distração da dor e esquecer parcialmente a angústia. Um outro aspecto que se evidenciou importante para mais facilmente ultrapassar esta fase amarga após o divórcio é a independência económica, (Tabela 3:98) do trabalho e da maneira de o encarar numa dupla perspectiva: como rito de passagem, elemento fundamental da sua *autonomia* e auto-satisfação, estimulante e simultaneamente necessário para alargar as possibilidades de vida, e como parte da sua actividade pública, com os desafios que coloca a uma mulher. Diz-nos a entrevistada, Nádía, Psicóloga, divorciada há 6 anos:

“...investir na minha actividade profissional foi a melhor escolha, valorizei-me e mantinha –me ocupada...”

O mesmo é narrado pela Sofia e pela Paula,

“...o meu trabalho exigia muito de mim, depois do divórcio foi «ouro sobre azul», agora tinha a oportunidade de ser e fazer somente o que dependia de mim...”

Sofia, Consultora, com um casamento de 10 anos e um divórcio de 9 anos

“...consegui envolver-me em projectos profissionais através de convites de algumas editoras...”

Jornalista, com 3 filhos, casada durante 19 anos e divorciada há 9

O trabalho é encarado, por todas as entrevistadas, de um modo positivo, pois proporciona a possibilidade de desenvolvimento pessoal e a satisfação das necessidades económicas, crucial para a *independência*, e a das pessoas que delas dependem, os filhos, porque permite-lhes *melhor qualidade de vida* e uma maior segurança, exemplo disso é a posição de Ema, que nos diz,

“...tenho os meus filhos, tenho que levar isto para a frente...começamos a pensar em que não falte nada aos nossos filhos...”

Empregada de limpeza, 2 filhos, 12 anos casada e divorciada há 6 anos

Outras, atribuem grande importância à actividade profissional por lhes oferecer a possibilidade de contactar com outras pessoas, adquirir *maior individualidade e autonomia*.

Do grupo de vinte mulheres que constitui a amostra estudada, (Quadro1:75), apenas duas exercem uma actividade profissional não especializada, as restantes enquadram-se nos quadro médios e superiores, ou seja possuem habilitações académicas superiores, apenas quatro mencionam que o divórcio lhe trouxe instabilidade económica, (Tabela 3:98). Pode concluir-se que quando o nível de instrução é mais elevado e maior grau de autonomia financeira, a profissão tende a ser avaliada de forma mais positiva e a constituir-se também como factor de identidade social. Para usufruir de um espaço próprio depende das condições e circunstâncias pessoais. Sem independência económica, não se pode ter a pretensão de possuir casa própria ou alugada; o nível de rendimentos determina as possibilidades de escolha, ao ponto de haver mulheres que têm de decorrer aos pais. Para a Ana, isso não aconteceu, desligou-se dos bens materiais e ficou a habitar o espaço até então alugado, abdicando da casa de campo em construção e outros bens. Apenas, queria sentir a sensação de chegar a casa depois de um dia de trabalho e repousar, um espaço de reencontro consigo própria, poder circular em *liberdade*, deixar-se cair no sofá, deixar as tarefas domésticas para outra altura porque ninguém dependia dela, nem ela dependia de ninguém, apenas o filho de 4 anos, ler, ver televisão, falar com os amigos, ou seja, saborear, desfrutar o seu próprio espaço. Para esta mulher, o divórcio permitiu-lhe:

“...senti que podia respirar, podia decidir o melhor para mim e para o meu filho...”.

Das entrevistas efectuadas, verificou-se que as mulheres que tiveram a iniciativa do divórcio, decorrendo este, por mútuo consentimento ou por processo litigioso estão dispostas a uma nova relação, apesar de nenhuma o ter feito, do que as mulheres que tiveram que aceitar a decisão do parceiro. Diz-nos a Maria, casada 13 anos e com um divórcio imposto há 1 ano,

“...na parte pessoal, tenho 3 filhos para criar, o tempo o dirá...mas isso não é por agora qualquer tipo de projecto...ainda gosto do meu ex-marido...”,

Lurdes, com um casamento de 15 anos, decidiu divorciar-se há 1 ano com uma filha, pensa da seguinte forma:

“ ...não me assusta nada. Quem consegue viver sem amar, e esse tempo é o melhor de uma relação, nunca sabemos o que vai acontecer...é como tudo, temos de arriscar, mas no amor, muitas vezes, não sabemos como agir e reagir...”

Outras, divorciadas há mais anos, dizem estar preparadas, mas, não deixam de manifestar as suas condições, tais como a Olívia, casada durante 15 anos e divorciada há 5 anos,

“...aprende-se muito, nada poderia ser como antes, cada um no seu devido lugar, sem exigências...”,

Para a Rita, Empregada de Limpeza com um casamento de 10 anos e divorciada há 8 anos por processo litigioso, este projecto de reconstruir família começa a fazer sentido, mas com algumas reservas.

“..apareceu uma pessoa, mas, a pessoa está sempre a ver o que isto dá....mas precisamos de companhia, uma mulher sozinha não é fácil...”.

A ideia de reconstruir família não é uma situação estranha, mas, nenhuma das divorciadas expressou ter tentado refazer a vida conjugal, logo após o divórcio. Na sua história não foi mencionado qualquer passagem da vida onde fosse incluído uma outra pessoa do sexo oposto, apenas depois de alguns anos de divórcio, como narra a Dália, divorciada há 10 anos,

“...eu costumo dizer, que agora, depois de 10 anos e só há sensivelmente 1 ano é que eu digo isto, que sim, estou aberta a ter outra relação, porque há dois anos atrás, não estava, é que nem me passaria tal coisa pela cabeça.”

Em síntese, torna-se evidente que para algumas mulheres o período de recuperação é mais longo do que para outras. Quando esse período começa a chegar ao fim, começam a expressar um sentimento de liberdade, de agir com autonomia, de usar essa liberdade, apesar de inicialmente ter sido ou não a tomar a iniciativa, começa o processo de reconstrução, incluindo, como já foi mencionado anteriormente, pelo processo de reconstituição familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade é caracterizada por uma nova posição ocupada pelo sujeito às referências tradicionais. Essa viragem dá-se após os anos 60, até aí, a sociedade era, então, caracterizada por posições tradicionais. Essa mudança de atitude é verificada na própria posição do indivíduo na sociedade, posição essa que é construída por ele mesmo, pelas suas convicções, pelos seus objectivos, pelos seus projectos de vida. Esta nova atitude permite-lhe definir e construir o que é importante para si, ou seja, permite-lhe (re)questionar a sua vida e construir/reconstruir o seu percurso enquanto actor activo na sociedade contemporânea, permite-lhe romper com a lógica do passado nas suas exposições. Quando o casal opta pelo divórcio, detectou um problema e tenta uma solução. O problema traz consigo duas imagens: aquilo que é desejável (e que se coloca como ideal) e aquilo que se vive (na relação consigo mesmo e com os outros). O confronto entre o desejado e o vivido pode evidenciar um distanciamento entre ambos e o questionamento sobre «será que tenho um problema?» algo inevitável.

Poderia admitir-se que fosse apenas nas gerações mais jovens que esse efeito se traduzisse. Mas verifica-se que, mesmo nos casais com mais anos e em diferentes sectores sociais, se nota o efeito dessas transformações de valores. Algumas vezes verifica-se uma espécie de rumor interior e sente-se ressentimento em relação ao passado. Noutras, regista-se apenas a perplexidade, o não entender ou não aceitar que as coisas tenham mudado no sentido em que mudaram. Parece assim indiscutível a necessidade de reflectir sobre de que forma as transformações de valores interpelam os actores sociais e suas relações. Na verdade, as ideias circulam, interferem e podem, em certos contextos sociais mais do que noutros, chegar mesmo a transformar as relações e os processos sociais.

Este rompimento é evidenciado por Giddens (2000), afirmando que “ *uma das mudanças mais significativas que se conhece nesta sociedade contemporânea é o que se realiza nas nossas vidas diárias. Nossas vidas são estruturadas mais pelo nosso futuro antecipado, jogo do hábito, do costume e das tradições (tem um papel menos importante para nós do que tiveram para as gerações antecedentes.*” Por esse

futuro, os indivíduos constroem mais oportunidades de realizar os seus projectos individuais, têm bem definidos os objectivos de luta. Mas, esta modernidade não pode garantir um desfecho feliz ou infeliz, ou seja, possibilita mas não dá garantias do desfecho. A afirmação de Anália Torres explica bem esta posição do indivíduo nesta sociedade, ou seja, esta socióloga proferiu uma comunicação sobre *Modernidade e Família* e afirma: “*Quando o presente vai mal, tendemos a idealizar o futuro e condenar o passado*”. Este processo faz parte do processo de crescimento do indivíduo – reflectir sobre o passado e sobre o presente para construir um futuro – ou seja, é um processo de questionamento - *Quem fui? Quem sou? O que quero ser?* – ou mais especificamente, é todo um acto de reflexão para se encontrar consigo próprio e encontrar respostas para as questões: *Quem sou eu? E o que quero para mim?*. Esta inquietação consigo próprio e com os outros é uma das características da modernidade. Inquietações em querer definições, em querer melhor oportunidades, mas também, maior risco, maior incerteza.

A família, também, sofreu alterações com essa mudança social, com a modernidade. Quando falamos do aumento do divórcio, de famílias monoparentais, associamos a uma consequência da modernidade, mas, não podemos deixar de falar do aumento de famílias recompostas, porque, após um divórcio, estudos mostram que os indivíduos têm tendência a casar de novo. Este processo de reconstrução da família é posterior a um processo de reconstrução da própria identidade pessoal.

Tendo em conta que a investigação se debruça sobre o processo de (Re)construção da Identidade Pessoal: um estudo sobre mulheres divorciadas em meio urbano, pretende-se compreender o processo de (Re)estruturação do “*Self*” após o divórcio; conhecer as razões, as consequências e as reacções a este, assim como os outros “*Eus*” influenciam na construção da identidade pessoal. Ao optar pelo casamento tem as suas razões e consequências, optar ou aceitar o divórcio, também as tem. E se para umas, em termos jurídicos, o divórcio foi um processo complicado, para outras, não passou de uma situação fácil de registar. Em termos emocionais, todas elas, numa primeira fase passaram por momentos difíceis. A falta de diálogo foi uma das várias razões que levou à ruptura conjugal. Para as mulheres, comunicar aberta e expressivamente com o outro torna-se um imperativo absoluto, uma condição de sucesso nas relações amorosas. A capacidade e necessidade de expressar sentimentos

e emoções são atribuídos a ambos: “ *o amor já não é somente feminino, é uma exigência da própria relação*” (Badinter, 1986:315). Em geral, as consequências foram compensatórias, para algumas entrevistadas reconheceram que com o divórcio perderam mais do que ganharam, para outras aconteceu o contrário. Reconhecimento da dificuldade em viver sozinhas, as dificuldades sentidas após o divórcio, o sentimento de solidão, mas, as vantagens eram em maior número. O divórcio contribuiu, de uma forma positiva para a *valorização profissional*, na medida em que podiam concentrar-se inteiramente em questões de trabalho, mesmo tendo maior responsabilidade tanto ao nível financeiro como ao nível da educação dos filhos, proporcionou uma maior *liberdade e autonomia*.

O princípio da autonomia fornece o fio condutor e a mais importante componente substantiva deste processo de reconstrução do “*self*”. No domínio da vida pessoal, autonomia significa a realização com êxito do projecto reflexivo do “*self*”, a condição de um indivíduo se relacionar com os outros de um modo igualitário. (Giddens,1996). O projecto reflexivo tem de ser desenvolvido de forma a permitir autonomia em relação ao passado, o que, por sua vez, facilita a preparação do futuro. Assim, concebida, a auto-autonomia permite o respeito pelas qualidades dos outros, intrínseco à ordem democrática. O indivíduo autónomo é capaz de tratar os outros como tal e reconhecer desse modo que o desenvolvimento separado das suas potencialidades não constitui uma ameaça. A autonomia ajuda, também, a estabelecer os limites pessoais necessários para uma fecunda condução das relações (Leandro, 2001).

O divórcio, como se viu, nem sempre é reflexo de infelicidade, mas não pode haver dúvidas de que as tendências actuais em relação ao casamento, à família criam em certas pessoas profundas ansiedades, dando origem simultaneamente a que tenham novas possibilidades de satisfação e auto-realização. Esta relação só se mantém se houver o equilíbrio da dádiva e contra-dádiva, ou seja, enquanto houver satisfação conjugal, o casamento tornou-se, tendencialmente, uma relação que dura enquanto se mantiver compensadora para quem nele está envolvido.

A atitude a mulher face ao casamento alterou-se, e para melhor compreender essa mudança é pertinente, nesta fase conclusiva do trabalho, referir um conjunto de

transformações, quer ao nível económico, social, cultural e jurídico que influenciaram fortemente essas atitudes, tais como: mudança nas práticas e concepções sobre a vida familiar; aumento da autonomia e liberdade individual no plano da vida privada; mudança na forma de encarar a sexualidade e privacidade dos laços conjugais; transformação social do estatuto da mulher, aumentando o seu protagonismo na sociedade; alteração no modo de encarar o casamento, que se tornou uma etapa facultativa do percurso conjugal e protecção da liberdade individual, direitos iguais para homens e mulheres; aceitação e normalização da prática do divórcio; menor dependência do casamento como forma de sobrevivência; aspirações da mulher à realização pessoal e profissional. Este conjunto de transformações fundamentais ocorridas nas sociedades contemporâneas contribui para explicar a mudança de atitude e comportamentos das mulheres, face à conjugalidade, ou seja, ajuda a reflectir sobre o processo de formação e manutenção do casal, nas sociedades modernas.

É extremamente difícil fazer um balanço das vantagens e dos custos sociais dos elevados níveis de divórcio. O certo é que, o rompimento de um casamento gera sempre tensão emocional. Analisando os dados apresentados neste estudo, verifica-se que essa maior *autonomia e estabilidade, valorização profissional, realização de novos projectos, maior qualidade de vida*, são o resultado dessa ruptura conjugal e é mais acentuada no grupo B, mulheres divorciadas por processo litigioso, concluindo desta forma que este grupo de mulheres traduzia uma menor dependência face ao cônjuge, como, também, o facto de lutarem pelo conquistado durante os longos anos de relação conjugal, possibilitou uma maior estabilidade económica. Pode verificar-se que os resultados encontrados vão ao encontro dos estudos realizados por Judith Wallerstein e Sandra Blakeslee (Giddens,1997), ou seja, vem confirmar que continua a ser pertinente reflectir sobre o processo de construção da identidade em mulheres divorciadas. Todo o processo por que passaram, desde a tomada de iniciativa pelo divórcio, desde a aceitação deste, as diversas reacções do divórcio, os diversos tipos de sentimentos, tais como, *solidão; revolta; sentimento de perda; raiva*; mas também o sentimento de *liberdade*, a *consciência dos riscos*, a possibilidade de *maior realização pessoal e profissional; maior autonomia, maior independência, novas oportunidades*, elementos fulcrais para uma auto-realização. Essa consciência dos

riscos, leva a mulher a encarar o futuro como oportunidade de novos conhecimentos, novas experiências, uma nova vida.

Muitas mulheres tomaram a iniciativa pelo divórcio. Esta iniciativa é o romper com a rotina, é o rejeitar do que é certo, é o sinal de libertação, é a porta que se abre para novos caminhos, é aceitar o incerto, o novo, é um caminho para o crescimento, como uma das entrevistas o expressou, e que se pode ler nos exemplos apresentados anteriormente. Esse crescimento pessoal vai possibilitar-lhe a compreensão de si próprio como realmente é, e para isso, o passado torna-se mesmo passado, o que importa é o presente e o futuro. As narrativas apresentadas, e outras não tão menos importantes e que foram fonte de recolha de informação, mostram bem a capacidade reflexiva, de contar a sua vida, é ter consciência de si. Essa percepção do seu “*eu*” passa a gerar um movimento de no seu modo de se ver, de se aceitar e, conseqüentemente, na sua conduta, é o processo de auto-reconstrução. Ao libertar-se do passado, encontra o sentido de viver o presente, como diz Giddens, gera uma multiplicidade de oportunidades para o auto desenvolvimento. Segundo o mesmo autor, o “*self*” é hoje para todos um projecto reflexivo, uma interrogação mais ou menos contínua sobre o passado, presente e o futuro.” (1996:22)

Nesse processo de reconstrução do “*self*” o grupo é o espaço da visibilidade da sua constituição como sujeito social, significando uma ampliação das redes de amizade, um exercício de convivência social que reforça a auto-estima e as coloca na cena pública, exercendo uma identidade reconhecida e desejada no grupo e põe em relevo potencialidades pessoais, ou seja, os grupos são espaços privilegiados da construção da identidade. Possibilita ver o grupo como espaço de acção, de reconhecimento e de convivência colectiva, no qual ampliam as relações e constroem identidades positivas.

Fica, aqui, a pretensão de apresentar duas sugestões para trabalhos futuros. O primeiro nasce da necessidade de reflectir e analisar o processo de prevenção à deterioração da Identidade do Idoso. A segunda sugestão surge da preocupação de abordar a diferença entre Identidade Pessoal e Identidade Social.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M.V.

1985 *Orientação escolar e profissional e desenvolvimento da personalidade* in cadernos de Consulta Psicológica, 1, 95-102

ALARCÃO, M.

2002 *(des)Equilíbrios Familiares* Coimbra: Quarteto Editora

ALBARELLO, L. et all

1997 *Práticas e Métodos de Investigação* Lisboa: Gradiva

ALBERONI, F.

1999 *Tenham coragem* Venda Nova: Bertrand

ALMEIDA, A. N., GUERREIRO, M. D., LOBO, C., TORRES, A. e WALL, K.

1998 *Relações familiares: mudança e diversidade* in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.) *Portugal, que Modernidade?* Oeiras: Celta, pp. 45-78.

ALMEIDA, J.F., PINTO, J. M.

1982 *A Investigação em Ciências Sociais* Lisboa: Ed. Presença

ALMEIDA, J. F.

1990 *Portugal-Os próximos 20 anos: valores e Representações Sociais* Volume VIII. Fundação Calouste Gulbenkian

AMARAL, V. J. R. R.

1996 *Representações sociais da inteligência e do desenvolvimento da inteligência e identidades sociais* in Tese maestr. Psicologia Social e Organizacional Especialidade Cognição Social, Inst. Supr. Ciências do Trabalho e da Empresa

AHRONS, C. R.

1994 *The Good Divorce* New York: Harper Collins Publishers

AHRONS, C.R. & RODGERS, R.H.

1987 *Divorced Families: A Multidisciplinary Developmental View* New York: W W Norton & Company

AFONSO, H.

1997 *Relação Coparental depois da Separação Conjugal* in Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (Ed. *Colóquio – Família: Contributos da psicologia e das Ciências da Educação – Actas* (pp. 63-74), Lisboa: UL

ARON, R.

1992 *As Etapas do Pensamento Sociológico* Lisboa: Publicações Dom Quixote

BADINTER, E.

1986 *Um é outro* Lisboa: Relógio D'Água

BARDIN, L.

1994 *A Análise de Conteúdo* Lisboa: Edições 70

BAUGNET, L.

2003 *L'identité socialo Paris: Dunod/Les topos*, 1998, disponível em <<http://ambiente.hpvip.com.br/370.htm>>, [consultado em 23 de Junho].

BÉJIN, A.

1983 *O casamento extraconjugal de hoje* in P. Ariés e A. Béjin (dir), *Sexualidades Ocidentais* (172-184) Lisboa: Contexto Editora

BERGER, P. L., LUCKMANN, T.

1999 *A Construção Social da Realidade – Um livro sobre a Sociologia do Conhecimento* Lisboa: Dinalivro

BOURDIEU, P.

2001 *As Estruturas Sociais da Economia* Lisboa: Piaget

BOURDIEU, P.

1989 *O Poder Simbólico* Lisboa: Difel

CARMO, H., FERREIRA, M. M.

1998 *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem* Lisboa: Universidade Aberta

CHAMPAGNE, P., LENOIR, R., MERLLIÉ, D., PINTO, L.

1998 *Iniciação à Prática Sociológica* Brasil: Editora Vozes

CORDEIRO, M.

2003 *Pais, famílias, Regras de Afecto*, disponível em <<http://www.fra.pt/index.php?article=4134&visual=1>>, [consultado em 15 de Setembro de 2003]

COSTER, M., BAWIN-LEGROS, B.

1998 *Introdução à Sociologia* Lisboa: Editorial Estampa

DAMÁSIO, A.

2000 *O Sentimento de Si. O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência* Lisboa: Publicações Europa-América

DELGADO, P.

1996 *Divórcio e Separação em Portugal: Análise Social e Demografia-Século XX* Lisboa: Editorial Estampa 1ª edição

DEMARTIS, L.

1999 *Compêndio de Sociologia* Lisboa: Edições 70

DESHAIES, B.

1992 *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas* Lisboa: Instituto Piaget

DOMENACH, J. M.

1995 *Abordagem à Modernidade* Lisboa: Instituto Piaget.

DUBAR, C. et al

1997 *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais* Porto: Porto Editora

DURAND, G.

1969 *Os Grandes Textos da Sociologia Moderna* Edições 70

DURAND, J-P., WEIL, R.

1989 *Sociologie Contemporaine* Vigot.

DURKHEIM, E.

1987 *As Regras do Método Sociológico* Lisboa, Editorial Presença

DURKHEIM, E.

s.d. *Sociologia, Educação e Moral* Porto, Rés

ERIKSON, E. H.

1980 *Identity and the life cycle* New York: W. W. Norton & Company

ERIKSON, E. H.

1976 *Identidade, Juventude e Crise* Rio de Janeiro Zahar in *Psi-Revista de Psicologia Social e Institucional*: disponível em <[URL:http://www2.ccb/psicologia/revista/jb.htm](http://www2.ccb/psicologia/revista/jb.htm)> [consultada em 24 de Junho de 2003]

ÉTIENNE, J., BLOESS, F., NORECK, J., ROUX, J.

1997 *Dicionário de Sociologia* Lisboa: Plátano-Edições Técnicas

FOUCAULT, M.

1996 *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* Lisboa: Portugália Editora

GALLAGHER, S., SHEAR J.

1999 *Models of the Self*, disponível em <<http://www2.canisius.edu/~gallaghr/self-cons.html>> [consultado em 23 de Janeiro de 2004]

GAMEIRO, J.

2004 *Casamento: Bom e mau prognóstico* in *Revista Notícias-Magazine* (Suplemento do Jornal de Notícias) de 4 de Julho

GAMEIRO, J.

1999 *Os meus, os teus e os nossos: novas formas de família* Lisboa: Terramar
3ª edição

GIDDENS, A.

1998 *As consequências da modernidade* Oeiras: Celta 4ª edição

GIDDENS, A.

1997 *Modernidade e Identidade Pessoal* Oeiras: Celta 2ª edição

GIDDENS, A.

1997 *Transformações da Intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* Oeiras: Celta Editora

GIDDENS, A.

1991 *Modernity and self-identity. Self and society in the late modern age.*
Cambridge (Polity Press.)

GIDDENS, A.

1989 *A Constituição da Sociedade* S. Paulo: Liv. Martins Fontes Editora

GOFFMAN, E.

1980 *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro: Zahar Editores

GOFFMAN, E.

1993 *A apresentação do eu na vida de todos os dias* Lisboa: Relógio d'Água

GRUEN, A.

1996 *A Traição do Eu – o medo da autonomia no homem e na mulher* Lisboa: Assírio&Alvim

GUERREIRO, M.D.

2003 *Pessoas Sós: Múltiplas Realidades* in *Revista de Sociologia - Problemas e Práticas* n°43, pp.31-49

HELENO, M.H.

2003 *Identidade Pessoal* Lisboa: Instituto Piaget

HEWITT, J.P.

1991 *Self and society: A Symbolic Interactionist Social Psychology.* Fifth Edition. Boston: Allyn & Bacon disponível em <http://www.geocities.com/Welle.../mpd-id.html>, [18 de Agosto de 2003].

KAUFMANN, J-C.

2003 *Ego: Para uma Sociologia do Indivíduo* Lisboa: Instituto Piaget

LAMAS, E.P.R. TARUJO, L. M., CARVALHO, M. C., CORREDOIRA, T.

2001 *Contributos para uma Metodologia Científica mais Cuidada* Lisboa: Instituto Piaget

LEANDRO, M. E.

2001 *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas* Universidade Aberta

LESSARD-HÉBERT, M. et al

1990 *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas* Lisboa: Instituto Piaget

LEVI-STRAUSS

1952 *Raça e Histórias* Lisboa: Editorial Presença

LOPES, A.R.

1997 *Família como Entidade Pedagógica entre a Natureza Social do Homem e os Desafios da Sociedade Actual* in Instituto Superior Politécnico de Viseu – E.S.E. (Ed.), *Problemática da Família: Contributo para uma Reflexão sobre a Família na Sociedade Actual* (pp.2-12) Viseu:ISPV.

LUCKMANN, T.

1999 *Description and Interpretation of Dialogue* International Sociology vol.14 No.4 disponível em Sage Publications (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi), < <http://www.sagepublications.com/freeaccess.htm>>, [consultado em 20 de Fevereiro de 2004]

MADUREIRA, M. O.

1975 *A mulher, ser humano* Lisboa: Delfos (Colecção Livro Aberto; 3)

McGOLDRICK, M.

1995 *As Mulheres e o Ciclo de Vida Familiar* in Betty Cárter & Mónica McGoldrick et al (Eds), *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 30-64) Porto Alegre: Artes Médicas, 2ª edição.

MICHEL, C., BAWIN-LEGROS, B.

1998 *Introdução à Sociologia* Lisboa: Editorial Estampa

MORIN, E.

1991 *Introdução ao Pensamento Complexo* Lisboa: Instituto Piaget.

QUIVY R., CAMPENHOUDT, L. V.

1998 *Manual de Investigação em Ciências Sociais* Lisboa: Gradiva, 2ª edição

PARDAL, L., CORREIA, E.

1995 *Métodos e Técnicas de Investigação Social* Porto: Areal Editores

PARSONS, T.

s.d. *O Sistema das Sociedades Modernas* S. Paulo: Livraria Pioneira Editora.

PIRES, P.

2002 *A Família – Novos Desafios para o séc. XXI* in Revista *Cidade Solidária* nº7 pp. 88-93 Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

REIS, M., PESSANHA, C.

2003 *Guia Prático do Divórcio* Editora Quid Júris disponível em <
<http://www.portugal-expresso.com/conteudos/divorcio.htm>> [consultado em
02 de Setembro de 2003]

RELVAS, A. P.

1996 *O Ciclo Vital da Família. Perspectiva sistémica* Porto: Afrontamento.

RELVAS, A. P., ALARCÃO, M.

2002 *Novas Formas de Família* Coimbra: Quarteto

RIBEIRO, S. et al

1972 *A condição da mulher portuguesa* Lisboa: Editorial Estampa 2ª edição

RICOEUR, P.

2001 *Hermenêutica e Ontologia* Lisboa: Instituto Piaget

ROGER, C.

1974 *A Terapia Centrada no Paciente* Lisboa: Moraes

SEGALEN, M.

1996 *Sociologia da Família* Lisboa: Terramar

SILVA, A. S. e PINTO, J. M.

1986 *Metodologia das Ciências Sociais* Porto: Edições Afrontamento

SINGLY, F.

2000 *O Eu, O Casal e a Família* Lisboa: Publicações Dom Quixote

SULLEROT, E.

1997 *Família: Da crise à necessidade* Lisboa: Instituto Piaget

SCHLANDER, J.

1997 *A vocação moderna* Lisboa: Instituto Piaget

TAP, P.

1996 *A Sociedade Pigmalião – Integração Social e Realização da Pessoa*
Lisboa: Instituto Piaget

TAVARES, M.

2000 *Movimentos de Mulheres em Portugal – Década de 70-80* Lisboa:
Livros Horizonte in *Análise Social* n° 160, vol.XXXVI, 2001

TEIXEIRA, E.G.

s/d *Desencontros e ambiguidades: a busca do Outro na era do Eu* in IV
Congresso Português de Sociologia

TAYLOR, C.

1989 *Sources of the self – the making of the modern identity* Cambridge,
Cambridge University Press

TORRES, A. C.

2002 *Casamento em Portugal: Uma Análise Sociológica* Oeiras: Celta Editora.

TORRES, A. C.

2001 *Sociologia do Casamento: A Família e a Questão Feminina* Oeiras: Celta Editora.

TORRES, A. C.

1990 *Fatalidade, Culpa, Desencontro – Formas da Ruptura Conjugal* Lisboa: ISCTE

TORRES, A. C.

1997 *Introdução à Sociologia: Família, Casamento e Divórcio* Lisboa: Universidade Aberta

TORRES, A. C.

1996 *Divórcio em Portugal. Ditos e Interditos: uma Análise Sociológica* Oeiras: Celta

TORRES, A. C.

1987 *Amores e Desamores* in *Revista de Sociologia - Problemas e Práticas* nº3, Novembro de 1987: Publicações Europa-América

TORRES, A. C.

1987 *Mulheres, Divórcio e mudança Social. Divórcio: Tendências Actuais* in *Revista de Sociologia - Problemas e Práticas* nº2, Maio de 1987: Publicações Europa-América

TOURAINÉ, A., KHOSROKHAVAR, F.

2001 *A procura de Si* Lisboa: Instituto Piaget

OLIVEIRA, A. J.

2003 *A Tradição já não é o que era em Portugal* disponível em <<http://www.labmed.pt/noticias/?cod=4673>> [consultado em 11 de Setembro de 2003].

RITZER, G.

1993 *Teoria Sociológica Contemporânea* Universidade de Maryland, 3ª edição

ROLFE, A., BYWATERS, P.

2002 *Look Beyond the Scars: Understanding and Responding to self-injury and self-harm* disponível em <<http://www.nch.org.uk/downloads/selfharm.pdf>> [consultado em 26 de Janeiro de 2004]

SCAVONE, L.

2001 *Motherhood: transformation in the family and in gender relations.* *Interface _ Comunic, Saúde, Educ*, v.5, n.8, p.47-60

VALDÉS, R.

s.d. *Os Povos Africanos* in *As Raças Humanas* vol.1, Editorial Enciclopédia, Lda.

WALL, K.

2003 *Famílias Monoparentais* in *Revista de Sociologia - Problemas e Práticas* nº43, p.51-66

ANEXOS

Anexo 1

GUIÃO DA ENTREVISTA – PRÉ-TESTE

1. Identificação do entrevistado

- Idade
- Profissão
- Nº de filhos
 - O que fazem
 - Idades
 - sexo
- em que ano casou? E Tipo de casamento?
- Quantos anos esteve casada?
- Há quantos anos está divorciada?
- Tipo de divórcio?

2. Pode falar-me um pouco da sua vida conjugal?

3. Quer falar um pouco do seu ex-marido?

4. De quem partiu a ideia da ruptura?

Dela própria - Pode descrever-me uma situação em que sentiu que a solução era o divórcio?

Do Cônjuge - Pode descrever-me uma situação em que o seu cônjuge pensasse em divorciar-se de si?

5. Como reagiu a esse facto?

6. Pode descrever-me com mais detalhe o que aconteceu?

7. Sentiu o divórcio um risco? - “Tomar conta da sua vida” alguma vez a assustou?

8. O que o divórcio lhe proporcionou?

9. Sentiu mais hipóteses de vida?

(De acordo com as respostas anteriores esta pergunta pode surgir ou não)

10. Acha que as suas hipóteses de vida condicionaram o seu estilo de vida? De que forma?

11. Recorda-se da altura em que sentiu a necessidade de reflectir sobre a sua vida? Ou continua a sentir?

12. Essa procura em reconstruir o passado, acha que a ajudou na definição de projectos para o futuro?

13. Mudou a sua maneira de ser?

Se sim – Quem contribui para essa mudança?

Se não – Porque não quis, ou não pode mudar?

Se sim - 14. Pode descrever com mais detalhe sobre a forma como contribuíram?

15. Que mudanças tem sentido na sua vida? Consigo própria? O que mudou em si?

16. Tem medo do futuro?

17. Gostaria de voltar a ter uma relação conjugal?

Anexo 2

GUIÃO DA ENTREVISTA

1. Identificação do entrevistado

- a) Idade
- b) Profissão
- c) N° de filhos
- d) N° de anos casada
- e) N° de anos divorciada

2. Pode falar-me um pouco da sua vida conjugal?

3. Quer falar um pouco do seu ex-marido?

4. De quem partiu a ideia da ruptura?

5. Tipo de divórcio?

6. *Dela própria* – Pode descrever-me uma situação em que sentiu que a solução era o divórcio?

6. *Do Cônjuge* – Pode descrever-me uma situação em que percebesse que o seu cônjuge pensasse em divorciar-se de si?

7. Como reagiu a esse facto?

8. Pode descrever-me com mais detalhe o que aconteceu?

9. Sentiu o divórcio um risco?

10. O que o divórcio lhe proporcionou?

11. Sentiu mais hipóteses de vida?

(De acordo com as respostas anteriores esta pergunta pode surgir ou não)

12. Acha que o estilo de vida condicionou as hipóteses de vida? De que forma?

13. Sentiu ou sente a necessidade de reflectir sobre a sua vida?

14. Essa reflexão sobre o passado e sobre o presente, acha que a ajudou na definição de projectos para o futuro?

15. Mudou a sua maneira de ser?

15.1. Se sim – Quem contribui para essa mudança?

15.2. Se não – Porque não quis, ou não pode mudar?

16 - Se sim – Pode descrever com mais detalhe sobre a forma como contribuíram?

17. Que mudanças tem sentido na sua vida? Consigo própria? O que mudou em si?

18. Tem medo do futuro?

19. Como sente a possibilidade de ter outra relação?